

VASCO RIBEIRO DA COSTA



CONSIDERAÇÕES E IDÉIAS SÔBRE O PROBLEMA ECONÔMICO NACIONAL

BD/DASD

338.1
C837C

Campos 2 ex.

D.A.S.P. - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1958

APRESENTAÇÃO

Enfeixa o presente volume uma série de estudos de atualidade sôbre questões econômicas do país.

Quando o leitor considere objetável esta ou aquela anotação, há de por certo concordar com o autor nas suas idéias centrais. Planejamento e trabalho impõem-se como nunca antes no Brasil dos nossos dias, onde ainda está armado o dilema terrível de Euclides da Cunha: ou progredimos ou desapareceremos. E a ponta dêsse dilema, no lado positivo, se encrava no sertão.

Há que ocupar, como opina o autor, os nossos grandes espaços vazios. Irradiar ação desde o centro geográfico, desde o coração da terra. A glória de Brasília é ela ser o Brasil se conhecendo a si mesmo.

O autor escreve: "Se formos capazes de dominar as hostilidades que o meio físico opõe à nossa marcha; se pudermos transformar e utilizar as riquezas que a terra oferece para a satisfação de tôdas as nossas necessidades; se pudermos aplicar a energia térmica e a energia elétrica para atingirmos os prodígios da industrialização; se conseguirmos drenar os pântanos, dragar os rios, fertilizar os desertos, abrir caminhos para o comércio, impulsionar a distribuição dos bens necessários à vida; se ampliarmos as relações de troca com todos os países que realmente nos possam trazer benefícios econômicos, e, enfim, se formos sinceros e interessados no progresso do Brasil, pelo trabalho e pelo planejamento — teremos vencido a tremenda crise que nos comprime".

Esta é a linguagem libertadora dos economistas quando eles pensam em termos de engrandecimento do Brasil. Vasco Ribeiro da Costa, Oficial do Exército, ex-Combatente da Fôrça Expedicionária Brasileira, Economista pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, é estudioso atento aos mais sérios problemas da nossa terra e da nossa gente. Neste livro êle encara as necessidades nacionais confrontando-as com os recursos de que podemos usar para atendê-las. É obra pois em que, com os instrumentos trazidos pela ciência econômica, jamais se perdem de vista os meios de execução das idéias enunciadas.

MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO
Diretor do Serviço de Documentação do D.A.S.P.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE	
ESFORÇOS INICIAIS	
Setor Industrial	15
Setor Agrícola	19
SEGUNDA PARTE	
CONSIDERAÇÕES E IDÉIAS DO PROBLEMA	
Capítulo I — Caminhos Naturais	25
Capítulo II — Monocultura ou Policultura?	31
Capítulo III — Acusação Improcedente	35
Capítulo IV — Artíficos Prejudiciais	39
Capítulo V — Importação de Técnicos	49
Capítulo VI — Aproveitamento Agrícola	55
Capítulo VII — Produção versus Malthus	67
Capítulo VIII — Crédito Rural	75
Capítulo IX — Industrialização do Nordeste	87
Capítulo X — Localização das Indústrias	91
Capítulo XI — O Reequipamento de Nossas Ferrovias ..	99
Capítulo XII — O Problema da Energia Elétrica	105
Capítulo XIII — A Espiral Preço-Salário	117
Capítulo XIV — O Binômio Café-Petróleo	125
Capítulo XV — Intercâmbio Comercial	137
Capítulo XVI — A Conquista de Novos Mercados	145
Capítulo XVII — A Mudança da Capital Federal	155
Capítulo XVIII — O Exemplo de Goiânia	167
TERCEIRA PARTE	
CONCLUSÕES	175
PALAVRAS FINAIS	189
BIBLIOGRAFIA	193

INTRODUÇÃO

“A vida tem na mão uma vara de ferro para mostrar a cada um o caminho que lhe compete seguir. Felizes os que seguem a direção indicada, e não esperam, para se meterem ao caminho, que o sangue lhes espirre das carnes maceradas pelos golpes da grande mestra implacável.”

(*Higiene da Alma* — BARÃO DE FEUCHTERSLEBEN.)

O trabalho que nos propomos a realizar tem o único e exclusivo intuito de apresentar certas considerações sobre o nosso desenvolvimento econômico, procurando estudar o assunto sob o prisma necessariamente desapassionado que deve comportar.

Não nos deteremos em observações já bastante dissecadas pelos mais doutos na matéria. Apenas, como economista e estudioso das fases por que tem passado o nosso país, no terreno da sua economia, tentaremos colocar o resultado dêsse trabalho sob condições de ser apreciado e criticado por todos aquêles que tiveram a paciência e a boa vontade de o ler.

Sob todos os aspectos, um país novo, com extensas áreas inexploradas e mesmo desconhecidas nos seus limites, terá de, forçosamente, recorrer aos seus meios industriais e agrícolas, a fim de poder elevar-se no conceito geral dos povos.

É um hábito muito arraigado, entre nós brasileiros, a citação dos exemplos de outras nações economicamente fortes e ultradesenvolvidas, quando se trata de falar ou

escrever sôbre assuntos que se prestam a comparações. Deixaremos, portanto, de citar espelhos, nos quais devemos nos mirar, para pôr em ordem nossa própria casa. Somos da teoria — talvez um tanto inadequada para os dias de hoje — de que nos devemos bastar a nós mesmos, já que nos consideramos um povo em evolução constante. Cabe-nos a solução, ou pelo menos a indicação da rota a seguir para o completo esclarecimento das dificuldades que nos têm assoberbado — e enfrentá-las corajosamente.

Não basta proclamar-se que o Brasil é um país de grandes possibilidades e que vai lentamente caminhando para o seu objetivo. Essa lentidão, muito própria da nossa gente, é razoável, quando temos em vista fatores vários que imprimem efeito contrário à marcha. Contudo, não pode parar. É um imperativo comum e normal a todos os povos, mesmo os mais atrasados. Podemos comparar essa marcha com um carro de bois em estrada esburacada, tanguido por um carreiro subnutrido e não podemos acelerá-la sem primeiro cuidar da estrada e do carreiro.

Esta comparação, com impropriedade talvez, fixou-se-nos à memória quando, ainda criança, filho do interior, vivemos a primeira infância entre a gente simples da roça, no eito dos cafêzais, onde, ganhando o magro salário do dia inteiro, voltava aos lares para, à noitinha, comer a ínfima parcela de alimento necessária à vida simples do homem brasileiro.

Ao economista cabe descobrir argumentos e planejar os meios mais coerentes de identificar as necessidades com os recursos de que pode dispor, à luz da ciência econômica e sob fundamentos racionais, lógicos, que lhe assegurem a execução das idéias postas em prática.

Façamos um retrospecto da nossa evolução, a fim de arejar as mentes um tanto esquecidas dos fatos que devem anteceder a êste despretensioso trabalho.

Ainda sangrando de suas feridas, refazendo-se das convulsões internas decorrentes dos movimentos armados de 1922 e 1924 e, ainda, do colapso econômico de 1929, o Brasil viu raiar o ano de 1930, trazendo as promessas de uma nova fase de prosperidade e paz social. O primeiro semestre transcorreu mais ou menos calmo e o comércio exterior procurava reabsorver uma parte da nossa produção cafeeira, tudo indicando melhoria de condições para o país. Entretanto, não conseguimos atingir o fim daquele ano sem novo abalo nos alicerces constitucionais da República. Sobreveio a luta armada e, com ela, outra fase com novos prognósticos e novas alterações na estrutura econômico-financeira do frágil edifício que se intentara reconstruir.

A solução de 1930 não satisfaz integralmente àqueles que desejavam proporcionar aos brasileiros um governo legal e sólido em suas bases.

Dois anos depois, nova efervescência política, gerada no descontentamento, lançava novamente irmãos contra irmãos. O depauperamento industrial e a queda vertical da produção agrícola, foram os frutos que se colheram terminada a luta. A terra boa recebeu, qual mãe carinhosa, os corpos dos heróis anônimos, sem distinção de partidos, como que para guardá-los avaramente em seu opulento seio.

Conseguiu, enfim, o Brasil a paz de que tanto precisava, preparando-se para outro período em que pudesse iniciar alguma coisa de útil e no qual sua economia retornasse definitivamente ao caminho que se lhe oferecia.

O nosso estudo procura analisar o período que coincidiu com a volta do país à constitucionalidade, em 1934, até os nossos dias, sem se demorar na apreciação dos tropeços surgidos internamente, pois que ao economista não cabe pesquisar a face política, mas sim as suas conseqüências na conjuntura.

Isto pôsto, passemos a examinar atentamente o período em foco, sem pretensão e facciosismo estéreis, tão prejudiciais ao estudo da economia.

Devemos explicar ao leitor que o trabalho está dividido em três partes, a saber: 1 — Esforços iniciais; 2 — Considerações e idéias do problema; e 3 — Conclusões a que nos conduziram as partes estudadas.

Julgamos dever ainda prevenir que os títulos de cada assunto das Considerações gerais foram escolhidos de acôrdo com a atualidade; tivemos de recorrer constantemente a publicações esparsas e livros já publicados, com a finalidade de situar cada assunto dentro das nossas concepções e das observações colhidas durante o desenvolvimento do trabalho.

Não temos a menor pretensão de transformar êste estudo em obra didática, ou de caráter doutrinário. Somos apenas economista e um intransigente pesquisador dos problemas brasileiros. Se falhas forem encontradas neste trabalho, já nos consideramos prèviamente desculpado pelos leitores mais exigentes.

PRIMEIRA PARTE

ESFORÇOS INICIAIS

1. SETOR INDUSTRIAL

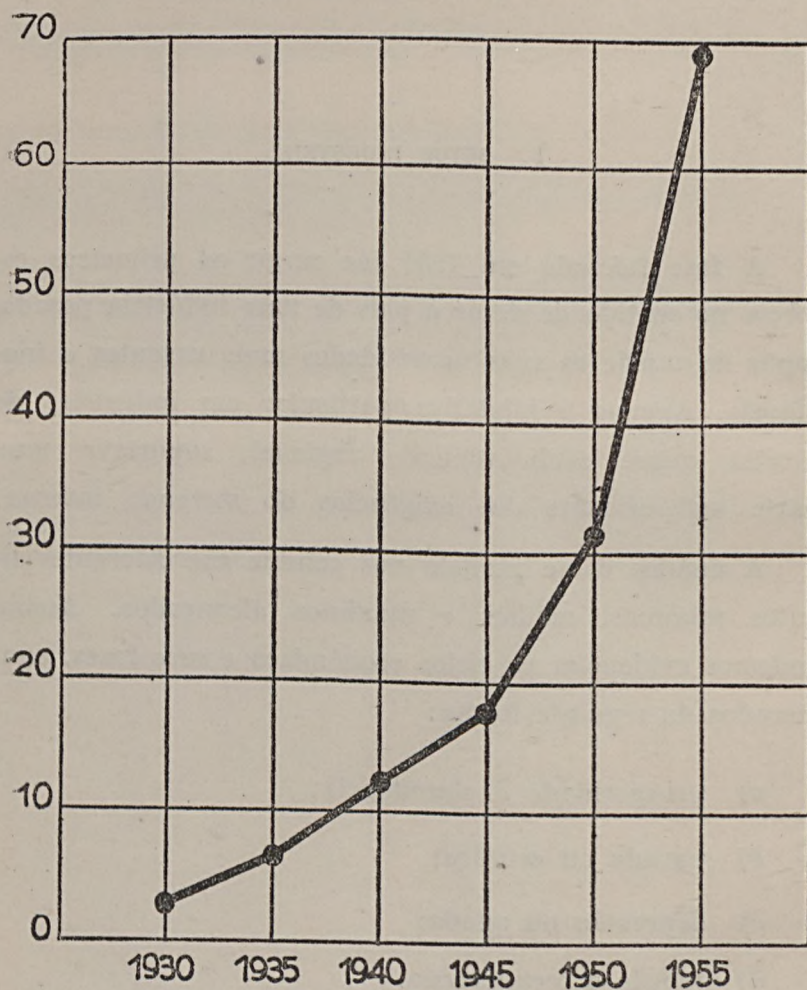
A fase iniciada em 1934 fêz surgir os primeiros esforços no sentido de dotar o país de uma indústria pesada, capaz de suprir as suas necessidades mais urgentes e inadiáveis. Apenas a iniciativa particular em indústrias de caráter quase exclusivamente regional, suportava uma parte insignificante das exigências do mercado interno.

A análise dêsse período nos conduz aos diferentes limites mínimos, médios e máximos alcançados. Assim, podemos evidenciar os ciclos econômicos e suas fases, enumerados da seguinte forma:

- a) prosperidade e abundância;
- b) parada ou estática;
- c) depressão ou queda;
- d) reação e recuperação.

Com êsses elementos e tomando por base o meio circulante da moeda no país — índice estimativo do deslocamento das mercadorias industrializadas, — estamos em condições de estabelecer o seguinte gráfico (fig. 1):

MEIO CIRCULANTE EM MILHÕES DE CRUZEIROS



DADOS: 1930 — 2.842; 1935 — 6.310; 1940 — 12.130; 1945 — 17.535; 1950 — 31.205; 1955 — 69.300.

NOTA — Os dados de 1945 até abril de 1955 foram colhidos da revista "Conjuntura Econômica"; de junho de 1955; os anteriores o foram de notas esparsas em várias revistas como o "Economista", etc.

Observemos que o período em estudo apresenta uma curva pouco acentuada de 1930 a 1940, para, daí em diante, elevar-se vertiginosamente, dando como resultado uma crise crescente, que traduz o planejamento defeituoso no qual procurou se firmar.

Em 1930 o nível de vida permanecia mais ou menos estável para as classes trabalhadoras nas indústrias, o que permitia analisar o surto de expansão que se avizinhava como promissor. Era remoto o perigo da inflação, se bem que os reflexos da crise de 1929 ainda estavam bem presentes.

As previsões não ocorreram *in totum*, contrariando os prognósticos mais otimistas. Apesar dos incentivos e do relativo avanço da técnica, as indústrias se multiplicaram desordenadamente, concentrando-se nos centros populosos e elevando, conseqüentemente, a densidade demográfica dêsses mesmos centros. Houve, contudo, abundância e prosperidade na década que estamos rapidamente analisando, em que pesem as transformações políticas operadas no país, pela influência dos novos regimes implantados na inquieta Europa.

De 1940 a 1945 tivemos uma parada ou estática, em todos os setores da atividade econômica, provocada pela II Guerra Mundial, sem comprometer, entretanto, a marcha dos novos empreendimentos, já agora estimulados pela procura de elementos essenciais à máquina de guerra dos Aliados. Nesse período a curva se mantém ascendente, porém suave, o que traduz o ritmo crescente das realizações programadas.

Tivemos, durante os cinco anos de luta, um fator de efeito contrário, retardando o impulso inicial da economia nacional; avançávamos curvados sob o peso de imensos compromissos políticos e econômicos com as Nações Unidas, os quais, terminadas as hostilidades, de quase nada nos

valeram, quando sobreveio o acêrto de contas. Obtivemos, sem dúvida, algumas vantagens de ordem moral no conceito geral das nações vitoriosas. No terreno econômico continuamos na mesma, agravado ainda mais com a perda de nossos poucos navios de cabotagem e alguns de longo curso. Embora somente um ano antes do fim do conflito houvéssomos deslocado um contingente humano para o teatro de operações, como contribuição à causa comum dos povos livres, sem alterar substancialmente a nossa economia, nem por isso deixamos de sofrer o impacto de uma diminuição em alguns setores industriais.

Não se pode afirmar que houve depressão ou queda nesses setores, mesmo porque estávamos cooperando efetivamente para o retôrno da paz e a reação econômica já se fazia sentir, pelas possibilidades de maior expansão do comércio exterior, quando cessado o último tiro.

Coincidentemente com a mudança do regime governamental, estimulada pelos prognósticos de recuperação, a nossa economia iniciou nova vida a partir do segundo semestre de 1945. Era a oportunidade que nos acenava, incitando-nos a reagir com vigor, depois de recolocado o país no caminho da democracia, pelo exercício do voto popular e livre.

A partir de 1946, tudo fazia crer um extraordinário surto de progresso, que, de fato, ocorreu.

Vamos encontrar as primeiras pulsações do imenso coração de aço plantado em Volta Redonda. Era o velho sonho que se estava concretizando. Para os descrentes e demagogos foi, evidentemente, uma prova de que estávamos no caminho certo e que, daí por diante, podíamos confiar em alguma coisa e crer na capacidade dos nossos homens públicos.

Volta Redonda, com a Companhia Siderúrgica Nacional em trabalho intensivo, foi o marco de uma nova era.

Outras realizações se sucederam, como por exemplo a Fábrica Nacional de Motores, a Cia. Nacional de Alcalis, a Cia. Hidrelétrica do São Francisco, entre outras de caráter especializado, em sociedades particulares ou de economia mista, tais como indústrias de auto-peças, material elétrico, etc., que vão constituir um capítulo especial.

Tôdas essas realizações vieram trazer um aumento de 5%, sòmente entre 1950 e 1954, período êsse em que a produção se regularizava. Essa percentagem que podemos classificar de insignificante, face às possibilidades futuras, veio comprovar o processo de industrialização do país, que continua a evoluir ràpidamente.

Além das emprêsas referidas linhas acima, poderíamos citar muitas outras que já hoje concorrem com importantes elementos para o desenvolvimento das atividades industriais, permitindo a previsão de um avanço extraordinário nos próximos anos.

É a recuperação que se aproxima a passos largos, provocando um grande progresso, elevando ainda mais a curva dos nossos índices estimativos.

2. SETOR AGRÍCOLA

O exame que procuramos fazer, ao tratarmos do setor industrial, é, também, válido para êste capítulo, no que se refere aos períodos ali apresentados.

A agricultura não pôde, entretanto, acompanhar a aceleração industrial, pelo mesmo motivo de não haver sido elaborado um plano completo de amparo à lavoura, fato êste que só foi compreendido alguns anos mais tarde. De 1950 em diante, quando as aperturas do custo de vida e o clamor público começaram a despertar os poderes constituídos, houve necessidade de introduzir uma política mais real na soma sempre crescente dos problemas nacio-

nais. Era urgente transformar a estrutura econômica no sentido de uma volta ao campo, na procura de meios para satisfazer a procura de alimentos oriundos da terra.

Já se tornou “lugar-comum” dizer-se que o Brasil é um país “essencialmente” agrícola. Há quem afirme — e com alguma razão — que a agricultura foi abandonada em proveito da industrialização. Temos de concordar, em parte, procurando analisar as causas que determinaram êsse abandono e a sua resultante.

Depois de 1934, inovações foram introduzidas na legislação existente, sem vantagem para o homem do campo. Ora, como é natural e humano, êle, o campestino, viu novos horizontes e melhores condições de vida para si e para os seus, deslocando-se para os centros industriais, notadamente nas cidades de rápido desenvolvimento e com falta de mão-de-obra. A perspectiva de salários mais elevados e um pouco de conforto, foi a atração illusória que arrancou indiscriminadamente o homem do campo. Era inevitável a ocorrência do fenômeno.

Êsse contingente humano provocou o despovoamento de grandes áreas agrícolas, inclusive as pequenas propriedades, cujos donos, sobrecarregados de impostos, sem meios de escoar sua produção e privados de crédito bancário, foram tomados de desânimo, abandonando a terra. O mesmo aconteceu ao colono da corrente imigratória. Êste, mais acostumado a lutar contra os imprevistos da lavoura, agüentou por mais tempo o embate da adversidade; sentindo-se, enfim, desamparado pela falta de leis adequadas, resolveu também dedicar-se a labor mais lucrativo em outros ramos de atividade, já nas grandes cidades, já nos pequenos núcleos populacionais, onde pudesse impor seus conhecimentos especializados, ou a originalidade das suas antigas profissões.

Estas observações não são, evidentemente, generalizadas.

A incidência do fenômeno foi mais intensa no norte, nordeste e nos Estados centrais, pouco servidos de transporte e onde os meios de produção se tornaram difíceis e mesmo inacessíveis.

A região sul, quase totalmente, incluindo-se parte do Estado de São Paulo, não sofreu muito o abandono da lavoura, pois que o elemento nativo e o imigrante ali obtiveram melhores condições locais, clima e outros fatores que os fixaram ao solo, com grandes e reais vantagens econômicas.

Esta verdade é ainda atual, como poderemos verificar consultando o mapa demográfico do Brasil e a distribuição de renda *per capita*, baseada no censo de 1950. Examinando-se ainda os fatores responsáveis pelo excelente incremento agrícola daquelas áreas, vamos nos defrontar com a chamada pequena cultura, organizada por imigrantes alemães e italianos.

Acostumados em seu torrão natal ao trato carinhoso da terra, aqui estabeleceram o cultivo direto, conseguindo produzir mais, de acordo com as múltiplas condições topográficas e agronômicas sob as quais executaram seus planos; reduzindo o custo da produção, visto ser esta realizada quase exclusivamente pela sua prole, estabeleceram um monopólio natural interligado entre as propriedades. Como consequência, surgiram as grandes culturas, já agora com o auxílio dos rápidos e prodigiosos recursos da técnica e da máquina. O equilíbrio entre a grande e a pequena cultura conseguiu estabelecer o desenvolvimento normal das áreas em estudo, cuja produção agrícola sustenta, praticamente, o resto do país. Recebemos da região sul quase tudo o indispensável às nossas necessidades primárias e inadiáveis.

Encontramos núcleos de colonização alemã e italiana que atestam as suas extraordinárias qualidades de trabalho e organização. O alemão, principalmente, integrou-se na economia brasileira, caracterizando-se pela preferência demonstrada nos setores da agricultura e da indústria. Como exemplos da atividade crescente dêsses colonos, temos os parques fabris de Joinville e Blumenau, salientando-se o de Nova Hamburgo, que paga atualmente a maior cota de impôsto *per capita* do país. As grandes plantações de fumo, na zona de Santa Cruz do Sul, comprovam exuberantemente a vontade de incentivar novas culturas. Já os italianos preferiram situar-se mais nos altos das serras e fundaram Caxias do Sul, Garibaldi, Nova Vicenza e Nova Trento, cultivando intensivamente a uva e produzindo os melhores vinhos do Brasil. Conseguem todos êsses êxitos porque sabem fazer a rotação das culturas, não cansando a terra, mesmo depois de longos anos sob o arado.

Como último exemplo das vantagens de uma imigração seletiva, aí está a bela cidade de Petrópolis, que foi fundada por imigrantes alemães e hoje constitui uma atração aos turistas e um ponto de referência a todos aquêles que nos visitam.

Em outro capítulo dêste trabalho trataremos do problema imigratório e sua seleção.

Vimos, assim, que o setor agrícola não seguiu o mesmo rumo do industrial, pelas dificuldades surgidas no seu caminho e que não foram devidamente contornadas. Apenas o elemento constitutivo das correntes imigratórias conseguiu dar à lavoura um impulso que até hoje estamos sentindo.

Finalizando esta parte, passaremos a apreciar as Considerações e idéias do problema, quando então voltaremos ao assunto em seus diversos capítulos.

SEGUNDA PARTE

CONSIDERAÇÕES E IDÉIAS DO PROBLEMA

CAPÍTULO I

CAMINHOS NATURAIS

“A presença da água unifica o interesse humano, nos grandes vales; impõe, por conseguinte, a unidade de ação e a rigorosa coordenação do plano a ser elaborado. Os problemas, todos, devem justapor-se harmoniosamente à questão central que é o domínio do elemento unificador.”

(*Plano de Valorização do São Francisco* —
ENGENHEIRO LUCAS LOPES.)

Os rios são os caminhos naturalmente abertos para a entrada da civilização.

Esta afirmativa, de si muito conhecida e que não requer esforço de raciocínio, evidencia-se claramente, em se observando com certa atenção, a marcha do caminhar do desenvolvimento econômico brasileiro.

As correntes imigratórias, ao que se nos parece, a princípio hesitaram na penetração demasiada pelo sertão adentro, já pelo temor de verem cortadas suas comunicações com o litoral, já por uma natural e lógica demora, para adaptação do europeu às plagas da suposta e sonhada Atlântida de Platão.

A abundância e uberdade do litoral e mesmo, em não raras ocasiões (e maioria das vezes) a sua salubridade re-

tivessem a ambição inata do homem, conservando-o sedentário, agarrado às praias como os caranguejos, ou então pelas errôneas conclusões do genovês Américo Vespúcio que “a terra não era rica em ouro e minerais preciosos”, ou ainda e finalmente pela ação dos fatores mesológicos e climáticos das regiões intertropicais, ação que mais se acentua sobre elementos adventícios — os primeiros habitantes brancos do Brasil não se atiraram, de pronto, em busca do oeste.

Não fôsse a lenda das esmeraldas claras e do ouro e do eldorado, de que é síntese sugestiva a Vupabassu de Fernão Dias, atraindo à hinterlândia um pugilo de heróis, lançando as bases de futura grandeza e deixando, após, o sulco indelével na terra e na história da magnitude da epopéia das Bandeiras — nada teríamos conseguido contra a terra hostil.

É a história da penetração no sul e no norte, cuja rota em sentidos inversos foi o Rio São Francisco, que completou o primeiro ciclo da unificação da Pátria.

É natural e intuitivo que, pela existência da água, pela abundância da caça e pela mais acentuada fertilidade do solo, com acesso facilitado, pois o rio, por si só, abria na densa mata estirada clareira, fôsem os vales as primeiras zonas a receber o homem, e, adaptando-o, prendê-lo à gleba. Donde concluir-se, sem erro, que os vales definem economicamente as regiões. Basta olharmos o mapa demográfico do Brasil para que nos salte aos olhos a influência do sistema potamográfico na economia regional.

Preponderam, indiscutivelmente, nesses sistemas os rios de curso perene ou periódico, rios de planalto ou de planície, de vales extensos ou apertados entre encostas escarpadas e abruptas.

As influências do solo, quanto à sua uberdade, isto é, quanto ao seu valor sobre a economia e, conseqüente-

mente, sobre a sociedade que o habita, é indubitável. Não no extremo, como o considerava Ratzel, dentro de um determinismo geográfico inflexível; nem mesmo tão avançado como o sustentou Montesquieu, no seu trabalho sobre o “Espírito das Leis”, pois Voltaire criticou o desprezo à influência do homem.

Há, sem nenhuma sombra de dúvida, correlação entre o homem e o meio. Mas, observando-se a *facies* econômica, num estudo comparativo sobre as diversas regiões da zona centro-oeste do Brasil, denota-se, clara e evidente: o poder e a influência econômica estão na razão direta das particularidades que o solo apresenta. É claro e racional: as terras menos férteis criaram a pequena propriedade e, com ela, o pequeno agricultor que não está em condições de assalariar, enquanto que a terra fértil gerou o senhor de engenho e o homem do eito, a casa grande e a senzala, num flagrante desnível.

Não há argumentos que perdurem ante a eloquência da realidade nua e crua dos fatos.

Fizemos esse estudo apenas para salientar a importância que, no passado e no presente, têm os caminhos líquidos na conquista da terra.

Examinaremos, agora, as possibilidades que oferecem os rios, sob o ponto de vista de sua utilização como transporte fluvial e como fator de integração das regiões sub-desenvolvidas e ainda inexploradas, não só do imenso centro-oeste, como da vasta região amazônica.

O uso das grandes estradas líquidas terá de ser o primeiro arranco para a realização dos planos que venham recuperar essas riquíssimas áreas da hinterlândia brasileira. Os recursos postos à disposição desse objetivo e que montam a 3% da renda tributária da União, para serem invertidos no Plano de Valorização da Amazônia, deveriam estender-se um pouco mais para o sul, com a preo-

cupação de auxílio ao centro-oeste, face à localização da Capital Federal, no planalto goiano.

Não há dúvida de que os planos elaborados abrangem a Amazônia Brasileira formada pelos Estados do Amazonas e Pará, e uma faixa da parte Norte de outros dois Estados que são Mato Grosso e Goiás e ainda os territórios federais de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá, Estados êsses que precisam desenvolver-se dentro do quadro econômico nacional. Nessa região está situado o Estado de maior superfície territorial e de menor densidade demográfica, o Amazonas, que apresenta 40 quilômetros apenas de rodovias. Manaus é uma das poucas capitais que não possui ferrovia. Fizemos essa observação para demonstrar o quanto está por fazer no futuro “Celeiro do Mundo”, como alguém já se referiu.

Quanto à economia da Amazônia, suas bases repousam no extrativismo, cujo principal produto é a borracha, embora concorra com outros, como por exemplo a juta cultivada, o guaraná, madeiras, castanhas e, atualmente, com recursos minerais de manganês; as sondagens do Conselho Nacional do Petróleo, através da Petrobrás, estão procurando localizar lençóis petrolíferos com origem em Nova Olinda e em outras partes do território. Entretanto, a Amazônia permanece com a sua economia colonial, importando do Sul do país, bens de consumo e manufaturas, já que suas matérias-primas de origem extrativa possuem valor unitário bastante baixo. E para dificultar ainda mais o desenvolvimento da região, outros fatores concorrem grandemente, como as migrações, a mortalidade e a falta de saneamento, em certas partes dessa rica e promissora área.

Qual seria, então, o meio de aproveitamento dessa imensa riqueza latente, onde o problema cruciante é a falta de transportes?

A bacia amazônica e as bacias do Paraná e do São Francisco, como responsáveis pelo desenvolvimento das regiões a que servem, são os caminhos naturais que precisam ser ampliados. Mas o problema não se resume em crédito às organizações que exploram a navegação nessas bacias e sim em um planejamento a longo prazo, no qual se incluam obras e serviços de manutenção das vias em tráfego; êsses serviços seriam onerosos porque teriam de receber reforços consideráveis em equipamento para dragagens de conservação das condições de navegabilidade, retirada de obstáculos, fixação de margens por meio de espigões, retificação de trechos e vários outros de suma importância.

Outro ângulo a ser analisado é o do combustível. Quase tôdas as embarcações que servem às bacias em foco, são movidas a lenha, isto porque sendo de baixo custo e à mão nas partes acessíveis das margens dos rios, proporciona facilidades ilimitadas, o que não ocorre com outro combustível — o óleo, por exemplo, — já pelas deficiências de um abastecimento irregular, já pelo seu difícil armazenamento em condições de utilização. Para que fôsse possível uma modificação substancial nesse setor, a providência mais acertada seria a instalação de tanques fornecedores e com fácil acesso às embarcações. O óleo combustível permite economia de tempo, de espaço livre e é mais barato do que a lenha, atualmente; seu recebimento a bordo das embarcações é um trabalho rápido e fácil de execução.

Fizemos, assim, um esbôço das condições que nos oferece o quadro econômico das bacias mais importantes do Brasil.

Resta-nos, em última análise, estudar os meios a utilizar para a recuperação integral dessas vastas regiões que delimitam as bacias citadas, cujas riquezas nos esperam.

Assim sendo, vamos dizer que, também nesse setor de atividade, torna-se necessário um planejamento a longo prazo e com disposições para despesas de vulto.

A primeira parte do plano consistiria na aplicação do crédito concedido pela Constituição da República, na aquisição e modernização do equipamento, substituindo o combustível lenha pelo óleo *Diesel*; manutenção das linhas de navegação existentes e estudo de novas, com possibilidades de maior penetração para o interior do país. A segunda parte seria o preparo do elemento humano para as tarefas da navegação fluvial, juntamente com a formação de técnicos indispensáveis à manutenção das linhas e do equipamento. A terceira e última, constituição de sociedades de economia mista, com capitais estrangeiros e nacionais interessados no ramo.

Estamos certos de que o Brasil terá conseguido dar um grande passo no sentido da redenção das extraordinárias regiões servidas pelas estradas líquidas, libertando-se, assim, de uma dificuldade que tem debilitado sua economia.

CAPÍTULO II

MONOCULTURA OU POLICULTURA?

“Açúcar, cacau, ouro, fumo, borracha, café — cada um desses produtos tem o seu lugar na história do país e, foram, cada um no seu tempo, o “eixo” da economia nacional dando ao Brasil uma supremacia temporária.”

(*Evolução Econômica do Brasil* — J. F. NORMANDO — Tradução de Q. BARBOSA.)

SOMOS um país desamparado de técnicos, transportes, planejamento, enfim, de tudo o necessário para desenvolver-se e acompanhar o ritmo das outras nações.

É a consequência da falta de aplicação das lições que o passado nos legou. Não procuramos corrigir os erros, mas confirmá-los.

A monocultura foi um grande mal, embora se nos parecesse a salvação. Aconteceu com o café, com o algodão, com a borracha e com outros produtos da terra. Continuamos no tipo semicolonial com uma agricultura semi-feudal, empregando processos agrícolas arcaicos e de inclinação à monocultura latifundiária. A nossa preocupação foi o lucro imediato e palpável, não levando em consideração as consequências futuras de uma superprodução sem mercados onde colocar os excedentes. O resultado

foi o desperdício de milhões de sacas de café, a queda vertical dos preços e a perda dos compradores internacionais.

Como produto gerador de divisas, ainda é o café a viga mestra da nossa economia. Devemos, naturalmente, manter a ascendência que desfruta nos mercados externos. Mas isto não quer dizer que sejam abandonados os outros produtos de fácil colocação.

O primeiro passo será despertar no estrangeiro o gôsto pelos nossos produtos, sendo o café a sua ponta de lança; estimular o seu uso nos países consumidores, além ou aquém das cortinas de ferro, de bambu, ou de que outra cortina haja. Não nos deve interessar outro objetivo senão gerar divisas, tirando o máximo proveito das condições econômicas gerais e das condições políticas internacionais. Essas condições melhoraram muito depois da Conferência de Genebra, para alívio de um Mundo em expectativa.

Mas o Mundo ainda faminto, não poderá beber só café. Precisa comer e comer bem; necessita vestir-se convenientemente e trabalhar sem apreensões. Nós estamos habilitados a fornecer, no futuro, grandes quantidades de nossos produtos, se formos capazes de compreender, nos seus devidos termos, as imutáveis leis da oferta e da procura.

Precisamos produzir e exportar ao máximo, desde que encontremos mercados compensadores e nos quais nossos artigos sejam bem aceitos pela sua qualidade e não pela quantidade, como tem ocorrido até então.

Devemos abandonar, de vez, a monocultura como tábua de salvação nacional e procurar introduzir no mercado interno novos elementos de alimentação mais fáceis de produzir, apurar suas qualidades e depois lançá-los no mercado externo. Podemos citar um exemplo: o feijão-soja. É um sucedâneo notável da carne e possuidor de

qualidades protéicas extraordinárias. Os brasileiros ignoram completamente as vantagens dessa planta, não só para a alimentação humana, como para o forrageamento de rebanhos. Os Estados Unidos e a Ásia consomem grandes quantidades da soja e seus subprodutos, empregando-a intensivamente na alimentação e até na medicina para tratamento de diabetes. Além do mais, é uma planta que produz em quaisquer latitudes e terrenos, dependendo de sua variedade. O Brasil possui condições excepcionais para cultura da soja. Basta saber aproveitar.

Temos tido oportunidade de ler na imprensa do Rio de Janeiro, notícias sôbre a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil. Ora, os japoneses cultivam intensiva e tecnicamente a soja e o trigo, além do arroz e outros produtos agrícolas. São por isso bons colonos e bastante resistentes. Seria o caso de continuar a localizá-los na Amazônia, onde poderiam desenvolver com proveito e eficiência a policultura. Impedi-los de cultivar apenas arroz ou soja e ajudá-los no plantio do trigo, tomates, pimenta-do-reino, juta e demais produtos do ubérrimo solo amazônico, é uma providência que se impõe, ao receber o órgão competente propostas da vinda de novos emigrantes daquela nacionalidade.

Precisamos desenvolver a produção do país em níveis compatíveis com os mercados internos e externos. É necessário, imprescindível mesmo, evitar os esteios econômicos baseados na monocultura, isso porque torna-se quase impossível substituir o produto atingido por uma crise cíclica, decorrendo daí as altas de impostos, taxas e outros ônus que venham sobrecarregar as gerações presentes e futuras.

Por outro lado, a policultura só nos poderá auxiliar na tarefa de imprimir velocidade à moeda circulante no país, com o intuito de atingir o ideal interno de disponi-

bilidade, ou seja na proporção de 3:1, isto é, 3 para o volume circulante global e 1 para as disponibilidades.

Se conseguirmos refrear a maior tendência nacional, que é para investimentos em indústrias imobiliárias, ou obras não reprodutivas, teremos prestado um grande serviço à nossa economia.

Não devemos e nem podemos olvidar o exemplo de Pernambuco. O bravo "Leão do Norte" é hoje uma vítima da sua monocultura — a cana-de-açúcar, — que o empobreceu, depois de ter feito a sua grandeza.

CAPÍTULO III

ACUSAÇÃO IMPROCEDENTE

“De tôdas as características admiráveis dos brasileiros há uma que não é admirável: querem que o Governo resolva todos os seus problemas.”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

Ao tratarmos, neste trabalho, do desenvolvimento agrícola, tivemos em mente o aspecto econômico e não o político. Mesmo porque ao economista compete obedecer a métodos, a ordenação racional ou sistemática, planificando aquilo que na realidade prática não poderia ser observado a um só tempo.

A política deve ceder lugar à investigação econômica.

Assim, pois, vamos tratar neste capítulo de mais um fator de efeito contrário, responsável em grande parte pelo abandono das áreas de produção no interior do país. Vamos ainda tentar refutar uma acusação que alguns jornais do Rio de Janeiro fizeram ao Exército Nacional.

Já dissemos que há necessidade imperiosa de fixar o homem à terra. Expusemos os meios pelos quais seria possível atingir a êsse objetivo. As áreas agrícolas poderão ser recuperadas e ampliadas com o auxílio oficial do Estado ou por intermédio de empréstimos a longo prazo

aos produtores e através, ainda, de aquisição de safras e redistribuição dos produtos. Para isso, seriam necessárias melhores condições de vida ao pequeno agricultor, estimulando-o por todos os meios possíveis, dando-lhe transportes mais baratos e um lucro compensador do seu trabalho. O contróle bancário das finanças do núcleo agrícola, garantido por contas especiais de depósitos, seria uma forma de despertar confiança no homem do campo, já de si tão descontente na atual conjuntura. Emprestar-lhe o necessário para garantir sua produção e controlar a aplicação desse empréstimo, deveria ser o ideal. Voltaremos a êste assunto oportunamente.

Acusam os jornais de ser o Exército Nacional o maior responsável pelo êxodo rural, insistindo na tecla já bastante gasta de que os convocados das zonas rurais, ao serem licenciados das fileiras, deixam de regressar aos locais de onde provieram. Isto não acontece na sua totalidade, porque o Exército ensina o homem do campo a aplicar novos métodos de trabalho, ao mesmo tempo que o alfabetiza. Se alguns dêles não regressam, de fato, aos seus rincões, prestam outra espécie de serviço especializando-se nas várias modalidades que a carreira militar lhes oferece. Aliás, hoje em dia, um soldado especializado é procurado insistentemente pela indústria civil.

O que o Exército pede à Nação é muito pouco, em relação aos outros ramos da atividade pública; é o mínimo compatível com a segurança da Nação soberana e consciência dos seus compromissos internacionais.

Já tivemos uma prova insofismável de que o Exército precisa estar aparelhado em material e homens, sem o que suas finalidades deixam de existir.

As zonas tributárias determinadas pela administração militar, obedecem a um plano traçado e que leva em conta os fatores econômicos das mesmas. Assim é que, anual-

mente, várias dessas zonas são dispensadas de convocação militar.

O serviço militar não colabora nas migrações nem nos fluxos e refluxos constantes da população. Esse movimento é um imperativo da própria condição das massas que se deslocam para os grandes centros, atraídas pelas melhores e illusórias condições de vida, como nos referimos em outra oportunidade.

O êxodo não ocorre quando o convocado é oriundo de zona rural próspera, sob regime de pequena propriedade, ou nos núcleos agrícolas bem desenvolvidos, como é o caso dos contingentes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Já os convocados de zonas pobres e de baixo nível alimentício vêm encontrar no Exército uma oportunidade salvadora e a ela se agarram para a recuperação física de seus corpos muitas vezes minados pela doença decorrente da subalimentação.

Acusar, portanto, o Exército de tirar o homem das zonas rurais, causando seu empobrecimento, é obra impatriótica, antidemocrática e um absurdo tão deslavado, que não perderemos tempo em comentar.

Queremos lembrar, apenas, o trabalho que hoje desenvolve para acelerar o progresso do país. As Unidades da Arma de Engenharia têm construído muitos quilômetros de estradas no Sul e agora iniciam a coordenação das obras rodoferroviárias e contra as sêcas no Nordeste, como auxílio valioso para a recuperação econômica daquela vasta região. Vão elas participar das grandes tarefas do tempo de paz e concorrer para o fortalecimento da estrutura do país, além de educar e adestrar homens bisonhos, tornando-os válidos à Nação.

O Exército tem dado provas de seu amor ao Brasil, porque compreende o problema nōs seus devidos tērmos

e o absorve com dignidade. Vemos, ainda hoje, o interêsse que está dispensando a construção da rodovia Coronel Oviedo — Pôrto Presidente Franco, a fim de assegurar a um país irmão, o Paraguai, uma válvula de escoamento para o Atlântico. Não é, assim, sòmente na órbita nacional que atua. Sabe interpretar os verdadeiros sentimentos de fraternidade continental, empregando suas fôrças materiais e morais para ajudar a elevar o Brasil no conceito das outras Nações, fora de suas fronteiras, em benefício de todo o Continente.

Temos a plena certeza e a inabalável confiança nas Unidades recém-criadas no Nordeste Brasileiro. A elas vai ser dada uma das missões mais importantes dos nossos tempos, lançando o vigor e o entusiasmo de seus oficiais e soldados na execução de mais uma tarefa hercúlea: a unificação econômica, através das estradas que irão construir, da imensa e rica região hoje quase abandonada.

Apoiemos, portanto, o trabalho anônimo do nosso Exército e teremos concorrido para o bem do Brasil.

CAPÍTULO IV

ARTIFÍCIOS PREJUDICIAIS

“Ninguém, a não ser os próprios brasileiros, poderá entrar a marcha do Brasil.”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

EM capítulo anterior fizemos uma apreciação geral sobre a monocultura e a policultura em nosso país.

A mania muito comum entre nós de fazermos somente aquilo que nos traga vantagens imediatas e compensadoras, tem concorrido para a queda dos nossos produtos básicos geradores de divisas.

Fazendo um retrospecto do café, vamos encontrar o seguinte quadro: esse produto essencial à economia da Nação, continua como nos tempos do Império e da primeira República, a ser quase o único sustentáculo das nossas trocas externas. Fomos obrigados a imensos sacrifícios internos para manutenção do produto em situação menos precária nos mercados de consumo estrangeiros.

Como se poderá compreender um retrocesso das nossas exportações de café, quando o lógico seria um aumento substancial? Vejamos os dados de que dispomos: em 1929 exportamos 14.280.815 sacas contra 10.917.511 em 1954!

Estamos, evidentemente, andando em marcha à ré — o que é um absurdo.

Já demonstramos que o Brasil caminhou no terreno da industrialização e continua o seu ritmo ascensional em todos os ramos da atividade econômica. Entretanto, a análise nos leva a concluir que, no caso do café, houve uma regressão incompreensível, cujas causas poderemos resumir em abandono dos problemas dos transportes, desestímulo à lavoura cafeeira, especulação e açambarcamento, elevação do custo dos gêneros de primeira necessidade e outros que seria longo discriminar. É possível que tudo isso haja ocorrido em benefício da industrialização. O pior de todos, porém, é a inflação que acarretou e até hoje continua ameaçando o país.

A proporção de crescimento populacional do Brasil não correspondeu ao volume físico das exportações, decorrendo daí o aumento das necessidades inadiáveis do povo e a conseqüente elevação dos preços de custo de toda a espécie de bens indispensáveis ao mínimo para uma vida pelo menos razoável.

Não conseguimos nem sequer melhorar a posição dos nossos produtos exportáveis nos mercados estrangeiros. Tivemos, isto sim, a posição sempre sitiada pela concorrência, o que nos levou ao artifício prejudicial de manter um nível de preço insustentável.

Outro exemplo gritante é o algodão. Houve a “febre” do “ouro branco”, quando a do “ouro verde” havia passado. Supusemos que o algodão ganharia vulto como artigo de compensadoras e volumosas exportações. Pura ilusão de vida efêmera! Tivemos novamente de descobrir artifícios sem os quais não conseguiríamos colocar um quilo mais de algodão nos mercados externos. Se algum proveito tiramos com a troca do produto, houve feversão em favor da Força Aérea Brasileira, representada pelos

aviões a jato britânicos que vieram aumentar o nosso poder aéreo. Ainda assim, tivemos de manter os artifícios, surgindo a denominação, para os produtos em tais condições, de “gravosos”.

Poucas exceções foram feitas nos artigos exportáveis e nenhum outro produto nobre entrou para a lista das exportações brasileiras, num período de acontecimentos internacionais em que poderíamos ter tirado maior proveito na órbita econômica. O que se impunha, nos anos que se seguiram ao após-guerra, era um incentivo mais sólido aos nossos produtos e o aproveitamento da oportunidade para lançar, no mercado externo, novas mercadorias de consumo imediato, necessárias às áreas onde se operava a reconstrução, isto é, a Europa.

No momento em que fazemos estas considerações, um acontecimento relevante se nos depara, com relação ao artificialismo do café — nosso principal gerador de divisas: o primeiro semestre de 1955 deixou um resultado completamente diverso das previsões, resultado êsse que ficou muito aquém das suas reais possibilidades, agravando o balanço de comércio externo, no que se refere ao orçamento de câmbio. Tudo fazia crer que o preço do café estava descendo vertiginosamente, pois havíamos tido as diferenças de cotação entre junho e dezembro de 1954, ou sejam 90 cents por libra-pêso, na Bôlsa de Nova York, naquele mês e 54 cents em dezembro. Esta queda de quase 40% estava representando a frouxidão do mercado, com nenhuma possibilidade de reação. Pois, mesmo assim, a previsão foi feita para 700 milhões de dólares, nos primeiros seis meses de 1955, otimista em demasia para o fenómeno. Ora, a ocorrência dessa queda viria naturalmente trazer uma outra no volume de vendas, face ao retraimento dos compradores que se mantiveram na expectativa. Isto acontecia no mercado mundial e nós não nos apercebíamos dos fatos posteriores, como se nada de contrário às

previsões feitas pudesse suceder. Estávamos firmemente convencidos de têmos os preços na mão, quando foi lançado o Decreto n.º 35.612 fixando o preço mínimo de 87 cents, por libra-pêso. Logo a seguir tivemos de baixar êsse limite para 64,50 cents (Portaria n.º 99 da SUMOC), numa perseguição à cotação que, em Nova York, já descia aos 50 cents. Foi êste artificialismo cambial que baixou a nossa receita de divisa, no primeiro semestre de 1955, de 370 milhões para 350 milhões de dólares.

Como se não bastasse êsse descalabro, o mesmo aconteceu aos outros produtos de exportação, como o algodão em pluma, o cacau em amêndoas e outros de menor expressão, dando um limite de 600 milhões de dólares.

Assim tivemos o quadro de mais um artifício legal e que só nos trouxe prejuízos consideráveis, com o *deficit* de 70 milhões de dólares no balanço cambial dos primeiros seis meses de 1955.

O café tem suportado tôda a série de artifícios que citamos. E continua suportando o impatriotismo e a ganância desenfreada de especuladores sem escrúpulos.

Vejamos, pois, uma outra forma de lesar o país, através de artifício usado com o café e praticado por firmas e indivíduos que, há longo tempo, vêm utilizando mais êsse caminho para auferir lucros astronômicos sob a aparência de um negócio lícito. Muitas pessoas de boa vontade, porém desavisadas, não chegam a compreender como se processa a fraude cambial na exportação do café. Nós também não atinávamos com êsse tipo de sangria na camaleante economia nacional. Por isso, resolvemos procurar um esclarecimento dos mais doutos nessas questões, conseguindo trazer para êste trabalho as informações que se seguem e já publicadas nos jornais da Capital Federal. Apenas atualizamos a data do cálculo pela cotação do dia 4 de outubro de 1955.

Inicialmente êsse tipo de fraude apresenta um ângulo interessante: o prejuízo!... Exemplifiquemos: no dia 4 de outubro de 1955 a cotação do café por 10 quilos no Pôrto de Santos, acusava o preço de Cr\$ 418,50, que equivale a US\$ 71,80 por saca F.O.B. Na mesma data, a cotação em Nova York era de US\$ 70,95 por saca, que nos dá uma diferença de 85 cents, correspondente a Cr\$ 31,50. Na realidade os mercados davam o preço de Cr\$ 2.730,00 por saca pôsto a bordo em Santos, que vendida a 50 cents de dólar produz US\$ 66,00; o dólar-café tem a taxa de Cr\$ 37,06 (Cr\$ 18,70 mais 18,36 de bonificação) que produz Cr\$ 2.445,00 por saca. A diferença entre o preço do mercado, Cr\$ 2.730,00 e o produzido pela taxa do dólar-café, acusa o “prejuízo” de Cr\$ 285,00 por saca. De fato, pelos cálculos feitos e pela comparação das cotações dos mercados de Santos e Nova York, o “prejuízo” é evidente. Aqui surge a esperteza dos fraudadores. Como agem êles então? Simplesmente registrando o preço de venda a US\$ 58,00 por saca, quando, na realidade, a saca foi vendida por US\$ 66,00. Essa diferença de US\$ 8,00 por saca, a favor do exportador, é oferecida no mercado livre de câmbio à taxa média de Cr\$ 70,00 por dólar, naquela data, 4 de outubro, proporcionando então $8 \times 70,00$ que é igual a Cr\$ 560,00. O “prejuízo” de Cr\$ 285,00 transformou-se agora em “lucro” de Cr\$ 275,00 por saca (Cr\$ 560,00 menos Cr\$ 285,00 é igual a Cr\$ 275,00)!... Nestas condições, levando-se em conta a “legitimidade” do negócio e a soma de sacas de café exportado num mês, o lucro total é fabuloso, como é fácil de calcular. Pergunta-se, porém, como os fraudadores conseguem o registro do preço de venda? mais simplesmente ainda: sabem êles que na cotação do café, 1 (um) centavo de dólar vale Cr\$ 8,75 por 10 (dez) quilos. Para que seja possível vender o café dentro da cotação do mercado norte-americano, torna-se necessário registrar as vendas 3 a 4 centavos a

menos sobre a cotação do dólar. Isso é conseguido pela declaração do tipo do café, ou seja, vendendo um tipo 4 e declarando tipo 6; se o café fôr tipo mole, será registrado como “Riado” (êste tipo existe apenas no Brasil e está situado entre os tipos Rio e Santos). A existência dêsse tipo justifica a fraude, para conseguir as diferenças nos preços.

E é assim que os malabaristas da fraude se locupletam com os lucros obtidos nas barbas das autoridades do Governo. Como coibir essas irregularidades que estão sugando a Nação e desmoralizando ainda mais seu café nos mercados consumidores? Fiscalizando rigorosamente e punindo sem discriminações os fraudadores da economia nacional, tão sacrificada pelos parasitas que a devoram inexoravelmente através do seu produto básico.

Outra modalidade muito em moda, lesiva aos interesses nacionais e responsável pelo aumento do custo das importações julgadas necessárias, é a especulação desenfreada de comerciantes desonestos e que se aproveitam da tolerância do Banco do Brasil. Executam êles o seu plano da seguinte maneira: as importações são feitas por meio de licenças concedidas pela CACEX; os interessados apresentam à mesma os certificados de compra das divisas obtidas em leilões na Bôlsa de Valores e Títulos, sendo êsses leilões anunciados com antecedência, contendo a indicação dos países, valores e categorias. Adquiridas as moedas para as cinco categorias de produtos não especificados e de posse dos certificados, solicitam à CACEX concessão de licença para um determinado produto escolhido dentro da sua categoria. Como o produto a importar já é previamente escolhido, o importador tem em seu poder certa quantidade de dólares, libras ou outra moeda qualquer, adquirida em leilão, vai operando suas licitações até o limite comportado pelo produto que lhe interessa. Acontece, todavia, que os importadores muitas

vêzes adquirem licenças para a vinda de determinado produto e não conseguem importar em face dos convênios que fixam os contingentes, cujo montante já foi excedido. Então o Banco do Brasil devolve os ágios pagos na licitação em leilão, ou não obriga o seu pagamento. Não há grande prejuízo aos importadores nessa modalidade, pois a perda corresponde à comissão de corretagem, que raramente atinge a 1/8%. A devolução ou o não pagamento são permitidos somente em casos de comprovada força maior. Aqui entram em ação os especuladores. Aproveitaram-se da tolerância do Banco do Brasil e vão para os leilões com o único propósito de elevar os ágios, afastando os concorrentes; isto conseguido, deixam de pagar os ágios ao Banco, resultando prejuízo para o comércio honesto, que não pode obter divisas e importar produtos necessários ao consumo. Como autenticidade de nossas afirmações, basta fazer-se uma verificação na Bôlsa e encontraremos grandes quantidades de dólares que, apesar de adquiridos em leilão, não foram retirados. Esse processo vem trazendo sérios embaraços ao comércio exportador e desequilibrando as contas do Convênio Comercial.

A única e racional providência, por parte do Banco do Brasil, é negar os pedidos de devolução de ágios pagos e obrigar o pagamento dos que foram licitados. Só assim poderá ser evitada a especulação que vem encarecendo as importações. Por outro lado, como medida saneadora, deverá ser exigido um documento legal justificando a hipótese de não ter o importador certo produto e que impeça a desistência das licitações efetuadas ou devolução de ágios.

Vamos analisar, também, a situação do arroz que apresenta um outro aspecto de artifícios especulativos que estamos estudando.

O arroz tem tido considerável produção nos anos de 1953 a 1954, bem como nos primeiros seis meses de 1955,

o que vem salientar o extraordinário crescimento da rizicultura, principalmente no Rio Grande do Sul. Tal incremento está sendo animado pelos mercados urbanos, que necessitam cada vez mais alimentar a população das cidades, cujo crescimento demográfico requer maior consumo, estimulando, em consequência, a produção de gêneros alimentícios.

A análise dos preços altos do arroz, cuja vertiginosa ascensão demonstra séria irregularidade, nos conduz a concluir que há um artifício prejudicando o real valor do produto e o poder aquisitivo das populações. É um artifício de lamentos! E que influi consideravelmente no comércio...

Dizem êles que a época é de escassez, de atraso da nossa agricultura, da deficiência dos transportes, no êxodo rural, enfim, uma série interminável de lamúrias improcedentes, a nosso ver. Isso tudo não passa de especulação, sob a capa de proteger o nosso produto, uma vez que essa proteção ocorre somente para o açambarcador. Alegações as mais disparatadas são feitas para justificar o interesse que abrigam os rizicultores. Argumentam ainda que são obrigados a procurar mercados estrangeiros, para evitar uma queda de preços desastrosa, face à superprodução e aos excedentes armazenados. Procuram assim justificar a exportação, enquanto o mercado nacional se ressentia da falta do produto. Querem êles, na verdade, agarrar-se à margem de lucro que as exportações oferecem, fazendo futuros negócios na base de maior desvalorização da nossa moeda.

O mercado interno pode absorver quase toda a produção e minorar a situação dos preços altíssimos que estamos pagando pelo arroz gaúcho ou de outras regiões produtoras. Bastaria que os rizicultores se satisfizessem com o lucro já bastante alto que lhes proporciona o mer-

cado nacional e procurassem verificar as dificuldades e a penúria por que passa o trabalhador de baixo salário.

O artificialismo das palavras só serve para agravar ainda mais a nossa cambaleante economia. Se houvesse um sentido mais geral de compreensão, para não dizermos caridade, talvez a produção de arroz concorresse para a baixa dos preços, arrastando os outros gêneros de primeira necessidade.

CAPÍTULO V

IMPORTAÇÃO DE TÉCNICOS

“Não é necessário sair do Brasil para encontrar-se elementos competentes.”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

ÊSTE assunto tem se prestado a várias contradições e, mesmo, a interpretações de caráter demagógico. Uns afirmam que devemos importar êsses especialistas, porém, com certas restrições. Outros advogam o nacionalismo e acham que os nossos técnicos são bastante instruídos e treinados para os misteres em que se prepararam.

Tentaremos verificar e estudar as duas correntes, examinando com isenção de ânimo, à luz da ciência econômica, os fatores favoráveis e contrários a essas duas correntes.

Somos, inicialmente, favoráveis à vinda de técnicos de outros países mais adiantados. Esse auxílio deverá, contudo, obedecer a certas regulamentações, a fim de não prejudicar o elemento nativo, nas mesmas condições. Para o desenvolvimento agropecuário, florestal e de pesca, devemos contratar técnicos estrangeiros, uma vez que dependemos ainda de número suficiente de elementos formados pelas nossas escolas especializadas. Seria de grande utili-

dade um técnico em colonização, com a finalidade de estudar e localizar o fluxo migratório nas zonas de adaptação. Já os técnicos em agricultura e alimentação, deveriam ser distribuídos às áreas subdesenvolvidas, e à região da Amazônia um especialista agrônomo-tropical. Quanto ao tempo em que deverão permanecer a serviço do Brasil, será objeto de um contrato de trabalho especial, no qual esteja expressa uma cláusula correspondente ao tempo referido (2 ou mais anos), com opção para prorrogar por outro período, idêntico, no caso de serem os serviços considerados de utilidade para o país. Ser-lhes-ia dada, ainda, a incumbência da formação e treinamento de nossos homens, especializando-os nesses ramos.

Sob o ponto de vista nacionalista, devemos observar que muita coisa já foi feita com os nossos próprios esforços. Haja vista a realização notável da usina de Paulo Afonso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A eletricidade de Paulo Afonso já serve a quatro Estados do Nordeste, marcando o início de nova fase da economia daquela vasta área, pelo aproveitamento dos seus imensos recursos naturais, pelo estabelecimento de produção diversificada, tanto agrícola como industrial, pela recuperação de enorme região semidesértica, através da lavoura irrigada. Recebemos, assim, uma grande e proveitosa lição, que é a crença total na capacidade de realização dos brasileiros. Foram técnicos patrícios que elaboraram o projeto da grande usina do São Francisco e o executaram em tôdas as suas fases, merecendo a aprovação e os louvores dos maiores especialistas norte-americanos. Foi a expressão da vitória do homem brasileiro, contra tôda a sorte de obstáculos; as distâncias enormes, e a falta de estradas suficientes, as dificuldades técnicas para domar a correnteza e fechar o rio. A tudo venceram a energia, a tenacidade e o alto espírito de sacrifício e patriotismo de todos os seus componentes, desde a equipe de técnicos

até ao mais bisonho operário, que rapidamente se adaptaram às tarefas de grande responsabilidade. Não podemos, por isso, deixar de reconhecer nessa obra uma nova seiva que nos anima a caminhar para o porvir. Se Paulo Afonso venceu a indiferença dos brasileiros descrentes, muita coisa poderemos realizar com menos sacrifício. Não devemos esquecer um detalhe muito significativo na construção de Paulo Afonso; tôda a maquinaria necessária à execução da obra e o equipamento da usina foram levados dos portos do Recife e Salvador ao local, através de 500 quilômetros, parte servidos por estradas de ferro e parte por rodovias apenas sofríveis. Eis uma prova que nos orgulha sobremaneira.

Podemos, como já dissemos e não é demais repetir, realizar muita coisa de útil com os nossos próprios técnicos; e o momento é oportuno para lançá-los no planalto goiano e criar um Brasil novo, partindo do interior para a periferia.

Devemos absorver todos os conhecimentos que nos possam oferecer os países mais desenvolvidos. Tirar tudo aquilo que nos possa auxiliar e acolher sua orientação no sentido de elevar o nosso nível de vida às suas verdadeiras proporções.

O Brasil cresceu, e muito. Mas as restrições impostas pelo governo nesse nacionalismo exagerado e crioulo, principalmente as que se originaram do Código de Minas e os contrôles sobre as remessas de dividendos para o exterior, tolheram e desanimaram a iniciativa privada que aqui pretendia se fixar.

Sejamos nacionalistas menos intransigentes e mais humildes ante a tarefa hercúlea que se nos antepõe. Não queiramos resolver tudo sòzinhos, com improvisações e sem planejamento. O ufanismo de papel é muito bonito,

mas a realidade é outra coisa muito diferente e, às vêzes, amarga...

Precisamos urgentemente deixar de lado certos complexos coloniais, para utilizar em proveito da Nação a técnica e o capital de fora, que aí estão à disposição dos que dêles quizerem se beneficiar. Temos, portanto, de mostrar e continuar mostrando ao mundo que já somos de maior idade e que também somos capazes de resolver nossos próprios problemas, utilizando a indispensável experiência e a ajuda alheia, sem que com isto tenhamos de nos escravizar e muito menos de nos humilhar.

Regulamentar a vinda de técnicos, sob condições que lhes proporcionem o desejo de trabalhar com entusiasmo, é a solução mais acertada e que preconizamos.

Não desprezar, de início, o capital estrangeiro, sob bases em que a Nação possa usufruir as vantagens de uma legislação inteligente e bem aplicada para resolução dos problemas que aí estão a desafiar nossa capacidade.

Uma forma eficaz de conseguirmos a cooperação de outros países nos setores da agricultura, indústria e outros ramos, bem como para incentivar e desenvolver ao máximo a permuta de conhecimentos técnicos capazes de fomentar as suas fontes de riquezas e aumentar a produção, é a criação de comissões mistas entre o Brasil e os países interessados. Essas comissões teriam como principal objetivo efetuar estudos e apresentar sugestões adequadas à execução de um programa elaborado de conformidade com as nossas possibilidades. Achamos que poderemos contar com a aquiescência de países europeus, principalmente aquêles que estão mais adiantados nos setores acima referidos. Os norte-americanos já nos têm mandado homens capazes e interessados, pois compreendem muito bem o sentido da política inaugurada pelo saudoso Presidente Roosevelt. A América Latina, e com destaque

o Brasil, sempre constituíram bons mercados e excelentes amigos. Desejam êles conservar e ampliar cada vez mais essas condições.

Não podemos, em sã consciência, afirmar que os nossos técnicos são insuficientes para um programa de larga envigadura e a longo prazo. Isto porque, se nos basearmos nas informações publicadas pela Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), vamos encontrar o seguinte quadro: temos o número de engenheiros formados pelos nossos estabelecimentos de ensino civil, elevado para 10.219, no ano de 1953; já os agrônomos somavam 3.041 e 1.038 veterinários. Essas cifras nos conduzem a um raciocínio lógico e evidente: a atração da indústria que se desenvolve rapidamente, proporcionando melhores ordenados e mais amplo campo de ação aos engenheiros. Não aconteceu o mesmo à agropecuária, pois em 62% dos municípios brasileiros não havia um só agrônomo e em 84% nenhum veterinário. Segundo ainda nos informa aquela publicação, existem no Brasil cêrca de 2.064.527 estabelecimentos agropecuários, o que nos fornece a insignificante proporção de um agrônomo para 679 estabelecimentos e de um veterinário para 1.989 estabelecimentos.

Este estudo vem demonstrar que a assistência técnica ao setor agropecuário é nula. Teremos então de importar mais agrônomos e veterinários? Esta pergunta deve ser feita aos poderes públicos e aos homens responsáveis pelo estímulo aos jovens que estão escolhendo carreira. As nossas oportunidades necessitam de maior número de técnicos nacionais que compreendam o problema nos seus devidos termos e se decidam a enfrentar o campo, o interior, onde se lhes ofereça um vasto horizonte de experiências. É necessário aumentar o número de agrônomos e veterinários e dar-lhes oportunidade. Do contrário, seremos obrigados a importar mais profissionais dêsses ramos.

Acabamos de ter a notícia da vinda ao Brasil de um técnico norte-americano para treinar os nossos homens em conservação do solo; cooperará êle com técnicos nacionais no Centro de Treinamento da Fazenda Ipanema, no Estado de São Paulo. É, efetivamente, uma ótima medida e que deve merecer todo o nosso apoio e entusiasmo. Ratifica, assim, o Govêrno, nosso ponto de vista inicial, isto é, somos pela importação de técnicos dentro das suas especializações e sob contratos limitados com direito de opção.

CAPÍTULO VI

APROVEITAMENTO AGRÍCOLA

“As terras não são, nem podem ser, perpétuamente férteis; porquanto em si contêm todos os elementos componentes dos vegetais, nestes se vão eles incorporando durante o crescimento, deixando-as pouco a pouco estéreis e impróprias à cultura eficiente, pelo gradual, embora lento esgotamento daqueles depósitos que irão se extinguindo com as colheitas sucessivas, se cuidadosa renovação sistematizada os não fôr recompondo e amparando.”

(*Economia Política, Finanças e Contabilidade*
— AARÃO REIS.)

RECORRENDO ao censo de 1950, vamos encontrar os seguintes dados, extraídos de “Conjuntura Econômica”, n.º 7, julho de 1955: naquele ano, a área total dos estabelecimentos agrícolas era de 2.339.881 quilômetros quadrados, ou seja, 27,5% do território nacional. Percentagem irrisória que traduz nossa incapacidade de aproveitamento da terra, enquanto que nos países europeus, no mesmo ano, êsse aproveitamento era quase total e os Estados Unidos apresentavam mais de 50%.

Vejamos agora qual a variação, no Brasil: no Norte temos o mínimo de 6,6% da área total e o máximo no Sul, com 67,4%. Êsses números vêm demonstrar que, no Sul,

as terras estão com o seu índice próximo dos países europeus e já serem escassas as áreas a conquistar. O Nordeste nos oferece uma percentagem de aproveitamento correspondente a 43,3%, evidenciando um aumento em relação a 1940, quando alcançava apenas 29,3% do território total. No Leste, o índice era também elevado, com 47,8%, apesar das extensas regiões do norte baiano ainda inexploradas. No Centro-Oeste — área principal e objeto do nosso estudo, — tínhamos 28,6% com acentuado incremento sobre 1940.

Quanto ao crescimento dessas áreas, encontramos o seguinte quadro: de 1940 a 1950, as propriedades agrícolas no país somavam 362.079 quilômetros quadrados, ou 18,3%. As regiões centro-oeste e Nordeste incorporaram à produção rural, naquele decênio, 74,4% do incremento total havido no Brasil.

Um outro dado interessante e que não podemos deixar de mencionar é o aumento total da superfície agrícola, entre 1920 e 1940, crescendo a área das propriedades no Leste e no Sul, representando 92,8%. Esse número traduz a expansão dos Estados do Sul e, principalmente, em Minas Gerais, entre os Estados da região Leste.

Todos os dados acima servem para proporcionar ao estudioso e ao analista, material de grande importância.

Passemos a comparar o que se observa na Europa, para concluirmos que estamos ainda no começo de nova era de aproveitamento integral da terra, para produzir alimentos.

Na Europa faminta e já quase exaurida, tudo é tentado para o aumento da produção agrícola, a fim de obter gêneros de necessidade às populações. Como prova dessa afirmação, basta-nos ler os resultados da Conferência Atômica de Genebra e na qual se tratou com destaque do emprego de isótopos radioativos na agricultura, com a fina-

lidade de impulsionar a produção de alimentos em proporções nunca dantes sonhadas. Experiências feitas demonstraram que o emprêgo controlado das radiações provoca alterações orgânicas entre as plantas, melhorando, assim, sua qualidade, resistência, produção, rapidez de crescimento, etc. Não sabemos ainda é se essas aplicações já apresentaram defeitos que contra-indiquem o seu uso.

Na Itália o plantio e a colheita de trigo foi conseguido em 64 dias apenas, com o emprêgo da energia atômica, proporcionando ao agricultor italiano trigo em abundância cinco meses menos que o normal.

Nós, que tivemos oportunidade de ver de perto a economia italiana destruída pela guerra, suas terras devastadas pelos obuses nazistas e Aliados, temos dificuldades em compreender o por quê da sua presente situação financeira. A recuperação econômica e industrial foi surpreendente.

Vimos o esforço do homem rural envidando todos os meios para reorganizar suas plantações de trigo incendiadas, numa verdadeira batalha contra tudo, em condições adversas e recebendo a esmola estrangeira que possibilitou o reerguimento da lavoura e, no após-guerra, da sua economia. Impressionou-nos profundamente a cooperação entre pequenos núcleos agrícolas, chamados *paeses* onde funcionavam as cooperativas de consumo e nas quais os associados tinham os mesmos direitos e as mesmas obrigações, isto pelo fato de não haver especulação; era estabelecido um substrato econômico-moral, que distribuía as sobras resultantes da ação pessoal e direta de seus associados, sem finalidade de lucro, mas para satisfazer as necessidades daqueles. Esse sistema permitiu a recuperação total da Itália e o aproveitamento das suas terras.

Um modelo assim poderia ser aproveitado para o interior do Brasil, onde as condições são quase idênticas no

que se refere ao espírito associativo do povo. Adotando-se um sistema pelo qual os excedentes seriam devolvidos aos associados no fim do ano, sob a forma de retôrno, devolução essa que obedeceria a um plano proporcional às operações por êles realizadas através da cooperativa, estamos certos de que haveria êxito em se tentar esta fórmula.

Nossa terra é boa, nosso solo o melhor do mundo e o nosso camponês trabalhador e esforçado. Por que então não aproveitar tôdas essas qualidades incentivando e protegendo a agricultura, principalmente no interior? A criação de Cooperativas financiadas por organizações bancárias particulares seria uma solução razoável e haveria, conseqüentemente, impulso na produção. Só seria exportado o excedente, o estritamente dispensável, depois de satisfeitas as necessidades da população do núcleo. Criar-se-iam ainda postos de abastecimento, controlados pela própria organização cooperativa, dentro do núcleo estabelecido.

Outro aspecto dêsse assunto é a formação de técnicos agrícolas por conta da própria cooperativa ou através de bôlsas de estudo nos grandes centros do país. Um levantamento completo das possibilidades de cada região seria feito por órgãos especializados, a fim de determinar o seu potencial e suas áreas de produção — o I. B. G. E., por exemplo.

O Banco do Nordeste do Brasil, com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas, já iniciou experiências para a solução dos problemas em equação e tudo nos leva a crer que obterá assinalados êxitos nos seus empreendimentos.

O problema da rêde de armazéns e silos que, evidentemente, se procurará resolver dentro de cada comunidade, permitirá recuperar e ampliar a produção anualmente perdida pela depreciação decorrente da fermentação. Por

outro lado essa rêde virá contribuir para a melhoria do custo de vida, como também beneficiará os produtores, dando-lhes o aproveitamento integral das colheitas. A alegação de que teremos de importar silos pròpriamente ditos e o seu indispensável acessório de operação, não pode persistir. A indústria nacional já se acha capacitada e devidamente aparelhada para produzir os tipos mais modernos, inclusive aquêles especialmente projetados para as nossas regiões de clima variado, bem como seus equipamentos mecânicos e peças sobressalentes. O Conselho Nacional de Economia já demonstrou que podemos solucionar o problema sem recorrer à importação de material dispendioso e fabricado no estrangeiro. Basta agora pôr mãos à obra e prestigiar a iniciativa do Govêrno que já decretou a criação da Rêde Nacional de Armazéns e Silos.

Torna-se imperioso abandonar, de uma vez por tôdas, a mentalidade que tem prevalecido nas altas esferas administrativas, nas quais o artificialismo de uma COFAP vem ensombrecendo as soluções realmente úteis à coletividade nacional. A luta contra a carestia de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, precisa ter início com as facilidades que uma vasta rêde de silos e armazéns proporciona. Sòmente usando essa eficiente arma, poderemos preservar as safras, protegendo-as de danos e dos especuladores que se aproveitam da fraqueza econômica dos agricultores, enquanto esperam a vez nos deficientes transportes. Evitando a perda anual de cêrca de 20% da safra de cereais pelo ataque de roedores, fungos e insetos, o produtor encontra nos armazéns e silos seu melhor aliado que lhe dá a segurança necessária e a certeza de que está sendo amparado. Por outro raciocínio, haverá afluência de alimentos aos mercados urbanos, exercendo pressão sôbre os preços, baixando-os consideravelmente. O produtor, por sua vez, seria beneficiado e deixaria de viver na dependência do grande comércio atacadista que lhe paga

os preços que quer, revendendo depois os alimentos com lucro astronômico. As feiras-livres da cidade, apesar do tabelamento impôsto, nos oferece um quadro dessa situação calamitosa e no qual a inflação ocupa o primeiro plano.

O esbanjamento de terras utilizáveis na lavoura é um costume antigo e já arraigado entre nós. Não nos preocupamos com o revigoramento do solo, empregando os processos mais modernos que a técnica nos oferece, preferindo devastar novas florestas para obtenção de terra virgem.

O quadro que abaixo transcrevemos de “Conjuntura Econômica”, de julho de 1955, bem reflete o estado atual da lavoura brasileira, tendo por base a produção por unidade de área, segundo as regiões fisiográficas e nos períodos considerados.

NÚMEROS RELATIVOS - % DA ÁREA TOTAL

ZONAS FISIOGRÁFICAS	LAVOURAS			PASTAGENS			MATAS			INCULTAS			IMPRODU- TIVAS		
	1920	1940	1950	1920	1940	1950	1920	1940	1950	1920	1940	1950	1920	1940	1950
BRASIL.....	3,8	4,7	8,6	—	44,6	46,0	27,9	24,8	24,1	—	14,8	14,5	—	6,3	6,8
Norte.....	0,6	3,6	1,8	—	9,0	10,5	69,5	70,3	76,3	—	13,7	8,6	—	3,4	2,8
Nordeste.....	2,8	14,7	10,2	—	32,3	28,5	18,3	20,9	24,2	—	23,5	27,0	—	8,6	10,1
Leste.....	6,2	10,7	9,6	—	45,1	49,7	22,1	16,7	17,3	—	18,4	15,1	—	9,0	8,7
Sul.....	7,5	14,5	16,2	—	48,6	50,0	28,3	18,2	15,8	—	15,1	13,5	—	4,4	4,3
Centro-oeste.....	0,3	1,8	1,5	—	70,1	66,0	18,7	17,7	17,6	—	5,3	7,5	—	5,0	6,5

Fonte: Serviço Nacional do Recenseamento.

O exame dêsse quadro nos revela dados interessantes e que corroboram os nossos argumentos. Por exemplo: as lavouras foram incrementadas no período de 1920 a 1940, para decair sensivelmente em 1950; somente o Sul conseguiu manter-se em ascensão, assim mesmo desproporcional aos períodos decorridos, ou sejam de 1920 a 1940 (20 anos) com o aumento de 7% e de 1940 a 1950 recebeu

a elevação de apenas 1,7% de lavouras. Essa área concorreu para que o total verificado no Brasil não regredisse acentuadamente, como se pode ver na proporcionalidade percentual de seus números relativos nos períodos considerados.

Comparando-se ainda o Nordeste com a região Centro-Oeste, no que se refere a terras improdutivas, constatamos, também, um acréscimo na década 1940-1950, o que vem demonstrar certo abandono nessas áreas. Isto ocorre quando há esbanjamento de terras utilizáveis na lavoura, como já dissemos.

Um outro problema que nos tem impressionado, quando pensamos nessas áreas de terra boa, porém incultas, é o da mecanização do seu cultivo. Antes de tudo devemos estudar os meios de educar e convencer o homem do campo no trato diário da terra e ensinar-lhe os métodos modernos de exploração do solo. É muito difícil conseguir isso, pois o nosso lavrador não acredita muito nessas inovações. Acha ele que o seu trabalho, adotado por muitas gerações passadas é o mais eficiente. Torna-se, por isso, necessário ensiná-lo a metodizar o trabalho, desde o desmatamento, preparo do solo, adubação e plantio, além dos cuidados culturais da colheita.

Há quem assegure, com razão talvez, que a mecano-cultura proporciona grandes índices às culturas básicas de subsistência. Estamos de pleno acôrdo. Devemos mecanizar sem demora os nossos meios de tratar o solo, como forma capaz de acelerar o ritmo da produção agrícola. Mas, para isso, necessitamos ainda importar uma parte dos implementos nela empregados, embora já se acentue a produção de peças sobressalentes e mesmo algumas máquinas agrícolas no território nacional, a baixo custo. Não são porém suficientes ainda para um amplo emprêgo, pelas dificuldades surgidas no terreno da aquisição de divisas e

orçamentos de câmbio, uma vez que a nossa política se orienta no sentido de economizar essas mesmas divisas. Contudo, as estatísticas relativas à produção nacional de pneus, para os quatro meses de 1955, nos dão o total de 406 mil pneus para carros de passeio e 12 mil para tratores. Esta disparidade flagrante nos conduz à conclusão de que os tratores e máquinas agrícolas não estão merecendo o apoio e o estímulo por parte dos órgãos competentes, preferindo os fabricantes a renda mais fácil dos pneus para automóveis de passeio. Não podemos, é claro, deixar de considerar que a mecanização da lavoura exige desenvolvimento firme da indústria nacional de veículos, motores, peças e acessórios. Os projetos da Fábrica Nacional de Motores já se encaminham satisfatoriamente nesse sentido e temos fé de que, em futuro próximo, estejam nossos agricultores habilitados à mecanização das lavouras com material nacional.

Não queremos terminar este capítulo sem uma referência especial e que julgamos importante, em face do recente acôrdo para compra de trigo nos Estados Unidos. Longe de nós a intenção de criticar os atos da administração pública. Queremos apenas mostrar as nossas possibilidades regionais, para, no futuro, podermos economizar mais divisas e proteger o trigo nacional.

A cultura intensiva do trigo no Brasil é promissora e podemos dizer que as condições existentes no Rio Grande do Sul são as mesmas da zona fronteiriça com o Uruguai e uma parte da Argentina. Ecológicamente ideal para essa cultura, produz a região gaúcha o tipo de trigo mais resistente à praga da ferrugem denominado "Frontana" e que é o resultado das experimentações genéticas da Estação Fitotécnica de Bagé. Já nos municípios de Júlio de Castilhos e Carazinho, torna-se necessário corrigir a acidez do solo com adubos à base de fósforo e calcários. O sistema

QUADRO 1
QUADRO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA - ANO DE 1954

PRODUTO	TONELADAS	VALOR EM CRUZEIROS	ÁREA CULTIVADA HECTARES
Café beneficiado.....	1.053.952	20.162.087.000,00	2.960.429
Arroz com casca.....	3.448.048	14.568.200.000,00	2.383.095
Milho.....	7.071.160	13.182.697.000,00	5.468.812
Algodão descaroçado.....	447.295	7.758.322.000,00	2.481.492
Feijão.....	1.615.699	6.701.129.000,00	2.231.331
Mandioca.....	14.210.395	5.962.579.000,00	1.088.890
Cana-de-açúcar.....	39.048.431	5.182.163.000,00	999.285
Trigo.....	823.845	2.946.223.000,00	933.015
Batata inglesa.....	841.480	2.081.403.000,00	170.565
TOTAL.....	68.560.305	78.544.803.000,00	18.616.914

QUADRO 2
OUTROS PRODUTOS CULTIVADOS EM ÁREAS
MENORES

	350 182 Hectares
Cacau.....	214.216 "
Mamona.....	106.309 "
Batata doce.....	134.778 "
Amendoim.....	175.255 "
Fumo.....	30.232 "
Cebola.....	139.615 "
Banana.....	77.198 "
Laranja.....	43.990 "
Uva.....	1.271.775 Hectares
TOTAL.....	

RESUMO DA ÁREA CULTIVADA

Quadro 1	18.616.914
Quadro 2	1.271.775
TOTAL.....	19.888.689
Outros produtos de menor área, computados pelo to- tal.....	646.638
TOTAL GERAL.....	20.535.327 Ha.

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

de culturas rotativas, incluindo-se o plantio da soja e outras plantas verdes, na proporção de 1 para 4 de trigo, é aconselhado para êsse fim. Por outro lado é preciso equilibrar a produtividade do solo ácido pelo emprêgo de superfosfatos, evitando-se o excesso de culturas verdes, a fim de não prejudicar as colheitas. Na região de Bagé, cuja produção de trigo atinge a 100%, pratica-se a cultura rotativa para não exaurir a terra.

Vimos assim, rapidamente, o futuro do trigo no sul do país, onde já se forma uma nova mentalidade inteiramente ligada ao aproveitamento das áreas favoráveis à sua cultura.

Não temos dúvida de que outras partes do território nacional poderão produzir trigo em quantidades suficientes a uma percentagem bem elevada do consumo interno. Torna-se, porém, necessário estudar as regiões de plantação provável, com a finalidade de calcular com acêrto as safras. Temos, a propósito, um exemplo que deve ser meditado: o norte do Paraná, onde se procura plantar o trigo sem êsse estudo preliminar. No fim da primavera eleva-se a temperatura naquela região, o que diminui as perspectivas de uma boa colheita e decresce a qualidade do produto. Torna-se, portanto, urgente fazer experiências locais para determinação da variedade de curto ciclo vegetativo que se pode empregar, cujo plantio seja efetuado em junho e não em julho, como ali é praticado. Por êste motivo muitos plantadores da região têm desanimado. Já no sul do Estado, as condições ecológicas são mais favoráveis, podendo mesmo estabelecer culturas irrigadas e obter energia hidráulica a baixo custo; é possível ainda atrair uma indústria de adubos para ali se estabelecer, já que é bem provável conseguir energia por meio de instalações e mão-de-obra baratas.

ESTUDO COMPARATIVO DAS ÁREAS CULTIVADAS
EM HECTARES

1952	1953	1954
18.999.902	19.602.512	20.535.327

Diferenças:

1952 para 1953 - 602.610 Ha

1953 para 1954 - 932.815 Ha

Essas diferenças observadas nos anos de 1952 a 1953 e 1953 a 1954, não são absolutamente satisfatórias, pois que poderíamos cultivar muito além desse total, se houvesse planejamento adequado.

Tivemos, em 1952, 35.754 tratores empregados na agricultura, número esse que se elevou a 38.341 em 1953 e a 40.643 unidades em 1954, conforme nos informa o quadro demonstrativo fornecido pelo Banco do Brasil.

Quanto ao progresso da nossa triticultura, podemos observar o quadro abaixo, extraído do Serviço de Estatística e Produção do Ministério da Agricultura:

ANO DE 1955

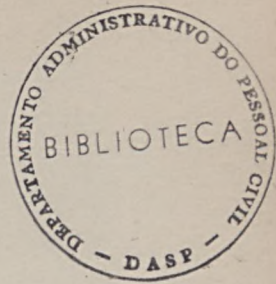
Rio Grande do Sul	796.833 toneladas
Santa Catarina	124.435 "
Paraná	59.135 "
São Paulo	2.233 "
Minas Gerais	118 "
Bahia	67 "
Goiás	40 "

Total 982.861 toneladas

RENDIMENTO

QUILOS POR HECTARE

Bahia	1.056
Minas Gerais	983
Santa Catarina	976
Rio Grande do Sul	904
Goiás	735



CAPÍTULO VII

PRODUÇÃO VERSUS MALTHUS

"Tôda economia precisa de resolver de um modo ou de outro três problemas econômicos fundamentais: *quais e quantos* possíveis bens e serviços deverão ser reproduzidos; *como* deverão ser utilizados os recursos econômicos na produção desses bens; *para quem* deverão ser produzidos esses bens, isto é, qual deve ser a distribuição da renda entre diferentes indivíduos e classes."

(Introdução à Análise Econômica — PAUL A. SAMUELSON.)

NESTE capítulo vamos tentar um exame das idéias modernas sôbre a produção, em face da teoria malthusiana, particularizando-as ao nosso caso.

Recorrendo ao censo de 1950, o Brasil cresceu em população com relativa celeridade, constatando-se elevado excedente dos nascimentos sôbre os óbitos nos últimos 15 anos.

Esse fato nos conduz a meditar na sentença duríssima do pensador inglês Thomaz Malthus, uma vez que sentimos aproximar-se uma nova era de recuperação do solo e na qual a impiedade de sua audaciosa sentença poderá ser relegada ao passado. Entretanto, ao percorrermos o interior do nosso país, não podemos deixar de sentir uma certa angústia, quando nos deparamos com quadros que

traduzem fielmente o pensamento de Malthus. As favelas do Rio de Janeiro aí estão como que para confirmar essas duras, mas verdadeiras palavras.

Vamos apreciar a teoria de Malthus, que diz: “a população tende a aumentar mais rapidamente que os suprlmentos de alimentação e pode ser abaixada ou comprimida até ao nível de subsistência, por ações positivas, como: os vícios, pestes, fome e guerra, e preventivas, como: controle dos nascimentos, restrições morais, adiamento de uniões conjugais”. Ora, o nosso povo — mais geralmente a raça latina, — religioso por índole, conformista por natureza, repele as ações preventivas, embora reconheça, no fundo, que existem motivos para sua aplicação, não no sentido de eliminar intencionalmente uma vida humana, mas para evitar sofrimento futuro. Quanto às ações positivas, independem, muitas vèzes, da nossa vontade, pois constituem elas fatalidades inerentes ao mundo inteiro.

Ao tempo em que Malthus escreveu a sua doutrina, as condições eram muito diferentes das atuais. Por isso mesmo, naquela época, houve certa deficiência na sua lei, em face da análise incompleta do fenômeno da produção, em gerações sucessivas da espécie humana, atendendo tão-sòmente à ação nesse sentido, da fôrça reprodutora humana, que, como as de tôdas as demais espécies de sêres organizados, tanto animais como vegetais, age sempre de maneira superabundante. Como exemplo podemos citar um pé de milho que fornece cêrca de 2.000 sementes, a soja que se reproduz em qualquer região da terra, a carpa que põe 342.000 ovos; dois arenques poderiam povoar sò-zinhos todos os mares, num período de 10 anos, se todos os seus ovos fôssem fecundados e nem uma causa de destruição tolhesse tão extraordinária multiplicação.

A espécie humana, como todos os demais sêres orgânicos, poderia multiplicar-se com extrema rapidez, se tivesse como

agente exclusivo e único dessa operação, a sua força reprodutora. Em cada quarto de século, se isso ocorresse, duplicaria a população do mundo, fazendo-a crescer em progressão geométrica, segundo a fórmula malthusiana.

Devemos aceitar, então, a explicação de que, à melhor, mais ativa e mais eficiente utilização dessa força natural de reprodução, juntam-se também condições mesológicas de maior destruição de parte mais ou menos computável de cada nova geração, antes de ter atingido o índice normal de fecundidade. Além dessas condições devemos considerar ainda o meio cósmico ou mesmo o meio social, tão nocivos e deficientes, que a raça humana já teria sido eliminada da face da terra se sua potência reprodutora não excedesse bastante às necessidades da conservação da espécie, pela incessante e progressiva reprodução.

Feitas essas considerações, passemos agora a examinar os meios de que dispõe a humanidade, para produzir o suficiente ao seu sustento, com base na evolução da ciência, com o fim de anular as previsões de Malthus.

A agricultura tem progredido de tal maneira, que podemos assegurar para a produtividade do solo, nos próximos 15 ou 20 anos, uma duplicação das suas capacidades no tocante aos alimentos indispensáveis à vida. Todos os esforços têm sido conjugados para atingir o objetivo comum de todos os povos que estão carecendo de aumentar as suas reservas e manter a saúde. Em consequência, a indústria química lançou-se no campo a procura de novos compostos orgânicos para emprêgo na terra a fim de obter colheitas abundantes, reduzir o trabalho exaustivo do camponês e melhorar a qualidade dos produtos. Os progressos obtidos poderão ser comparados com a mudança da tração animal para o motor. Os terrenos considerados menos férteis têm recebido tratamento especial com o emprêgo de novos compostos orgânicos recém-descobertos, como

por exemplo os fenóxidos, carbamatos, fósforo orgânico, herbicidas e fungicidas. Por outro lado, a proteção contra as ervas daninhas, empregando-se um éster de ácido fenoxiacético, tem substituído o trabalho da enxada no desbaste e eliminação das mesmas; os carbamatos protegem as sementes com tal eficiência, que estas dão o máximo de sua produtividade; a pulverização por meio de aviões, que expõem um hidrocarbonato clorinado, tem salvo consideráveis colheitas de arroz; as lagartas, responsáveis por grandes estragos nas plantações, têm sido liquidadas pelo extraordinário inseticida denominado "Lindane"; o trigo, o milho híbrido e a alfafa, têm sido também grandemente protegidos contra a voracidade das pragas da lavoura, gafanhotos, percevejos fitófagos, etc... Todos esses recursos estão transformando as caatingas em verdejantes invernadas, em todos os recantos do mundo, notadamente nos Estados Unidos.

Apesar de todas essas vantagens da Química, existem opiniões que julgam os fertilizantes naturais melhores à vida da terra. A matéria orgânica se compõe de partículas de todos os elementos nutrientes indispensáveis às plantas, concorrendo ainda para que as terras absorvam e retenham a água, constituindo o depósito em que é armazenado o nitrogênio. A falta de combinação do nitrogênio do solo com a matéria orgânica ocasiona a perda daquele pela ação erosiva das águas. Essas duas correntes chegam, afinal, a um acordo, quando a própria natureza se incumba de demonstrar-lhes que os fertilizantes minerais e os adubos orgânicos são ambos indispensáveis a um fim comum, que é incrementar a produção e aumentar a fertilidade da terra.

Tivemos, assim, em rápida apreciação, o trabalho da ciência e da técnica agindo para que a humanidade não

chegue ao extremo da fome, e do desespero. Basta saber como aplicar êsses benefícios e onde ir buscá-los.

Voltemos as nossas vistas para o Brasil e recorramos novamente ao censo de 1950.

Para equilibrar o excedente dos nascimentos, teremos de contar com dois fatores: a produção de alimentos e a incidência dos óbitos. É lógico que o nosso raciocínio não se fundamenta 100% nos óbitos pois que êstes não são uma constante. Em cada região do país, a ocorrência de óbitos e de nascimentos não é uniforme, deixando-nos portanto sem margem para estabelecer uma regra geral, mesmo com o valioso auxílio das estatísticas.

Devemos conduzir o nosso estudo apenas no sentido dos meios de produção. Para isso, precisamos modernizar e mecanizar a lavoura em todos os quadrantes, selecionando as áreas pelas suas reais qualidades e características agrícolas. Queremos dizer que o cultivo intensivo dos alimentos primários, deve ser encarado resolutamente, como problema nacional.

O trato sistematizado da terra, fazendo-a produzir cada vez mais e melhor, pode, porém, vir a esgotá-la dos princípios fecundantes que lhe são próprios; há, por isso, de se observar a lei da restituição, recorrendo aos elementos minerais e orgânicos, que a ciência e a prática têm aconselhado.

O nosso país já começa a sentir os efeitos de um aproveitamento inadequado, principalmente nas áreas de cultivo intensivo e sem a restituição de que acima falamos. Isto acontece porque permanecemos atados aos métodos agrícolas primitivos, usando e abusando da rotina, em tôda sua força de devastação explorando desorganizadamente a riqueza de um solo fértil e virgem. Hoje, quase podemos assegurar, salvo exceções honrosas, que resta à

lavoura brasileira a terra estragada, os hábitos de uma opulência desordenada e descuidosa, com muitas dívidas insolváveis. Esta, a realidade nacional nos dias que estamos vivendo.

Precisamos reagir, tomando, como base de partida, as facilidades que a ciência, a serviço da produção, nos proporciona. Não é só com o elemento-braço e com o auxílio-máquina, que se deve reorganizar as propriedades agrícolas responsáveis pelo aumento da produção primária. É necessário e imprescindível o concurso do elemento-capital, responsável pelo apoio financeiro na metodização das explorações agrícolas, transformando inteiramente o sistema da cultura e estabelecendo um modo racional e científico que venha garantir as colheitas e nobilitar o agricultor.

Estas idéias só teriam validade se fôsse possível manter os dois métodos bastante conhecidos de aproveitar a terra e que são: o direto, pelo próprio dono e o indireto pelo arrendamento a outrem. No primeiro caso, teríamos a individualidade do proprietário agindo e explorando eficientemente a sua terra, procurando obter a máxima e a melhor produção da riqueza; no segundo, transfere a outrem o uso e gozo dela, por determinado prazo prefixado, cabendo-lhe apenas a renda estipulada. No cultivo direto não há o antagonismo entre o interesse do proprietário e o do cultivador, pois sendo aquêle quem trabalha, procurará poupar a terra à superprodução exaustiva, beneficiando-a permanentemente. No cultivo indireto, digamos por meio de aforamento, haveria o aproveitamento de terras incultas e o incentivo de estabelecimento de novos núcleos agrícolas. Teríamos então o Estado como empresário, fornecendo a terra e os meios àqueles que desejassem localizar-se em novas áreas de possibilidades indiscutíveis, no interior do país. Esse pro-

cesso fixaria logicamente os pequenos e médios agricultores à terra, uma vez que somente ao Estado ficariam sendo devedores; por outro ângulo, dentro de um prazo contractual, a terra passaria a lhes pertencer, com a compra direta ao Governo. É uma possibilidade não remota e exequível de transformar grandes áreas inaproveitadas em ótimos centros de produção de alimentos.

Estas idéias se louvaram ainda nas realizações de outros países que estão conquistando a sua independência econômica pelo método de dar ao homem do campo as esperanças de melhores dias e reacender-lhes no peito a chama de um patriotismo sadio.

Não há melhor oportunidade para os camponeses brasileiros do que esta. O governo pode e deve desenvolver um plano nesse sentido. Se o fizer, podemos dizer que a teoria malthusiana pode ser contornada no Brasil.

Apesar de todas essas considerações, temos de reconhecer uma verdade, talvez dura, mas atual: a nossa economia tem sido mais extrativa do que baseada numa agricultura equilibrada. Explicamos: as leis biológicas se nivelam nos recursos que a natureza lhes fornece. Rompido esse nível, a produção tende a perder o impulso inicial e baixa o índice por unidade, diminuindo para cada habitante a quantidade de alimento necessária à sua subsistência. O desconhecimento dessa relação entre o elemento humano e o meio físico tem acarretado a perda de recursos naturais incalculáveis em nosso país. Vemos a criminosa devastação das florestas, resultando alteração no ciclo hidrológico de vastas regiões; enfraquecemos a defesa do solo com a inadequada utilização de processos que facilitam a erosão destruidora da parte mais produtiva das terras; os campos e as pastagens úteis são atacadas por plantas invasoras prejudiciais e, enfim, uma série de fatores que produzem o empobrecimento da terra.

Urge, pois, estabelecer um plano de defesa dos recursos naturais do Brasil, com uma sábia conservação do solo, a fim de aumentar a sua produtividade ou então de mantê-lo permanente.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL
ENTRE 1890 e 1950 — INTERVALO DE 59
ANOS ENTRE OS 2 CENSOS

REGIÕES	PERCENTAGENS
Sul.....	504%
Centro-Oeste.....	448%
Leste.....	172%
Nordeste.....	231%

Fonte: Conselho Nacional de Estatística — “Contribuições para o Estudo da Demografia do Nordeste.”

Observemos essas percentagens a fim de concluir logicamente: o sul continuou a contribuir com maior densidade de população; o centro-oeste, embora apresente percentagem elevada, não pode ser levado a uma dedução de aumento populacional, visto ser a área muito maior, isto é, cêrca de 1.885.035 de quilômetros quadrados para a densidade 0,94 por quilômetro quadrado; o leste também teve seu quinhão de aumento e, finalmente, o nordeste correu com percentagem elevada, apresentando densidade 13,05 por quilômetro quadrado.

CAPÍTULO VIII

CRÉDITO RURAL

“Se o fazendeiro pudesse agir diretamente, conseguindo crédito a curto prazo e meios de armazenamento, a sua situação seria muito melhor e o preço dos alimentos ficaria bastante reduzido. Esses serviços poderiam ser prestados por meio de cooperativas agrícolas, embora essa medida leve anos para se concretizar.”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

FALA-SE com muita insistência de uma reforma agrária capaz de solucionar o angustiante problema da produção nos centros rurais do país.

É uma questão bastante complexa e requer um exame seríssimo, mesmo porque as classes menos favorecidas e os leigos na matéria vêm na reforma impulsos de vontades aferradas à idéia da desapropriação e distribuição de terras, indistintamente e sem planejamento adequado.

O crédito rural viria proteger financeiramente os pequenos e médios proprietários, sob a orientação de uma legislação bem aplicada, evitando a instabilidade dessas propriedades.

No Nordeste, principalmente, ocorre um fenômeno econômico que devemos apreciar, por ocasião dos períodos

de estiagem prolongada, tão freqüentes naquela região. A pequena propriedade se desvaloriza, sobrevivendo a venda por quantia irrisória e a conseqüente emigração do seu dono para os grandes centros, onde, passado o flagelo, permanece e não mais quer sair. Isto seria evitado se os poderes públicos estabelecessem novas normas e métodos de proteção legal, tutelando as terras vendidas pelo retirante durante as sêcas, reintegrando-o ao seu solo, passada a crise.

Um caminho certo e não muito difícil de planejar e executar, após medidas preparatórias, seria levar para os campos dinheiro concentrado nas grandes cidades, através de Bancos devidamente autorizados em operações dêsse gênero, proporcionando ao pequeno proprietário empréstimos a longo prazo com garantia na sua cota de produção. A falta de capitais no interior agrava o êxodo para as grandes cidades, como sobejamente já o demonstramos. Insistimos em que seja o crédito rural apropriado, a medida preparatória que se impõe, antes de se pensar em termos de produção por zona selecionada; sem êsse crédito, sem afluxo de dinheiro, não podemos adotar os processos científicos e os conselhos técnicos especializados; nem melhorar o nível de salários e reajustar os contratos de trabalho, já de si tão debilitados na atual conjuntura.

Quanto ao outro lado da moeda, isto é, as garantias oferecidas pelo pequeno proprietário, ficariam condicionadas à sua capacidade de produzir e ao seu crédito em estabelecimentos bancários locais. Na falta dêstes, a própria organização emprestadora, faria um levantamento das terras e suas possibilidades, bem como dos métodos empregados, concedendo o empréstimo à base de 50% do valor total da propriedade, com opção de reforma, depois de amortizados 30 a 50%. Uma outra base seria proposta

aos pequenos industriais com hipoteca dos bens imóveis e o penhor dos equipamentos, além de fiança pessoal, como no caso dos agricultores. O prazo de liquidação do empréstimo estaria em função de um acurado estudo local, por elementos devidamente capacitados e credenciados para tal mister. Não se poderá, em nenhuma hipótese, prever a entrega da propriedade ou da indústria ao órgão prestador, no caso de insolvência. Se isso acontecesse, deixaria de existir o interesse pelo trabalho e pela produção.

Impulsionados, assim, pelos capitais, esses pequenos e médios proprietários estariam em condições de garantir o abastecimento do seu núcleo populacional e o excedente, caso houvesse, seria exportado para núcleos vizinhos sob regime de troca das utilidades necessárias a uns e outros. Esse o verdadeiro sentido das agremiações que, naturalmente, seriam formadas no interior e o seu exemplo e resultados práticos irradiariam a outros núcleos ainda não favorecidos com o crédito rural. O retorno do empréstimo seria feito em épocas determinadas de acordo com a capacidade específica de cada proprietário.

Um outro aspecto desta importante questão é a proteção contra os prejuízos da fatalidade meteorológica e de acidentes mortais, tão comuns ao homem do campo. Antes de entrar o órgão prestador (Governo, Banco, etc.) em contato direto com os proprietários, uma campanha sob a forma de conferências, filmes, palestras, etc., seria iniciada com finalidade de esclarecer aos candidatos os pontos principais do plano: estes contatos visariam o entendimento completo sobre os objetivos do empréstimo, condições e demais detalhes indispensáveis. Ao mesmo tempo ser-lhes-iam dadas a conhecer as vantagens de seguro da produção contra os imprevistos que possam ocorrer durante a vigência do empréstimo, cuja tarifa será calculada através de estatísticas e aplicada em função do risco que possa correr toda a produção segurada. Essa modalidade

é válida para os pequenos e médios industriais beneficiados com o empréstimo rural.

Um benefício dêsse tipo seria vantajoso para todo o país, mesmo porque temos necessidade imperiosa de equilibrar a nossa economia interna e recuperar o homem do campo já tão desanimado com a imprevidência e falta de planejamento dos governos anteriores.

Ao folhearmos os dados colhidos pelo Serviço Nacional de Recenseamento, em 1950, deparamos o seguinte quadro: uma décima parte do território brasileiro ainda não possuía um qualquer tipo de indústria. Foram pesquisados 1.894 municípios; 52 dêles não conheciam nem as indústrias mais elementares! Só em Goiás encontramos 18 nessas condições, o que vem provar a necessidade de serem levadas para o Brasil Central as instituições de crédito rural que estamos procurando evidenciar.

Temos quase a certeza absoluta na solução dêsses problemas, desde que o crédito seja dado ao pequeno e ao médio agricultor, procurando associá-los a uma organização eficiente e que os proteja realmente. Mas é necessário e imprescindível que se faça um contrôlo judicioso da aplicação do dinheiro, por intermédio de fiscalização do próprio órgão emprestador.

Apesar do declínio numérico da população rural e das pessoas empregadas na agricultura, o aumento da produção e renda do pequeno agricultor compensará, com vantagem, a sua insuficiência de braços, uma vez que suas dívidas também diminuirão; o aumento das economias da sua propriedade lhe dará coragem e determinação vendo-se apoiado por um órgão que lhe garanta os meios de aproveitar ao máximo a terra.

Quem percorre o interior do Brasil, constata, infelizmente, um desânimo generalizado nos meios rurais. Há quem afirme que êsse clima é a resultante de uma poli-

tica mal orientada, um descaso organizado para manter o pequeno e o médio agricultor na ignorância dos seus reais direitos e deveres perante as leis que o amparam e protegem.

Vimos no interior do Brasil homens reclamando contra a saúva. Outros argumentavam, com razão, que o Governo distribuía verbas astronômicas para combater o mosquito transmissor da malária e não se preocupava com a proteção das terras contra essa terrível praga — a formiga saúva. Os poderes públicos sabem que a saúva faz escassear a produção, juntamente com a falta de chuvas, transporte e crédito. Agricultores há que não se animam a extinguir os formigueiros de suas terras, porque os vizinhos não o fazem; e quando isso acontece, as formigas voltam mais vorazes ainda. Nós, que vivemos nas cidades, não nos apercebemos dos desequilíbrios causados por êsse inseto. A saúva é, em última análise, um problema do Estado. Cabe-lhe, pois, a tarefa de eliminá-la através de conhecimentos biológicos, pessoal especializado e meios adequados. Não se deve, obviamente, dispersar o crédito rural para êsse fim; não é justo que ao produtor se atribua uma responsabilidade do Estado. Êste deve obter os recursos para financiar uma campanha intensiva no setor da proteção à terra, retirando das dotações federais votadas anualmente, uma parcela destinada ao combate à saúva. Um outro caminho seria o impôsto de renda recebido e dêle distribuído, digamos, 20%, bem como igual percentagem do impôsto territorial, dos contratos de promessa de compra e venda, das escrituras definitivas e outros que seriam determinados por legislação própria e local.

O agricultor ficaria, assim, protegido pelo Estado e poderia dedicar-se inteiramente à terra, sem o desgosto de ver o seu esforço anulado por essa praga que hoje se pode dizer, é um “flagelo nacional”.

Com a criação do Serviço Social Rural, pelo Governo Federal, em 23 de setembro de 1955 (Lei n.º 2.613), um grande passo foi dado no sentido de melhorar as condições sociais no meio rural, quanto aos seus diversos aspectos.

Sem intenção de criticar o espírito dessa importante lei, não podemos, porém, deixar de examinar a sua essência, no que se refere ao crédito rural. No seu art. 3.º, n.º I, letras *a*, *b* e *c*, encontramos a finalidade para a qual foi criada, bem como os n.ºs. II a VI que determinam os meios de melhorar a condição do homem do campo. Mas nenhuma referência foi consignada ao fornecimento de recursos para o financiamento individual, ou coletivo, dos agricultores e ruralistas. De nada valerão essas instituições, se não houver crédito e garantia. E não temos a menor dúvida de que haverá sonegação do imposto por parte daqueles que não acreditam, de início, na eficácia da lei criada.

Infelizmente o nosso homem do campo tornou-se apático e desiludido, como tivemos oportunidade de salientar e verificar. Não acredita mais na solução de suas dificuldades imediatas, pois tem vivido como uma parte secundária, abandonado e sem esperança. Se alguma vez, excepcionalmente, recebeu assistência governamental, esta se processou desordenadamente e à base de recomendação política influente e para fins eleitorais.

Dê-se-lhe crédito, despertem-se-lhe as energias e a confiança e ter-se-á eliminado facilmente a dispersão e o empirismo em que tem trabalhado a terra boa e produtiva.

Não se pode alegar que uma experiência, destinada a saber quais os resultados dessa política, não tenha produzido seus efeitos. Temos em Minas Gerais a Associação de Crédito Agrícola Rural, conhecida pela abreviatura A.C.A.R., que é um exemplo atual do poder que emana do

crédito agrícola supervisionado. Essa organização é orientada pelos irmãos Rockefeller e se preocupa em promover a assistência ao homem do campo e a sua família, não só quanto à sua atuação na lavoura, mas, também, na vida privada, recuperando a saúde dos filhos, dando-lhes instrução e alfabetização. Tudo isso lhe é proporcionado pelo crédito e pela confiança que está sendo despertada por um plano realmente útil.

Fazemos aqui uma observação de grande relevância: a A.C.A.R. é subvencionada, em grande parte, pelo auxílio dos extraordinários filantropos que são os irmãos Rockefeller. A organização por eles orientada apresenta uma característica interessante: não se preocupa com o lucro que possa dar. O seu objetivo é a valorização do homem e a integral adaptação do mesmo à terra.

Hoje podemos dizer que já existe uma outra similar com capitais nacionais, destinada ao mesmo fim e em região mais sacrificada. Orgulhosamente nos referimos à Associação Nordestina de Crédito Agrícola Rural, com sede no Estado de Pernambuco e estendendo-se aos Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Os organizadores da A.N.C.A.R. se serviram dos moldes adotados pela sua congênere de Minas Gerais e conseguiram realizar uma obra que bem atesta a capacidade dos elementos de sua administração. São eles os pioneiros dessa nova fase de recuperação do Nordeste, sem a interferência do auxílio estrangeiro. E a sua ação já se fez sentir na área coberta pelos financiamentos que atingem à cifra de 4.057.430,00 cruzeiros; os empréstimos agrícolas concedidos estão vivificando o Nordeste Brasileiro, como se fôra um sangue novo a estimular suas energias latentes. As propostas de recursos são atendidas pelos técnicos e supervisores que visitam as propriedades dos mutuários e ali observam todos os detalhes que possam auxiliar o total do empréstimo pedido. Isto é importante por-

que estimula o lavrador a tratar da sua gleba com carinho e maior interesse.

A A.N.C.A.R ainda está longe de realizar o seu grandioso programa. Muito terá que fazer pela frente e estamos certos de sua completa vitória. Como experiência e orientação a seguir em outros locais do Brasil, onde a vida nos campos está desanimada e sem esperanças de se erguer por si só, vale a pena ser imitada.

Êstes dois exemplos que prazerosamente citamos, estão perfeitamente de acôrdo com as nossas idéias iniciais, uma vez que demonstram o novo surto de compreensão do problema do crédito rural, à base de sociedades organizadas com os próprios recursos locais e mesmo com o auxílio bem intencionado de estrangeiros que se mostrem nossos amigos verdadeiros.

Ora, se tudo isso está acontecendo, com reais proveitos, é o caso de perguntarmos: não seria mais patriótico o fornecimento do crédito agrícola por meio de instituições autorizadas e que applicassem o princípio fundamental de “menos interferência do Govêrno nos negócios e mais senso comercial no Govêrno”? Não estamos, obviamente, propagando a idéia de organizações autárquicas, pois essas têm os seus defeitos e vícios, as suas preferências políticas e o afilhadismo pernicioso que logo as transformam em repartição pública. Queremos externar o nosso ponto de vista, quanto a um modelo de associação de auxílio e recuperação do lavrador e da terra, baseada no crédito efetivo e na confiança que possa despertar nos meios rurais produtivos.

Já fizemos alusão aos Bancos autorizados e que deveriam funcionar como Bancos de Reserva Federal em regiões previamente determinadas segundo o nível econômico dessas mesmas regiões. Êsses Bancos agiriam como estimuladores do sistema bancário em todo o país e pro-

porcionariam facilidades aos Bancos regionais no sentido de abertura de novas agências no interior. Sua ação, em conjunto com os outros bancos, seria orientada para os empréstimos à lavoura e à indústria, dentro da região que lhe fôsse jurisdicionada.

É claro que essas idéias demandariam um estudo bastante longo de todos os meios e de tôdas as possibilidades que oferecem empreendimentos de tão longo alcance. Mas é sacar para o futuro. O amparo ao agricultor por meio do crédito é a única solução, a nosso ver, que poderá influir na mudança radical da fisionomia da nossa situação econômica.

Damos abaixo o quadro de distribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em percentagens do total dos financiamentos concedidos, na forma seguinte:

	Cr\$
1. Financiamento aprovado	8.152.000.000,00
2. Aguardando aprovação	2.260.000.000,00
Total	10.412.000.000,00

Dêsse total, vamos extrair um outro quadro, tendo como fonte o Balanço do B. N. D. E., relativo ao exercício de 1955:

MUTUÁRIOS	PERCENTAGEM
Ferrovias.....	65%
Energia Elétrica.....	22%
Indústrias Básicas.....	10%
Frigoríficos.....	1%
Portos.....	2%
TOTAL.....	100%

Resultado líquido até 1955, correspondente ao seu terceiro ano de funcionamento: 233 milhões de cruzeiros que

serão empregados, no futuro, para reaparelhamento econômico do país.

Lembramos aos leitores que o B.N.D.E. não distribui lucros ou dividendos; apenas custeia os seus serviços, sendo baixo o índice das suas despesas administrativas. Tem como principal fonte de recursos, o adicional ao imposto de renda, que é devolvido aos contribuintes acrescido de juros e bonificação; além disso concorre com 1% da sua receita para o reaparelhamento de repartições do Ministério da Fazenda, encarregadas de arrecadação.

Estas informações são feitas a fim de que fique esclarecida a função do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, instituição que poderá trazer ao Brasil grandes e proveitosos elementos para sua recuperação econômica e financeira.

MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO EM 1954

IDADE			ESTADO CIVIL			CONDIÇÕES INTELLECTUAIS		MEIOS DE TRANSPORTE		SEXO	
MENOS DE 3 ANOS	ENTRE 3 E 11 ANOS	MAIORES DE 11 ANOS	VIÚVOS	CASADOS	SOLTEIROS	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	RODOVIA	FERROVIA	MASCULINO	FEMININO
8.289	10.894	75.143	1.724	32.600	60.002	4.976	89.350	30.266	64.060	68.380	25.946

Fonte: Divisão de Estatística do Departamento de Estudos e Planejamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO IX

INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE

“... Ampliação do mercado consumidor interno, particularmente pela elevação do poder aquisitivo das cidades do interior, incentivando-se a produção e a produtividade.”

(Resoluções do Congresso de Salvação do Nordeste.)

QUEM tivesse oportunidade de percorrer uma parte do Nordeste Brasileiro encontraria fatos assombrosos e contrastes os mais inesperados.

O Estado de Pernambuco e o seu interior apresentam aspectos que nos levam a concluir uma verdade histórica, embora dura de reconhecer pela maioria dos brasileiros: a colonização holandesa teria sido ideal à época da permanência dos batavos em território nacional e sua influência na colocação de núcleos nas terras por eles controladas, não deixou de lançar raízes que até hoje nos impressionam e nos causam admiração.

O desenvolvimento de Pernambuco, sob a administração de Nassau foi extraordinário em todos os setores de atividade econômica e a história reconhece os benefícios daquele período, que podemos classificar de áureo. Há quem pretenda afirmar que os holandeses jamais se mis-

turariam com os nativos, num caldeamento de raças capaz de produzir um tipo diferente de ambos os componentes. Refutamos essa hipótese com os descendentes ainda vivos em Recife e parte do interior. A absorção teria que se processar naturalmente, como ocorreu com o português dominador e com as outras raças que completam, hoje, essa “colcha de retalhos”, que é o Brasil. Para nós, que estudamos o problema *in loco*, durante quase 10 meses de convívio em Recife e no interior, uma conclusão ficou bem clara: a colonização holandesa, nos moldes traçados por Nassau para Pernambuco, teria produzido no resto do país um lento mas gradativo desenvolvimento econômico bastante intenso e capaz de assegurar a consolidação de uma nova pátria. Entretanto o espírito nativista predominou e nada mais resta dêsse grande povo do que a recordação material das pontes do Recife e o reconhecimento tardio da obra imortal de Nassau através do tempo.

Deixemos o passado e procuremos abordar o problema do presente.

Entrando pelo interior, em direção oeste, vamos encontrar o chamado Polígono das Sêcas, cuja estrutura agrária, revelada pelo censo de 1950, tem por base o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico. Como consequência, dois fatores de efeito contrário se fazem presentes e que assim podemos resumir: dificuldade na ocupação da área territorial dos Estados do referido Polígono; o que prova não alcançar a área global dos estabelecimentos agrícolas 40% daquela e impede a expansão da área cultivada da região, que raramente excede 10% da área das propriedades.

Para se conseguir a industrialização dessa importante parcela do nordeste, impõe-se dinamizar um dos fatores de produção, isto é, a terra. A rentabilidade dos programas de investimento será insuficiente se não se obtiver um

meio prático de alcançar êsse objetivo. Agrava-se ainda mais a situação pela ausência completa de técnica agrícola, significando fraco rendimento dos campos e, como resultado, uma produtividade diminuta e baixa remuneração do trabalho rural. Êsses fatores contrários contribuem para o pauperismo da região, que bem se reflete no nível de renda *per capita* — cêrca de 2.500 cruzeiros anuais, — ou seja 46% da média nacional, já de si tão ínfima.

Um outro contraste que não podemos deixar de examinar é o seu comércio. Ora, em se tratando de uma região subdesenvolvida, seu comércio repousa na exportação de produtos primários e na importação de artigos manufaturados, ocorrendo uma relação de trocas desfavoráveis e que tende a agravar-se em face da atual conjuntura, adversa aos produtos primários dessa região.

O Polígono das Sêcas pode ser industrializado, em grande parte. Essa afirmação categórica, nós a estamos fazendo sob fundamentos lógicos e incontestáveis. O aproveitamento da matéria-prima, tão abundante em certas zonas, mudará a fisionomia do Nordeste, emprestando-lhe maior estabilidade econômica, dentro da unidade nacional. O emprêgo do excedente natural da mão-de-obra rural existente na própria região e o combate ao latifúndio, serão os fatores preponderantes na execução dêsse plano. Por outro lado, as facilidades de capital para a indústria e o estabelecimento de um ambiente favorável aos investimentos particulares, ou pelos próprios Bancos mais próximos ou, ainda, pelos poderes públicos seriam bem recebidos por tôda a região.

A expansão dos suprimentos de energia elétrica e outros implementos indispensáveis à industrialização daquela vasta área, atuariam de modo gradual e seguro a medida que fôsse executado o plano traçado.

CAPITULO X

LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

“Considerada sob o ponto de vista de seu objetivo e de seus resultados gerais, é a indústria uma única; há, porém, milhares de indústrias diversas e diferentes, se consideradas sob o ponto de vista dos seus processos e dos elementos naturais sôbre que os aplicam.”

(*Curso de Economia Política* — J. B. SAY.)

Não há dúvida que a localização das indústrias tem de obedecer a requisitos indispensáveis ao seu desenvolvimento e expansão, dentro do território a escolher.

Devemos incentivar e proteger por todos os meios as novas pretensões de firmas que procuram locais para instalação de suas fábricas. Econômicamente haverá vantagens consideráveis para as áreas em que se organizem, não só nos núcleos populacionais, como também para a região.

O encorajamento dos investimentos estrangeiros no Brasil, que virão concorrer para o nosso desenvolvimento é um imperativo a que não nos podemos furtar.

Na edição de 6 de agosto de 1955 da McGraw Hill American Letter, encontramos vasto material de seleção de firmas que pretendem instalar-se no Brasil. Se planejarmos a sua localização adequadamente — sem êsse nacio-

nalismo doentio que sempre nos empolga, quando se trata de investimentos estrangeiros — teremos dado um grande passo.

Por exemplo: a fábrica de locomotivas e vagões necessários ao transporte da produção, em que é interessado o grupo alemão Krupp, com o investimento de 25 milhões de dólares, deveria ser instalada o mais perto possível da Cia. Siderúrgica Nacional, a fim de absorver parte dos seus laminados e aços especiais, sem grandes deslocamentos dessa matéria-prima por via férrea; já a fábrica de pequenos tratores do consórcio alemão Kloeckner Humboldt Deuty, seria localizada nas cercanias da Fábrica Nacional de Motores, podendo empregar também uma parte das peças ali construídas; os ingleses, por intermédio da Durham Chemicals Ltd., construiriam sua fábrica de óxido de zinco, em Minas Gerais, nas áreas de mineração já existentes; à firma americana Marmon-Herrington, seria dada a construção de ônibus elétricos para as cidades do nordeste e localizar-se-ia nos Estados de Pernambuco ou Rio Grande do Norte; os japoneses, através da Khioda Chemical Engineering Co., teriam sua refinaria de petróleo em Belém do Pará, capacitando-se para processar uns 40 mil barris diários, como subsidiária da nossa Petrobrás.

Todos esses projetos seriam, como bem diz a citada publicação, na base de uma transação comercial triangular. Para isso, torna-se imprescindível impulsionar a produção das mercadorias mais necessárias àqueles interessados, dentro de um plano que salvaguardasse os interesses brasileiros.

Quanto às imensas riquezas do Amazonas está fora de dúvida que necessitamos nova orientação no seu aproveitamento. De início as vistas estariam voltadas para firmas nacionais ou estrangeiras que ali quisessem instalar indústrias extrativas. A fabricação do papel por emprêsas auto-

financiadas, aproveitando a matéria-prima ali existente em abundância, seria para nós mais uma fonte de divisas.

Apesar de tôdas essas idéias, que visam melhorar a nossa incipiente economia, verificamos que ainda não se formou, até hoje, uma consciência nacional nesse sentido. Lemos nos matutinos da Capital a fundação de mais uma usina siderúrgica, com capitais privados, em Piassaguera, município de Cubatão, Estado de São Paulo. Ora, essa usina absorverá a produção do minério de ferro fornecido pela Companhia Vale do Rio Doce, cujo transporte será feito por Vitória, no Espírito Santo, via férrea e dali para Santos, via marítima. Não seria então mais econômico e lógico a construção dessa obra em Minas Gerais, isto é, nas proximidades das fontes de produção, ou mesmo no Espírito Santo? Há uma evidente má vontade — para não dizer impatriotismo, — na localização de indústrias no interior. O município de São Paulo já está supersaturado e não tem mais onde se alargar; como consequência, vem o encarecimento da vida e mais homens do campo são atraídos para o novo empreendimento. Essa é, positivamente, uma política errônea e contra a qual deveríamos nos opor.

Em 16 de abril de 1955, por decreto presidencial, foi constituída a Comissão de Indústria Pesada com o propósito de estudar e apresentar projetos sôbre a implantação de indústrias pesadas no país. Deveria também caber a essa Comissão o estudo das áreas onde mais pudessem as indústrias concorrer para o aproveitamento dos nossos produtos siderúrgicos, sem sacrifícios das quase insuficientes vias de comunicação de que dispomos. Impor-se-ia uma distribuição mais eqüitativa dessas indústrias e não grupá-las num só Estado da União, como é o caso de São Paulo.

As indústrias interessadas na produção mista de mecânica, caldeiraria e montagem, destinadas à fabricação de

grandes equipamentos, deveria implantar-se o mais próximo possível das fontes de produção, notadamente em Minas Gerais. Já as que se interessassem pela fabricação de turbinas hidráulicas e máquinas para industrialização do papel, no Nordeste. Quanto às especializadas em equipamentos para usinas hidrelétricas, materiais para refinarias de petróleo, hastes e tubos para sondagens, deveriam ser dirigidas para o recôncavo baiano ou para as novas áreas onde se presumissem existir lençóis consideráveis de petróleo, etc.

O Sul receberia as firmas fabricantes de material para as indústrias químicas e petroquímicas, de plásticos e de cimento, entre outras.

Seria prematuro pensarmos em receber indústrias de energia atômica, pois não possuímos ainda uma rede de transportes por linha férrea que comporte o trânsito de grandes equipamentos para sua construção; o melhor lugar seria a região sul-mineira, principalmente a área dos minérios radioativos que apresenta condições excepcionais para êsse fim.

O descaso pela idéia de localizar devidamente indústrias continua num crescendo espantoso. Senão vejamos: o n.º 16 da publicação da Confederação Nacional da Indústria, julho de 1955, indica a quantidade de novas fábricas inauguradas em São Paulo, como sejam a Usina de aço Vilarés, a fábrica de conjuntos para irrigação artificial, bem como futuras montagens da fábrica de tratores marca "Continental", produzidos na França; uma fábrica de telefones e outros objetos que naturalmente procurarão o grande Estado Bandeirante para agravar ainda mais a sua densidade demográfica. Na mesma publicação vemos o nosso ponto de vista, sobre a localização das indústrias, vitorioso num ângulo: a instalação da nova fábrica de ferro-ligas, na região mineradora de Lafaiete, no Estado

de Minas Gerais. Nada mais certo, pois essa fábrica aproveitará a abundante matéria-prima existente no quadrilátero ferrífero do Estado montanhês. Era isto que precisávamos incentivar em todos os candidatos a montar novas fábricas e indústrias no Brasil, venham de onde vierem.

É preciso escolher e selecionar, como já apontamos, as regiões mais adequadas e para as quais se possam levar o progresso e o desenvolvimento econômico, por meio de empreendimentos promovedores de novos e mais amplos horizontes.

Daremos agora um exemplo da nossa falta de planejamento: no Norte, principalmente no Estado do Ceará, encontramos a mamona precisando urgentemente de uma fábrica que a industrialize. Constitui essa baga uma das principais fontes de riqueza regional e geradora de divisas para o país. Há uma grande e crescente procura nos mercados estrangeiros e a exportação tem sido feita em bagas, o que é condenável, pelo fato de não serem aproveitados os resíduos no local da colheita. Perdemos, assim, considerável quantidade de matéria-prima que a indústria estrangeira adquire gratuita e integralmente. Seria então mais vantajoso atrair essa mesma indústria para as zonas de plantação, cujos resultados seriam, entre outros, a elevação da renda *per capita*, o aumento de empregos e o desenvolvimento de toda a região em que estivesse localizada a indústria referida. Essas empresas resolveriam o problema do transporte, adquirindo vagões especiais que seriam de sua propriedade, obtendo de parte da ferrovia ou de suas tributárias concessões razoáveis para escoamento da produção. O apoio financeiro viria de órgãos bancários competentes, como por exemplo o Banco do Nordeste do Brasil, que já está financiando alguns empreendimentos dessa natureza.

Um outro fato que nos leva à região longínqua do território do Amapá é a exportação do manganês. As reservas desse minério estão calculadas em cerca de 14 milhões de toneladas, total esse que pode ser absorvido integralmente pela indústria norte-americana, dentro de mais ou menos 20 anos. O manganês sai do país sem benefício, isto é, em bruto. Ora, já vimos quais as vantagens de serem localizadas perto das fontes de produção, as fábricas interessadas. O Governo poderia promover contratos estipulando cláusulas pelas quais as firmas para aqui transportassem seu equipamento e se instalassem nos locais determinados. Teríamos, com esse proceder, obtido dois proveitos a um só tempo, ou sejam, mais salários, maior desenvolvimento das áreas econômicas e a possibilidade de evitar o contrabando por meio do subfaturamento tão comum nos tempos atuais.

Voltando novamente a Minas Gerais, vamos encontrar as abundantes jazidas de tório de Poços de Caldas, que abrigaria facilmente uma usina atômica, em futuros anos. Esse minério, verdadeira dádiva da natureza em teor radioativo, poderia ser, não muito longe dos nossos dias, o combustível de centrais atômicas para gerar energia elétrica. Naturalmente que novas estradas seriam construídas ou reequipadas às atuais, como já nos referimos. Enquanto essas idéias não se concretizam, cumpre não dispersar e nem vender, em bruto, as nossas reservas. É preferível trazer para aqui novos capitais estrangeiros, e nacionais, uma vez que o mundo terá fome de tório e urânio, dentro de poucos anos, como agora tem de petróleo e seus derivados.

Já discorreremos amplamente sobre a indústria não alimentar e suas possibilidades no país. Passaremos a examinar um outro ramo indispensável à sobrevivência das populações urbanas e rurais. Para isso recorreremos ao úl-

timos relatório apresentado pelos especialistas norte-americanos Klein & Saks, que aqui vieram estudar, a convite do Governo brasileiro, as nossas condições nesse setor. Chegaram eles à conclusão de que o Brasil poderá ser um grande produtor de carnes e derivados, entre outros produtos alimentares. Não é novidade saber-se que a indústria da alimentação entre nós oferece imensas possibilidades de crescimento. Atualmente contamos com 56 milhões de cabeças de gado, que nos dá a média de 6 milhões abatidas para consumo interno; tudo indica que a produção continuará na proporção de cinco vezes mais. Daí concluirmos que é possível exportarmos uma parte, sob a forma de carne beneficiada, tendo em vista que há procura em todo o mundo dêsse alimento. Surgem agora as nossas considerações a respeito dêste assunto: de fato, somos grandes produtores de carnes e poderemos, no futuro, exportar os excedentes, mas primeiro temos de resolver o problema interno de ampliar a rede de matadouros e promover a construção de depósitos frigoríficos perto das fontes e dos centros de criação. Torna-se evidente localizar essas unidades em vários pontos do país, procurando evitar a concentração somente em determinados Estados, descentralizando-as e resolvendo o problema dos transportes em câmaras frigoríficas. É um trabalho que requer planejamento cuidadoso e completo.

Podemos ainda industrializar, em quantidades suficientes, a banha de porco, paralelamente com a carne de vaca, incluindo-se a fabricação de leite em pó e de produtos agrícolas, além de aves e ovos que possuímos em abundância no vasto interior.

Tôdas essas considerações poderão atrair capitais estrangeiros e nacionais aos pontos de maior criação e a outros de futuro desenvolvimento, resultando no fortalecimento do nosso mercado consumidor interno e para o incremento da nossa economia nesse importante setor.

CAPITULO XI

O REEQUIPAMENTO DE NOSSAS FERROVIAS

“O Brasil precisa duplicar a capacidade de suas estradas de ferro para transportarem alimentos. Diversas comissões que têm estudado as dificuldades crescentes do Brasil, desde 1943, são unâimes: construam mais estradas de ferro!”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

TEMOS feito alguns conceitos sôbre o desenvolvimento econômico e externado as vantagens que nos trará um plano judiciosamente elaborado. Entretanto, torna-se imperioso estudar os meios de transportes que possuímos atualmente e o seu estado de conservação e comportamento, no que se refere ao intercâmbio de bens de consumo.

Inicialmente vamos estudar os pontos principais e as causas da nossa precariedade em vias férreas, tomando por base o Estado de São Paulo e como centro nevrálgico dos transportes sua capital.

Não podemos deixar de reconhecer no grande Estado Bandeirante sua influência econômica em todo o Brasil. Isso se deve à sua extensa rêde de ferrovias, que, partindo do centro se irradia nas direções do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ligando o destino

de quase 15 milhões de almas à sua capital por meio de estradas de ferro e rodovias. Ora, o que São Paulo fêz e está fazendo, poderia ter sido feito há 66 anos, quando, em 1891, se propunha a mudança da capital para o planalto central. Ter-se-ia fundado sòlidamente a economia brasileira e a unidade política estaria hoje imune às ideologias importadas que solapam o progresso da Pátria.

Temos apenas 35.000 quilômetros de sofríveis vias férreas e assim mesmo situadas quase tôdas na faixa litorânea. Cruzamos os braços defronte do oceano, admirando sua beleza e fôrça e voltamos as costas para o interior ubérrimo, como que temerosos de lançar nosso olhos além das montanhas. Esquecemo-nos de que, em todos os tempos, os caminhos serviram para ligar distantes províncias do centro e unir povos. Vimos, na Itália, as célebres estradas calçadas e que, em número de sete, ligam Roma a todos os quadrantes da península. Os Estados Unidos conquistaram o *far-west* e consolidaram a sua extraordinária união no sistema de comunicações que atinge a casa dos 500.000 quilômetros de ferrovias. As estradas levam sempre, onde quer que penetrem, o progresso, a abundância e a civilização. É a verdade histórica ainda presente, que não sabemos ou não queremos admitir por desídia ou preguiça mental.

Foi preciso que o Brasil viesse a reconhecer a necessidade da ligação norte-sul, quando, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, levamos uma Unidade do Exército do Rio a Recife, via terrestre, gastando no trajeto mais de 30 dias e sofrendo as maiores privações por estradas e rotas quase selvagens e perigosas. A epopéia dos pracinhas e oficiais do saudoso III Grupo do 5.º Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria (antigo 5.º R.A.D.C.), ficou para sempre gravada nos ínvios sertões do Nordeste Brasileiro.

Passemos agora à parte que mais nos interessa, como economista e estudioso dos problemas de transportes.

Não podemos, em plena consciência, iniciar um estudo satisfatório dêste importante assunto, sem primeiro observarmos o que foi feito até aqui. Já começamos a compreender que uma nova mentalidade se apossou dos nossos homens públicos, depois do advento da Paz. Já temos o Plano Nacional de Ferrovias, em boa hora elaborado. Vimos a atividade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem procurando realizar a ligação Norte-Sul, bem como o estudo de novas faixas para construção de estradas para convergir sôbre o eixo central do país.

Entretanto, as necessidades de transportes das regiões subdesenvolvidas, continuam a pesar na balança. Precisamos dispensar maiores cuidados às pontas de trilhos que estão mortas no interior e fazê-las avançar até os limites das suas utilidades regionais. Elas necessitam de maiores créditos para completa remodelação do material rodante.

Somos, infelizmente, pobres porque assim o queremos. Basta um exemplo para concretizar o nosso pensamento: a Viação Férrea Leste Brasileiro! Possuindo um total de 2.547 quilômetros de linha, em bitola de 1 metro, assim distribuídos: 1.996 no Estado da Bahia, 297 no Estado de Sergipe, 155 em Pernambuco, 50 em Minas Gerais e 49 no Piauí, liga-se com a Central do Brasil em Monte Azul, na bitola estreita — quase nada resta hoje dessa estrada, a não ser, praticamente, o leito, os edifícios e o pessoal. Um relance de olhos pela região por ela servida e vemos o clamar por auxílio o tremendo potencial econômico que lhe é tributário. As jazidas de manganês de Bonfim, as jazidas de magnesita de Contendas, das mais ricas do mundo, ali estão esperando por um transporte eficiente. A ligação Montes Claros—Contendas, num total de 600 qui-

lômetros, quase tôda executada durante a guerra, através do sertão mineiro e baiano, foi insuficiente para o escoamento do minério, pois nem a Central do Brasil e nem a Leste lhe destinaram sequer um vagão ou uma locomotiva a mais. Vimos vários caminhões transportando a magnesita ensacada, de Contendas a Montes Claros, em estrada paralela à linha férrea. Desta última cidade seguia o minério pela Central para Belo Horizonte. Ora, os caminhões cobravam para transportar um quilo de magnesita, Cr\$ 1,00, naquele trecho, ao passo que, por via férrea, em melhores condições, a metade daquele frete proporcionaria um lucro compensador à Estrada.

Estamos, positivamente, abandonando as nossas reservas minerais por absoluta falta de planejamento nos transportes.

Qual seria então o plano sugerido? A fusão de tôdas as estradas do leste compreendendo a Estrada de Ferro Nazaré, a Bahia—Minas, Ilhéus e Leste Brasileiro, num sistema único, tendo por sede a capital mais conveniente que, no caso, seria Salvador. Êste plano implicaria em maior auxílio financeiro por intermédio do órgão competente, com a finalidade primordial de remodelar a infraestrutura da estrada e aquisição de trilhos novos e pedra britada. Ainda com êsse dinheiro poderia a nova rêde adquirir maquinaria própria para britagem de pedra, soldagem, entalhamento, furação e retificação de trilhos. Além disso tornava-se imprescindível adquirir locomotivas *Diesel* elétricas de 750 H.P., em número suficiente e vagões novos fechados e gôndolas para minério, além de carros de passageiro de 1.^a e 2.^a classes, dormitórios, carros-correio-bagagem, restaurantes, etc. Não se poderia esquecer o equipamento necessário aos serviços das oficinas e das obras de conservação da estrada. Uma parte do material abandonado deveria ser recuperado na medida do possível e sem despesa de grande vulto.

Como última sugestão, e à semelhança do que foi feito em São Paulo à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, esse problema seria resolvido com um empréstimo suficientemente elástico para atender ao completo reequipamento da Leste e arrancá-la da ruína que se avizinha a passos largos.

É preciso que a nossa economia se liberte das peias da falta de transporte. De nada nos adiantará querer a procura de novos mercados internos e externos, se não estamos em condições de colocar os produtos da terra por meio de transporte rápido e eficiente.

Esse problema não deve limitar-se apenas às estradas de ferro que apontamos, mas sim a tôdas as outras que estão necessitando urgentemente de reequipar-se.

É sabido e notório que as principais estradas de ferro do país, entre as quais a Central do Brasil, Rêde Mineira de Viação, Cia. Mogiana, Leopoldina e Viação Férrea do Rio Grande do Sul, realizam suas atividades em regime de *deficits*. Raras são aquelas que apresentam lucros e aqui lembramos a São Paulo—Jundiaí, a Sorocabana, a Vitória—Minas. Urge, portanto, reequipar as existentes e melhorá-las tanto quanto possível, pois, se agirmos em sentido inverso, abandonando-as, estaremos neutralizando todo o esforço, pela indiferença e pouco caso ao maior e mais volumoso problema brasileiro.

Fizemos referência à Estrada de Ferro Sorocabana, a melhor do Estado de São Paulo. Apresenta ela um caso raro de lucro nas suas atividades. Um recente acôrdo entre o Governo do Estado de São Paulo e os dirigentes da Estrada determinou a aplicação do *superavit*, a título de participação dos empregados nos seus lucros. Ora, esse *superavit*, orçando pela casa dos 180 milhões de cruzeiros, vem beneficiar cerca de 30 mil ferroviários, inclusive os inativos. Esse proceder é um ótimo índice da vitalidade

da empresa e da esclarecida compreensão dos seus dirigentes. Se houvesse a mesma identidade de idéias em tôdas as organizações que obtivessem lucros normais, estamos certos de haver sido atingido um objetivo de há muito sonhado. Demonstrou a Sorocabana uma verdade incontestável, contra a qual não perduram quaisquer argumentos demagógicos: o operário, recebendo os lucros que ajudou a acumular com o suor do seu rosto, sente-se orgulhoso do trabalho que executa e, em consequência, aprimora sua capacidade intelectual, especializando-se cada vez mais na tarefa diária. E é, além disso, um estímulo aos seus descendentes e à sua família, pelo conforto que lhes pode proporcionar, com uma vida financeira mais razoável e digna.

Felizmente já se esboça um movimento de grande repercussão no país, atinente ao problema de reequipar as nossas ferrovias. Tivemos a agradável notícia de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concluiu negociações para empréstimos a várias ferrovias do Norte e Nordeste do país. Fazemos ardentes votos para que sejam olhadas as outras Estradas deficitárias.

Essa política de empréstimos para recuperação dará lucros compensadores pois o dinheiro vai proporcionar aquisição de equipamentos indispensáveis à reconstrução e desenvolvimento das Estradas beneficiadas. É lógico que êsses empréstimos deverão ser aplicados dentro de um controle, de uma fiscalização eficiente por parte do B.N.D.E., a fim de evitar gastos supérfluos e sem utilização imediata. Com essa boa nova, tudo nos induz a concluir que começamos a entrar na verdadeira rota da recuperação da economia nordestina, através de modernas estradas de ferro.

CAPÍTULO XII

O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA

“... Que os governos estaduais encarem o problema da energia elétrica em sua amplitude, em toda a região nordestina, elaborando planos ou programas que visem a resolvê-los racionalmente, quer quanto à geração e transmissão nas zonas não servidas pela Cia. Hidrelétrica do São Francisco, quer quanto à distribuição e ao fomento do consumo em todas as zonas.”

(Resoluções do Congresso de Salvação do Nordeste.)

A grandiosa obra levada a efeito em Paulo Afonso veio mais uma vez demonstrar a capacidade dos nossos homens públicos e dos nossos engenheiros e técnicos.

A influência dessa realização já se faz sentir em toda a região servida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que compreende vasta rede beneficiada, representando uma fração do Nordeste em franco desenvolvimento econômico.

Entretanto, há que realizar uma obra de enorme significação para o Nordeste: o suprimento de energia aos pequenos núcleos populacionais inacessíveis àquelas linhas principais de transmissão. Isso vai interessar sobremaneira a própria CHESF, pois que lhe prepara novos mercados para sua expansão futura.

Se o êxito de Paulo Afonso contribuiu decisivamente para reduzir o desequilíbrio econômico historicamente surgido entre o Sul e o Norte do país, a execução de um programa que permita acentuar o desequilíbrio também entre as zonas beneficiadas pelas grandes linhas de transmissão da CHESF e as supridas de forma exígua, como acontece com quase todo o interior, torna-se imperioso. Os pequenos núcleos seriam supridos à base de usinas locais ou sistemas isolados, face às dificuldades de fontes de força hidráulica aproveitáveis para êsse suprimento. Uma solução provisória seria a energia de origem térmica, acionada por grupos ou unidades operacionais de caráter itinerante, com a possibilidade de compra regular de grandes partidas de materiais e de combustível e a centralização dos serviços de gestão, além da utilização da mão-de-obra qualificada.

Não podemos alegar dificuldade na produção de aparelhagem para usinas e estações transformadoras, alternadores e grandes motores. Seria impatriótico consumir divisas para aquisição dessa aparelhagem, pois temos no Brasil a possibilidade atual de produção. Basta observarmos que, em São Paulo, existe a firma "Indústria Dínamo Elétrica do Brasil" (I.D.E.B.), que se instalou inicialmente em Minas Gerais em 1952, onde fabricava pequenos transformadores e motores, transferindo-se três anos depois para a Capital Paulista. Estamos fazendo um estudo dessa firma, tendo em vista a sua associação em 1952 com a S. A. Brown Boveri & Cia., firma suíça, que lhe proporcionou aumentar a capacidade no fabrico de transformadores até 220 Kw e meios para atender às nossas necessidades anuais nesse tipo de aparelhos elétricos. E não há dúvida que o nosso mercado interno iria absorver grande parte, ou quase a totalidade dos produtos elétricos por ela produzidos, em face do plano geral do aproveitamento econômico do Vale do Rio São Francisco.

Outras firmas iriam se interessar nesse ramo com capitais nacionais e alienígenas, concorrendo para solução do problema.

Novas explorações de usinas elétricas estão sendo feitas no alto Vale por companhias constituídas em regime de economia mista, apoiadas no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece a obrigatoriedade de se empregar um por cento da receita tributária da União, no reerguimento econômico do Vale do São Francisco, durante 20 anos. Com êsses recursos e nesse período, muitas obras poderão concluir-se no Vale, cuja extensão de mais de 600.000 quilômetros quadrados abrigará consideráveis contingentes humanos, como solução ideal para o nomadismo das populações rurais, que buscam outras áreas já superpopuladas.

Na foz do Rio Borrachudo, afluente da margem esquerda do São Francisco, em território mineiro, acha-se planejada a construção de uma rede de usinas, tendo por principal a Usina das Três Marias. Essa importante obra, depois de concluída e posta em funcionamento, virá auxiliar em cerca de 90% a potência de Paulo Afonso e aumentar o tirante d'água de meio a um metro num percurso de quase 1.300 quilômetros ao longo do rio, além de regularizar o deflúvio e gerar energia elétrica ao centro ferrífero e industrial do Estado de Minas Gerais.

Com as fontes de energia que se pretende instalar, não há dúvida de que novas indústrias ali se fundarão, fomentadas pelo governo ou pelo capital privado, bem como se construirão redes de rodovias articuladas com a navegação, completando um sistema de transporte eficiente e praticável.

Tôdas essas considerações puderam ser feitas, face à política de aproveitamento de regiões servidas de cursos

d'água e com grandes probabilidades de execução pelo governo ou pelos interessados em implantar indústrias elétricas sob regime de sociedades organizadas à base de economia mista, como já tivemos oportunidade de salientar.

Vejamos agora as idéias que nos ocorrem, no tocante às regiões menos favorecidas: um programa de investimentos deveria ser aprovado, com capitais estrangeiros e nacionais, tendo por finalidade estabelecer uma rede de usinas hidrelétricas dentro das facilidades que apresentam o interior do país. De início uma comissão composta de engenheiros e economistas seria incumbida de levantar os recursos hidráulicos existentes nas regiões mais necessitadas. Firms especializadas em montagem e construção seriam chamadas a cooperar nesse empreendimento, procurando-se, naturalmente, aquelas que pudessem montar usinas termogeradoras já prontas para funcionamento. O transporte das peças e do equipamento poderia utilizar-se de aviões para os locais mais afastados, uma vez que se torna fácil a construção de aeroportos de emergência e que iriam sendo melhorados à medida das necessidades.

É possível que estejamos a sonhar com coisas irrealizáveis pois dependemos de meios financeiros bastante suficientes para tornar-se realidade um empreendimento de tal vulto. Contudo, podemos afirmar que a idéia não é inexequível nos seus fundamentos, desde que haja determinação e vontade. O país está exigindo isso. Não podemos olvidar as riquezas e o progresso que estão esperando por nós no interior, pois é na dependência da solução desses problemas que repousa a nossa completa e integral emancipação econômica. A CHESF, Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores e outras realizações estão aí palpitantes de vida e oferecendo aos incré-

dulos passadistas o milagre do esforço e da nossa tenacidade.

Vamos citar um exemplo que muito nos impressionou pelas dificuldades que foram superadas: a Índia conseguiu construir no Pendjab, entre as montanhas do Himalaia e o deserto indiano, uma usina hidrelétrica, que será posta em serviço muito em breve. Causou-nos inegável surpresa verificarmos que aquêlê país, sem grandes recursos econômicos e com vastas regiões ainda sem a influência dos novos métodos de exploração das suas riquezas, já estava procurando se libertar do passado e enfrentando resolutamente o porvir. Essa usina lhe vai proporcionar irrigação a muitos milhares de hectares de terra antes sáfaras e improdutivas, numa região quase inacessível. Não conseguiu êsse objetivo sem grandes lutas, naturalmente. É claro que teve de contar com empréstimos externos e ajuda técnica estrangeira, pois do contrário a obra demandaria mais tempo.

Quanto a nós, que estamos precisando urgentemente de usinas hidrelétricas, dependemos, também, de empréstimos capazes de suportar projeto do mais longo alcance econômico. Até então vínhamos contando com financiamentos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, do qual o nosso país participa como acionista. Entretanto, razões imponderáveis têm retardado êsses financiamentos, as quais não podemos compreender, uma vez que existem na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos cêrca de 23 projetos aguardando deferimento. Técnicos brasileiros e norte-americanos, de inegável competência, elaboraram êsses projetos, enquadrando-os dentro das especificações e exigências daquele Banco: foram estruturados em bases técnicas e econômicas perfeitamente exeqüíveis sob o ponto de vista da capacidade financeira e de amor-

tização do nosso país. Até a data em que estamos fazendo estas considerações, ainda continuamos de chapéu na mão à porta do Banco esmolando um empréstimo a que fazemos jus. Não nos negam, formalmente, os dólares de que necessitamos com urgência, mas também não demonstram vontade de concedê-los...

É lamentável estarmos tecendo comentários sobre este assunto, pois as relações de amizade, que sempre nos uniram aos Estados Unidos, poderão sofrer efeitos políticos perfeitamente exploráveis aos que batem na tecla do imperialismo norte-americano.

Resta-nos a esperança de que o patriotismo e a competência dos nossos homens de indústria, possam enfrentar o problema nos seus devidos termos e estejam dispostos a empreender, sem perda de tempo, a fundação de um organismo que nos liberte da carência sempre presente da energia elétrica. E essa tremenda crise que asoberba o Brasil, vem prejudicando consideravelmente o desenvolvimento econômico, não só das indústrias da Capital, como também a das mais novas cidades do interior, determinando restrições e entraves aos anseios do progresso do país.

A nossa produção de energia elétrica não consegue ultrapassar 9.253 milhões de KWH, sendo que nesse total estão incluídos 650 milhões que provêm de usinas termelétricas. Façamos uma análise dos países latino-americanos, cujo total é calculado em cerca de 22.000 milhões de KWH, assim distribuídos:

Argentina	4.701	milhões de KWH		
México	4.272	"	"	"
Brasil	9.253	"	"	"
Outros países	3.774	"	"	"

Verifica-se que o Brasil é o maior produtor de energia elétrica da América Latina. Se calcularmos a distribuição desses 9.253 KWH pela população atual e tendo por base a extensão do seu território, chegamos à surpreendente conclusão de que suas usinas não satisfazem, mesmo com o regime de racionamento, às necessidades crescentes da indústria e do desenvolvimento da economia, que pedem suprimentos em condições de impulsionar a produção.

Existem opiniões de técnicos autorizados que preconizam a utilização de reatores-usinas com a finalidade de tornar mais efetivo o abastecimento de energia aos grandes centros industriais. De início é preciso observar que usinas desse tipo dependem da instalação de reatores-pilotos e de técnicos bem treinados no exterior. Ora, é claro que teríamos de providenciar, como primeira urgência, a mineração de materiais de desintegração nuclear, como urânio e tório, que temos em apreciável quantidade. Para isso acontecer precisamos de capital privado em grandes somas. Por outro lado, é necessário haver o estímulo de uma compensação satisfatória, ou seja por intermédio de tarifas que permitam a exploração com certo lucro sobre a inversão desse mesmo capital. Este ponto de vista se baseia no fato de não termos estabilidade dos preços de energia e não haver, naturalmente, quem deseje investir dinheiro numa empresa desse tipo.

Não podemos, assim, na atual conjuntura ter nossas vistas voltadas para a geração de energia por meio de reatores-usinas, face às imensas dificuldades e restrições de ordem financeira, que desencorajam tais empreendimentos. Em consequência, torna-se imperioso continuar a política de empréstimos a longo prazo, com a finalidade de construir usinas nos pontos mais aconselháveis pela

técnica e pelo desenvolvimento econômico de regiões até então esquecidas e dotadas de grandes mananciais inaproveitados.

Os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico têm proporcionado um certo alívio no setor da energia elétrica, pois estão concorrendo para restabelecer a confiança nos empreendimentos que visam a recuperação do nosso imenso potencial hidráulico.

Já se delineia uma nova mentalidade para a solução do problema da energia elétrica no interior do país, mesmo sem o auxílio financeiro de entidades autorizadas pelo Governo Federal. Tivemos oportunidade de verificar êsse evento, quando entrou em funcionamento a extraordinária realização da Usina Termelétrica na cidade de Araras, Estado de São Paulo. Ali foi construída pelo povo a sua usina que hoje abastece a cidade integralmente. É mais uma prova de que podemos trabalhar unidos e coesos, quando realmente desejamos alcançar um fim comum. Araras é, para todo o interior do Brasil, um exemplo de tenacidade e de amor à terra. Quem por ali passe verá em quase tôdas as casas uma chama ardente estampada em placas muito brancas sob o dístico "Termelétrica Municipal Ararense — exemplo de União e Tencidade de um povo". É esta chama viva que anima os ararenses a ter orgulho muito merecido da sua obra grandiosa. Por isso, compreendemos perfeitamente o entusiasmo e a vibração dessa grande conquista, não só pelo sentido que encerra, como também pelo encorajamento no esforço conjugado de quantos sofreram e se sacrificaram pela sua cidade. Que o Brasil siga êsses exemplos, e possa realizar, também, obras de tão alto espírito de cooperação para, no futuro, dotar seu vasto interior de usinas que se bastem a si mesmas — como no belo exemplo de Araras.

BACIAS HIDROGRÁFICAS



ÁREAS E POTENCIAL HIDRÁULICO DAS BACIAS

BACIAS	ÁREA		POTENCIAL HIDRÁULICO	
	km2	% do total	C. V.	% do total
Amazonas.....	5.318.093	63,5	4.395.900	22,5
Nordeste.....	372.864	4,4	88.400	0,4
São Francisco.....	595.031	7,0	1.573.300	8,1
Leste.....	622.421	7,3	2.693.500	13,8
Paraguai.....	353.714	4,2	89.500	0,5
Paraná.....	852.405	9,0	9.720.900	49,8
Uruguai.....	200.392	2,3	198.900	1,0
Sul.....	201.117	2,3	758.700	3,9
TOTAL.....	8.516.037	100,0	19.519.100	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — Ano XIV, 1953.

ENERGIA HIDRÁULICA AVALIADA

(DESCARGAS DE ESTIAGENS)

REGIÕES	C. V. 1.000	% DO TOTAL DO PAÍS
Norte.....	2.534,6	12,98
Nordeste Ocidental.....	57,2	0,29
Nordeste Oriental.....	284,4	1,46
Nordeste.....	341,6	1,75
Leste Setentrional.....	1.224,0	6,27
Leste Meridional.....	6.470,4	33,15
Leste.....	7.694,4	39,42
Sul.....	5.636,0	28,88
Centro-Oeste.....	3.312,5	16,97
TOTAL.....	19.519,1	100,00

TABLE I		
Year	Population	Area
1900	1,000,000	100,000
1910	1,200,000	120,000
1920	1,400,000	140,000
1930	1,600,000	160,000
1940	1,800,000	180,000
1950	2,000,000	200,000
1960	2,200,000	220,000
1970	2,400,000	240,000
1980	2,600,000	260,000
1990	2,800,000	280,000
2000	3,000,000	300,000

TABLE II	
Year	Population
1900	1,000,000
1910	1,200,000
1920	1,400,000
1930	1,600,000
1940	1,800,000
1950	2,000,000
1960	2,200,000
1970	2,400,000
1980	2,600,000
1990	2,800,000
2000	3,000,000

CAPÍTULO XIII

A ESPIRAL PREÇO-SALÁRIO

“O ser humano é mais do que uma mercadoria. Por outro lado é inegável que os homens alugam seus serviços por um certo preço. Este preço é o salário ou ordenado. De todos os preços é o mais importante. Para grande maioria da população, o salário é a única fonte de renda.”

(*Introdução à Análise Econômica* — PAUL A. SAMUELSON.)

ENTENDEMOS pelo vocábulo “salário” a retribuição do trabalho para a produção da riqueza, representando o valor dessa retribuição a unidade de trabalho que, por convenção universal, é o dia de 8 horas.

O operário ou o agricultor, embora concorrendo com o seu trabalho, não consegue obter em retribuição de determinada quantidade de esforço, a mesma quantidade em dinheiro que lhe assegure a mesma satisfação das necessidades. Isto porque, os serviços bem como as mercadorias, sofrem a influência da lei da oferta e da procura. Essa lei está condicionada a uma situação econômica entre a população e o capital, atuando em consequência de determinado sentido. Toda a vez que o capital empregado na produção tende a aumentar, o trabalho também se torna favorável, aumentando o salário. Isto ocorre quando não

há aumento da população válida. Se invertermos os termos, vamos encontrar uma situação econômica desfavorável ao trabalho, pelo aumento da população, sem correspondente aumento de capital, reduzindo-se, logicamente, o salário.

Estas considerações objetivam demonstrar que somente o capital disponível aplicado na produção da riqueza, pode permitir a elevação do salário, absorvendo os elementos válidos para o trabalho. Acontece, porém, que, assim como à ação corresponde uma reação contrária, proporcional à sua intensidade, a elevação do nível dos salários depende do sistema que se aplica à retribuição do trabalho. Por exemplo: podemos pagar a um operário de obras o salário referido à unidade de trabalho, o dia de 8 horas; no caso de um professor, podemos pagá-lo por aula ministrada, que, neste caso, receberá pela unidade-aula e não unidade de tempo. E é óbvio que ao professor interessa dar mais aulas, para auferir maior soma em dinheiro. O operário sabendo que a sua unidade de trabalho é o dia de 8 horas, percebendo, portanto, oito vezes o valor de 1 hora, prefere poupar-se ao esforço físico que a sua profissão requer. Está claro que o salário referido à unidade de produção, traz mais vantagens ao desenvolvimento da economia, pois atende aos interesses máximos dos que necessitam dos seus resultados e, por outro lado, há uma retribuição equitativa e proporcional a quem fornece o trabalho.

Não podemos, naturalmente, generalizar esses conceitos, uma vez que nos deparamos com certas profissões que nem sempre admitem a adoção do sistema de retribuição do trabalho. Assim, temos o caso do cirurgião, o especialista em miniaturas e filigranas, os quadros de um pintor, as defesas de um causídico, as rendas feitas a mão, e enfim, uma gama de outras ocupações que não se enquadram naqueles conceitos; essas profissões dependem

de muitos fatores que não podem comportar a justa avaliação do trabalho em unidades de produção.

Outro meio que pode influenciar acentuadamente a eficiência do trabalho e o desenvolvimento da produção da riqueza é a participação nos lucros da empresa. Este é um assunto que tem se prestado a várias interpretações e sido alvo de críticas as mais acerbadas; não há dúvida de que é preciso existir uma compreensão nítida do quanto pode essa modalidade influir na eficiência industrial. A participação nos lucros deverá ser por espontânea deliberação entre os que dirigem e os que trabalham. As vantagens resultantes de uma aplicação judiciosa desse sistema, são a prosperidade da indústria para a qual estão todos solidários e interessados em aumentar e desenvolver progressivamente a produção das utilidades. A retribuição do trabalho seria feita sob a forma de uma parte fixa, ou o salário propriamente dito e outra variável correspondente ao dividendo dos lucros, depois de deduzidas todas as despesas imprescindíveis à existência da firma ou empresa.

Psicológicamente podemos demonstrar os efeitos que esse sistema poderá produzir no homem que vive do seu trabalho. Em primeiro lugar, obtém recursos superiores aos de que necessita para a satisfação dos seus desejos e das necessidades da família; em segundo, perde aquela característica de autômato, que só funciona quando se lhe aciona a tecla; em terceiro, adquire a consciência de que é, na coletividade, um elemento laborioso e útil e, mais ainda, um cidadão de elevados sentimentos de solidariedade humana; em quarto e último, torna-se um baluarte contra as barreiras artificiais que procuram separar as classes operosas, responsáveis pelo progresso e o bem-estar social.

A civilização cresce e tende a ilimitar as necessidades, visando equilibrar o preço do bem-estar e do conforto da

escala social, visto que não é mais possível aumentar a prosperidade na retribuição insuficiente do trabalho.

As capacidades humanas sendo desiguais na satisfação das suas necessidades, encontrarão uma igualdade moral, desde que encontrem o justo nivelamento econômico, enobrecendo o trabalho honrado, alijando as perturbações nocivas e evitando insinuações demagógicas de falsas doutrinas.

Uma verdade, por si só evidente, é a promoção da paz industrial por meio de uma filosofia fácil de compreender por empregadores e empregados. Seria, assim, uma forma de retribuição de salário e na qual se pudesse incluir a participação nos lucros das emprêsas, com a finalidade de manter o poder aquisitivo do trabalhador em condições de equilibrar o custo da vida; por outro lado, êsse poder aquisitivo seria elevado à medida que a indústria adquirisse maior eficiência. O meio mais eficaz para consecução dêsse objetivo, seria ligar o salário ao custo de vida, concedendo ao trabalhador um aumento no seu poder aquisitivo, reajustando os salários periódicamente e tomando-se por base os preços vigentes na tabela oficial. Por êsse meio fácil, à medida que os preços subissem os salários subiriam proporcionalmente, acontecendo o inverso quando a produção influísse na baixa. Estas idéias, embora bem intencionadas, não encontrariam apoio no momento em que o reajustamento proposto fôsse em sentido decrescente. Mesmo porque não são os salários que elevam os preços e sim os preços que, primeiro, elevam aquêles. Sabemos que os preços se formam pelo volume de dinheiro comparado com o volume de mercadorias postas à venda, incluindo naquele a moeda em circulação, os empréstimos particulares e do govêrno. O excesso de dinheiro provoca a inflação, quando parte dêle é utilizado para aquisição de quantidades insuficientes de artigos e mercadorias indispensáveis ao consumo. Ora, isto

ocorrendo, é claro que o poder aquisitivo tem de estar à altura de enfrentar a espiral dos preços. Se a fórmula de participação nos lucros das empresas, com base nos reajustamentos periódicos e nos aumentos proporcionais ao custo de vida, fôsse bem aplicada, haveria produtividade e o padrão de vida do trabalhador estaria naturalmente elevado. O país poderia prosperar indefinidamente, livre do entrave das greves prejudiciais e dos desníveis que têm acarretado sua marcha produtiva.

A cooperação entre patrões e empregados, tão necessária para os dias que correm, trará evidentemente a solução do problema da inquietação entre os trabalhadores, causada pelo crescente aumento do custo de vida. Não podemos esquecer que o operário, qualquer que seja, precisa estar satisfeito não só com o trabalho, mas, também, com a sua maneira de viver e de dar segurança futura a sua família.

Vamos agora fazer uma apreciação do caso brasileiro, com a adoção do salário-mínimo. Não nos anima intenções diferentes daquelas a que nos propomos, isto é, examinar o assunto sob o aspecto econômico e suas influências na espiral salário-preço. Já dissemos que os preços elevam os salários e a prova disso é a atual situação em que se debate o custo da vida. A função principal do salário-mínimo foi, indiscutivelmente, estabelecer o equilíbrio do poder aquisitivo com os produtos primários indispensáveis à existência. Foi uma medida humana e natural, impulsionada pela angustiante alta dos preços em todo o país. Entretanto, a reação veio imediata. São Paulo e o Distrito Federal, os dois maiores centros industriais da Nação, receberam maior contingente de elementos deslocados do interior. Vejamos as informações de que dispomos, colhidas no I.A.P.I.: houve um aumento de 259.822 novos contribuintes em 1954, ano da vigência do salário-mínimo, distribuindo-se 23,4% ao Estado Bandei-

rante e 30,6% ao Distrito Federal. O salário médio elevou-se a 39% devido à vigência da nova lei. Esses números traduzem prosperidade crescente, mas, por outro ângulo, arrastam os preços das utilidades, elevando-os. É a espiral preço-salário em tôda a sua plenitude, pois que hoje novos salários têm sido propostos, com ameaças de greves para fazer face aos preços. O interior, notadamente a agricultura, vai se despovoando de ano para ano. Nenhum trabalhador rural, sobrecarregado de filhos desnutridos pode suportar mais a vida do campo, sem o indispensável a uma existência condigna. O salário-mínimo veio agravar essa situação, pois o produtor do campo não mais poderia pagar o novo salário sem o correspondente aumento dos preços do seu produto. Em consequência dispensou seus empregados e paralisou a sua atividade.

Enquanto isto acontecia no interior, os centros industriais progrediam improdutivamente; os recursos do potencial econômico eram aplicados em vultosas edificações de luxo, absorvendo meios materiais e financeiros que deveriam ter sido destinados ao problema do campo, para fixação do homem ao solo. Esta política de investimentos nos centros já superlotados traz consigo tôda a sorte de inconvenientes, pois que, prosperando rapidamente, concorre para que os salários sejam elevados; êstes atraem os elementos que estão no interior, aumentando a população e finalmente os preços sobem, como consequência lógica de maior procura de utilidades e serviços, arrastando o salário. Daí podermos afirmar que sòmente com o aumento da produtividade, será conseguido estabilizar os preços e equilibrar o poder aquisitivo com os bens de consumo.

Esta é, a nosso ver, a razão por que achamos mais coerente dizer-se “espiral salário-preço” e não a comumente empregada de “preço-salário”.

Estatisticamente podemos provar as afirmações acima, fazendo um rápido estudo do poder aquisitivo dos salários, baseando em informações publicadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a C.E.P.A.L. Nesse trabalho vamos encontrar percentagens demonstrativas da participação dos salários no consumo nacional da seguinte forma: em 1947, essa participação era de 34,1% do consumo total; em 1951, baixou para 33,4%. A fim de impedir maior baixa, os salários foram reajustados em 1952, subindo o nível para 34,6%. Com a ascensão dos preços das utilidades, até 1955 inclusive, o poder aquisitivo baixou novamente, ajudado pela desvalorização da moeda, donde concluir-se que haverá nova elevação do nível dos salários para fazer frente ao preço das utilidades. Já transita pelo Congresso Nacional o reajustamento de vencimentos dos funcionários públicos civis e militares da República. Teremos novos aumentos de poder aquisitivo para suportar o preço das utilidades novamente em corrida para o alto. Bastou apenas que circulasse a notícia desse reajustamento e já a fúria especulativa e os preços subiram, como sempre, por antecipação, formando o clima ideal para toda espécie de especulação, pois não nos é possível atenuar os efeitos da miséria ou das dificuldades crescentes da vida, sem ter o dinheiro necessário para enfrentá-las. (*)

(*) Quando este Capítulo foi concluído, o reajustamento dos Civis e Militares da União já tinha sido aprovado pelo Congresso.

CAPÍTULO XIV

O BINÔMIO CAFÉ-PETRÓLEO

“Qualquer hora perdida, na hora em que vivemos, importa em perda irreparável.”

(*Napoleão Bonaparte* — Carta a DECRÈS.)

SEMPRE tivemos no café o esteio da nossa economia e o produtor natural de divisas, indispensáveis à aquisição de bens e serviços para o desenvolvimento do país.

Desde aquêlê dia remoto em que a primeira muda foi transplantada para terras brasileiras, agarramo-nos àvidamente ao seu plantio, como se nada mais houvesse no mundo. Várias fortunas se construíram e não podemos negar a influência extraordinária que vem trazendo ao progresso do Brasil. Entretanto, essa influência tem diminuído grandemente por diversos motivos muito conhecidos e que nos abstemos de examinar. Faremos, porém, um estudo das condições do comércio atual e das possibilidades que ainda poderá fornecer o incremento da produção, em face das exigências sempre crescentes dos compradores externos.

Se continuarmos a contar com os 65% que o café nos fornece, como valor de nossas exportações, é bem provável não haver, muito em breve, um meio de pagarmos as exportações de que estamos carecendo.

A influência dessas exportações se reflete na crise econômica por que está passando o Brasil, cujas raízes sempre foram a inundação do mercado, quando há escassez do produto e os preços no estrangeiro se elevam. O esquecimento deliberado é prejudicial da elasticidade do mercado cafeeiro, tem trazido sérios embaraços aos nossos homens públicos e responsáveis pela política econômica mais aconselhável nos dias que correm. Não temos conseguido colocar a rubiácea nas mesmas proporções que carecemos de divisas, pois a queda das exportações acarreta diminuição de divisas e, logicamente, menos poder aquisitivo de outros produtos importáveis, como por exemplo o trigo, os produtos farmacêuticos, máquinas agrícolas, papel de imprensa e muitos outros. Dispomos de dados significativos a esse respeito e que daremos a seguir. Durante o ano de 1954, a exportação de café produziu uma receita cambial correspondente a 948 milhões, 77 mil e 359 dólares, contra 1 bilhão, 90 milhões, 222 mil e 504 dólares em 1953. Houve, como dissemos, uma queda de 13% que representa perda de divisas e menos poder de aquisição.

Não podemos raciocinar somente com a balança comercial, que nos dá a diferença entre o valor nominal das exportações e importações. Há que considerar a balança de pagamentos. Não possuímos capitais aplicados no estrangeiro que nos proporcione moeda forte, mas sim ao contrário, isto é, rendimentos que são transferidos àqueles países, como resultado das inversões no Brasil. Além disso há ainda o pagamento das dívidas contraídas pelo Governo e pelas empresas autárquicas, ou particulares, cuja amortização não pode e nem deve ser atrasada, mesmo porque precisamos manter o crédito externo e atrair a boa vontade dos emprestadores. As nossas representações diplomáticas e consulares têm de ser pagas quase todas elas em dólares. Essas despesas são cobertas, pelo menos

em parte, pelo café, embora exportemos outros produtos que o auxiliam; mas o grosso dos pagamentos sai do “ouro verde”, uma vez que grande parte daqueles produtos se tornaram gravosos pela nossa política cambial. O próprio café também se tornou gravoso, como resultado da inflação provocada pelas emissões sucessivas de papel-moeda, que debilitou assustadoramente o meio circulante.

Era necessária uma providência, talvez drástica, mas que viesse corrigir os males, disciplinar as importações e incentivar as exportações. Encontrou-se, afinal, um caminho que, pelos prognósticos mais otimistas, seria a salvação: fomentar a produção e diversificar os câmbios para cada produto com o regime das taxas múltiplas para cada espécie. Manteve-se a cotação do cruzeiro no Fundo Monetário Internacional. As exportações passaram a receber uma bonificação por dólar, elevando-se o valor real do cruzeiro. Mas essa bonificação precisava ser conseguida a fim de manter o café e os outros produtos exportáveis em níveis compatíveis. Como fazer então? Simplesmente tirando da importação essa diferença. Vieram as categorias e com elas os ágios mínimos por moeda, fixando-se o ágio real por meio de leilões. Conseguimos, assim, completar o sistema de câmbios múltiplos para exportar os produtos. Estava salva a Pátria!...

Tudo indicava uma nova era de prosperidade.

A Instrução n.º 70, da SUMOC, datada de 9 de outubro de 1953, era a arma que iria ferir de morte a inflação e faria estabilizar o custo da vida. De fato, o seu objetivo principal foi atingido: conseguiu-se incentivar as exportações e disciplinar as importações. Mas não obtivemos a tão esperada melhoria das exportações de café, cuja baixa veio a 66% do valor geral; sobreveio a crise em que nos asfixiamos hoje; o custo da vida deu um salto impressionante.

Vamos apreciar as causas desse fenômeno, dentro das normas inflexíveis da pesquisa econômica:

1.º) tínhamos a hegemonia do mercado mundial do café, desde o terceiro quartel do século passado, atingindo a superprodução nos começos do atual; cõscios de que nada nos sucederia no futuro, empregamos o primeiro artifício da valorização e conseguimos superar a ameaça da crise que se esboçava, decorrente do descontrôle a que fomos levados pela abundância de café;

2.º) novamente esse recurso teve de ser empregado por duas vêzes mais, sendo que a última, em 1926, arrasou consigo tôdas as desditas da tremenda crise de 1929;

3.º) queimamos 78 milhões de sacas de 60 quilos entre 1930 e 1940 e abandonamos cafèzais, retirando do mercado todo o café superproduzido; sòmente em 1942, com as geadas e as sêcas prolongadas, foi equilibrado o mercado;

4.º) habituados que estavam os nossos compradores a beber café a preços baixos e de boa qualidade, começaram êles por não admitir a alta verificada, indo procurar novas fontes acessíveis aos seus preços. A qualidade do nosso produto predominou, mais uma vez, e o mercado voltou à normalidade prevendo-se uma nova fase de estabilidade e abundância, com novas plantações e mais aperfeiçoados meios de seleção do produto;

5.º) em 1953 recebemos o impacto de uma calamidade imprevista. A natureza, que nos salvara em 1942, veio cobrar sua dívida. 400 milhões de cafeeiros foram destruídos pela geada nos Estados de São Paulo e Paraná;

6.º) novamente os consumidores, já então conformados com os preços vigentes, decidiram não comprar mais café brasileiro ao novo preço elevado. Já nesse período, a Colômbia, a África do Sul, a Indonésia e até o nosso amigo de tôdas as horas, Portugal, se lançavam no mer-

cado e conseguiam colocar suas colheitas com preços abaixo dos nossos, abarrotando o mercado internacional.

Essas foram as causas que, a nosso ver, influíram na crise do café, embora tivéssemos feito acôrdos com países produtores para a comum defesa do mercado.

Não trataremos aqui dos atos da SUMOC na verdadeira perseguição dos preços em declínio, pois é assunto de outro capítulo (Artifícios Prejudiciais). Os efeitos já foram apreciados, quando da queda de 13% a que nos referimos no início dêste assunto. Sua repercussão na economia brasileira aí está para atestar a imprevidência e o verdadeiro descalabro que traz consigo, pela irresponsabilidade, inconseqüência e fraqueza, uma política mal orientada. Hoje vivemos com o cinto apertado e cheios de dívidas, procurando empréstimos sôbre empréstimos e dependendo daqueles povos que, mais sábia e honestamente, se organizaram para o futuro.

Passaremos ao petróleo.

O café nos garantiu e tem garantido por muito tempo, a importação do petróleo sob suas várias formas. Toca a vez, agora, do petróleo economizar divisas que o seu irmão verde lhe proporcionou largo tempo.

Não queremos afirmar que o petróleo possa substituir integralmente as divisas geradas pelo café, nos próximos 20 anos. Estamos considerando que será possível a poupança de dólares, se organizarmos em bases melhores a nossa produção de petróleo e derivados. Tudo nos indica que podemos realizar êsse ideal, porque precisamos acreditar realmente no elemento humano de que dispomos e incentivar-lhes as fôrças morais e materiais na consecução dêsse fim.

Analisemos o que se tem feito até aqui.

Antes de entrarmos no assunto, vamos observar que a realidade nacional, no setor petrolífero, se apresenta

sob um aspecto novo, diferente daquele que foi largamente apregoado pelos descrentes. Nós mesmo, ao início dos debates sobre o sistema em que deveria atuar a exploração do petróleo, éramos de acordo com algumas opiniões predominantes àquela época, ou seja, sob a forma de sociedade de economia mista, com capitais nacionais e estrangeiros e não como monopólio do Estado. A nossa idéia de então se fundamentava na possibilidade muito brasileira de que iríamos ao fracasso, como havia acontecido com outras organizações sob controle governamental. Havíamos visto vários exemplos da incapacidade administrativa e o abandono em que jaziam algumas empresas do Estado. Felizmente, hoje, podemos orgulhosamente confessar o nosso engano.

A Petrobrás trouxe-nos um sangue novo. Deu-nos a certeza de um futuro promissor para o país e restaurou a confiança em nossos técnicos.

Apesar das negativas peremptórias do geólogo norte-americano White, a certeza e o patriotismo inspirados de Monteiro Lobato, abriram a nova era para o Brasil, quando, a 21 de janeiro de 1939, no recôncavo baiano, aflorou à luz do sol o primeiro petróleo brasileiro. Daí para os dias de hoje, novas explorações em vários pontos se processaram com êxito e então acreditamos que, de fato, tínhamos petróleo. Descerrou-se a cortina da realidade. Um novo conceito de que a Nação precisava extrair o seu tesouro e explorá-lo ao máximo, formou-se na consciência dos homens públicos e, também, na dos descrentes.

Precisávamos conseguir a libertação do “ouro-negro”, a fim de encetar uma nova fase na estrada do progresso. Daí a criação, em boa hora, do Conselho Nacional do Petróleo e a seguir a constituição da hoje respeitada e admirada Petrobrás. Apesar de todas as insuficiências iniciais e de algumas dissensões de ordem administrativa, o hori-

zonte continua claro e limpo, como que apontando a todos um porvir radioso para o nosso grande país.

Por tudo isso, é de nosso dever apoiar e ajudar o esforço inicial, pois constitui um imperativo nacional têrmos confiança no valor da Petrobrás, como organização governamental, renovando a fé que nela estamos depositando. Seus técnicos estão realizando, em plena Amazônia, uma obra extraordinária, cujo primeiro arranco foi o furo pioneiro de Nova Olinda. Por todos os lados verifica-se a atividade crescente de novas refinarias da Petrobrás e particulares, como prova da vitalidade que se está evidenciando no setor petrolífero.

Temos em mãos os seguintes dados que, por si só, dispensam maiores comentários. São êles o resultado dos trabalhos até hoje executados pelas várias refinarias existentes no país:

<i>Refinarias</i>	<i>Produção em barris diários</i>
Cubatão (Presidente Bernardes)	48.000
Capuava	23.000
Manguinhos	11.000
Ipiranga	6.000
Mataripe	5.000
Outras de menor produção	800
Total	93.800

Êsse total, que traduz a capacidade de refinação em barris diários, no momento atual, ainda não é suficiente para cobrir as nossas necessidades. É preciso lembrar que essas refinarias ainda não estão com tôda a sua produção em trabalho efetivo.

Tivemos de importar, no primeiro semestre de 1955, gasolina comum, querosene, óleo *Diesel*, óleo combustível e gás liquefeito. É provável que o segundo semestre dêsse

mesmo ano e o primeiro de 1956, nos tragam mais promissores índices de redução nessas aquisições, uma vez que as novas montagens em Manaus e outras regiões de prospeção, bem como Mataripe e Presidente Bernardes, prosseguem satisfatoriamente nas suas instalações — o que nos proporcionará novos cálculos e maiores totais de refinação.

Tudo indica — e fazemos ardentes votos — que dentro de dois anos poderemos cobrir todo o território nacional com a nossa produção. Para transportar o óleo contamos com uma das melhores e mais novas frotas do mundo, no total de 22 petroleiros. Já temos informações de que será realidade a construção da usina de asfalto e de uma fábrica de fertilizantes, próximas à refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Estamos, pois, no bom caminho também nessa parte, a fim de atendermos a procura sempre crescente de asfalto para nossas rodovias e de fertilizantes e adubos para a agricultura. A petroquímica, que utilizará os gases residuais das refinarias, em funcionamento, está atraindo capitais estrangeiros e nacionais para produção de plásticos e outros produtos derivados desses gases.

Com tôdas essas realizações, podemos facilmente concluir que a Petrobrás não onera a balança cambial — como também havíamos prejulgado, — mas, pelo contrário, gera divisas, deixando de importar maiores quantidades de óleo e economizando muitos milhões de dólares anuais. Por outro ângulo, inverte suas próprias economias nos trabalhos de novas pesquisas, o que lhe é facultado, muito acertadamente, pelos orçamentos de câmbio. Este fato faz com que haja confiança por parte dos fornecedores de materiais para construção de novas unidades, não só europeus como norte-americanos, que serão reembolsados com os próprios lucros certos e líquidos da empresa. Também a construção de novos petroleiros e aparelhamento de portos adequados, estão na base dessa confiança e desses lucros.

Uma outra face da Petrobrás e que muitos brasileiros extremados nacionalistas e mal-informados talvez ignorem, é a cooperação estrangeira no que se refere aos serviços técnicos, como aluguel pago, à semelhança das companhias particulares. Essa faculdade lhe foi conferida pela Lei n.º 2.004, permitindo contratos com o estrangeiro, podendo alugar os seus serviços especializados e empregar técnicos reconhecidamente capazes, não importando suas origens ou religiões. Com êsse proceder está preparando a empresa o pessoal brasileiro para o futuro, uma vez que possui excelente equipe de engenheiros e geólogos nacionais já treinada por êsse meio.

Embora tôdas essas realizações aí estão para que todos apreciem e tenham fé, ainda encontramos quem não acredite nos destinos da Petrobrás. É o mal comum aos brasileiros que não querem saber de sacar para o futuro. Êsses elementos acham que devemos ter lucros imediatos, sem lutas e sacrifícios. A êles, a êsses fariseus da incredulidade, vamos responder com fatos e com as informações que compilamos de fonte fidedigna, porque temos crença no patriotismo e no suor de quem trabalha com ideal pelo Brasil economicamente forte e independente:

1.º) a Petrobrás tem recursos consideráveis em moeda nacional e divisas estrangeiras, que lhe asseguram crédito no exterior e um lugar de destaque no conceito das grandes empresas do gênero;

2.º) conseguiu, não sem sacrifícios de todos nós, pois formou seu capital à base de impostos que pagamos, resolver o programa do transporte, das pesquisas e da produção, com dinheiro brasileiro;

3.º) pode, como empresa de crédito consolidado no exterior, contratar os melhores técnicos e adquirir equipamentos a juros reduzidos e a longo prazo, em qualquer mercado do mundo;

4.º) concentra-se unicamente em resolver o problema do petróleo brasileiro, reduzir a evasão de divisas e, no futuro, baixar o preço de custo dos combustíveis, incrementando o desenvolvimento do Brasil;

5.º) não teme e não pode temer a concorrência das companhias estrangeiras, pois que a estas não interessa despender mais dinheiro em inversões que lhes podem tirar um mercado consumidor de primeira ordem, como é o Brasil; além disso estão elas em superprodução de petróleo no mundo inteiro e começam a voltar suas vistas para o combustível atômico;

6.º) adquirindo petróleo bruto das companhias estrangeiras para suas refinarias, vendendo depois às mesmas sua produção, não é lógico nem racional que os distribuidores, podendo reduzir suas despesas de transporte das fontes de além-mar, deixem de fazê-lo à Petrobrás. Mesmo porque é mais econômico agir dessa forma do que anular o seu comprador certo.

Eis, em rápida apreciação, as nossas considerações sobre a Petrobrás.

Ela está construindo, com bases firmes, uma nova economia para o Brasil, substituindo em dias futuros a debilitante posição do café, que não mais se mantém como gerador de divisas e esteio do nosso progresso. Temos fé e podemos assegurar que o Brasil se erguerá da atual conjuntura, mais fortalecido e mais sólido do que nunca. Basta que o ajudemos.

Não é com uma campanha de descrédito da Petrobrás, perfeitamente aproveitada pelos derrotistas que se rejubilam e auguram sinais de possíveis fracassos em qualquer empreendimento nacional, que conseguiremos levar avante essa obra grandiosa. Não é viável pensarmos que o Congresso Nacional tenha votado uma lei dando ao Estado plenos poderes para organizar e levantar a indústria-

lização do petróleo, para, depois, desencadear contra sua própria decisão, essa campanha de desmoralização e impatriotismo que vemos em alguns periódicos do país. Se houve alguns senões e mesmo divergências estruturais, os êxitos da empresa os estão superando com vantagem e notável determinação.

A Petrobrás está anulando essa campanha com fatos e, mais ainda, com o seu trabalho fecundo nos campos de prospeção e nos poços recém-descobertos. Seus técnicos e trabalhadores enfrentam toda a sorte de privações e sacrifícios para provar que o Brasil pode e deve levar avante sua obra. Apoiá-la é um dever de todos os brasileiros que desejam um Brasil mais próspero e feliz, economicamente independente e respeitado no conjunto das Nações do Mundo.

Aos derrotistas e maus brasileiros, de qualquer classe, diremos isto: não devemos parar todas as vezes que um cão ladre contra nós; se o fizermos, jamais chegaremos ao fim do caminho!...

CAPÍTULO XV

INTERCAMBIO COMERCIAL

“No intercâmbio internacional, um país não realiza ganhos a expensas de outro país. Os benefícios do comércio são mútuos. Todos os países ganham.”

(*Introdução à Análise Econômica* — PAUL A. SAMUELSON.)

ESTAMOS, evidentemente, numa época de reciprocidade comercial.

Este princípio nos ensina que precisamos fazer concessões tarifárias ou de outra natureza em retribuição de concessões equivalentes por parte de uma segunda Nação, ou grupo de Nações. O caminho mais lógico a seguir será o da reforma do regime de comércio e de pagamentos com o exterior. O sistema anterior, largamente empregado desde longo tempo, era ineficiente sob o ponto de vista comercial. É imprescindível ampliar as nossas atividades no terreno das relações internacionais, adotando novos métodos de mais fácil e rápida aplicação.

Como já tratamos em capítulo anterior, a Europa necessita urgentemente dos nossos produtos, principalmente alimentos, dando em troca objetos manufaturados, máquinas, acessórios, etc. Não é só na área européia que devemos procurar mercados; a Ásia, Oriente Médio e a África,

poderão proporcionar divisas ao nosso comércio exportador. Nestas condições, impor-se-ia um planejamento dessas áreas, dividindo-as por zonas de receptividade aos produtos brasileiros, ao mesmo tempo em que seria proposto um meio de pagar as transações realizadas, por moeda de livre transferibilidade dentro de cada zona selecionada. Esta seria uma política realista, já empregada pelos países da União Européia, de pagamentos, cujos resultados viriam desafogar a crítica situação de nossa balança de pagamentos.

As últimas providências adotadas pelo nosso Governo, nesse terreno, vêm provar a exequibilidade do sistema, no qual o Brasil executa o pagamento de suas transações com a Alemanha, Inglaterra e Holanda, indistintamente, em marcos, libras ou florins. Esse ajustamento de interesses do nosso país com os que adotaram o plano, trouxe-nos uma grande oportunidade, que é a facilidade de pagamentos multilaterais a esses países e o incremento do nosso comércio exterior.

Com a adoção dessa mesma política entre outros países, dentro de um planejamento eficaz, como já frisamos em outro capítulo, iríamos naturalmente auferir imensos benefícios.

Como consequência inicial dessa política, podemos prever perspectivas bastante favoráveis entre o comércio do Brasil com a Inglaterra, em face do citado acôrdo multilateral que orientará o nosso comércio com a Holanda e a Alemanha, tornando mais suave o pagamento das amortizações dos atrasados brasileiros. Surge, porém, uma dificuldade que somente os britânicos estão em condições de remover, já que se mostram de boa vontade conosco. É a situação das tarifas e impostos elevados para importação de matérias-primas de países não pertencentes à comunidade de Nações do Reino Unido. Seria necessário que os ingleses fizessem uma concessão especial tendente a in-

crementar as exportações brasileiras, resultando maior absorção pelo nosso país de diversas mercadorias manufaturadas, maquinaria, produtos químicos e materiais de fabricação inglesa. Para a Inglaterra será, obviamente, interessante manter sua política de incentivo ao comércio com o Brasil, pois sofre atualmente concorrência dos demais países industrializados, com especial relevo a própria Alemanha em fase de recuperação, na conquista de mercados compradores e manutenção dos mesmos.

Os frutos do sistema já se fazem sentir com a última adesão da Bélgica e do Luxemburgo. Outros países irão atender ao convite que lhes foi feito, quando se aventou a idéia da inclusão de todos os membros da União Européia de Pagamentos nessa forma de manter o intercâmbio entre as Nações.

A América Latina, por intermédio do seu órgão especializado, a C.E.P.A.L., deveria também propor uma união de pagamentos entre seus países e adaptá-la, depois, ao comércio com a Europa. Temos bons motivos para acreditar em completo êxito desse empreendimento.

O Brasil ainda mantém acôrdos bilaterais com alguns países europeus, pois há interesse na modalidade para certas áreas de comércio.

Os países que se tornarem conversíveis irão fruir grandes vantagens conosco, já que o Brasil está disposto a aceitar o multilateralismo como solução mais adequada ao seu problema fundamental, que é vender com facilidades de pagamento para suas importações dentro do sistema de "pool" inaugurado entre as Nações contratantes.

Outro aspecto deste problema é o que concerne a nossa produção no setor atômico.

É sabido que o Brasil possui importantes reservas de tório, metal radioativo intensamente procurado. Não é só o tório que possuímos em quantidades consideráveis; ainda

não temos plena consciência das riquezas extraordinárias que guarda o nosso escudo geográfico.

Tivemos notícias de acôrdos para exportação de minério interessando particularmente o urânio e o tório. Vendê-los ao exterior sem contrôlo, é um crime, mesmo porque, no futuro, ao necessitarmos estabelecer a nossa própria indústria atômica, toparemos dificuldades por falta de previsão e planejamento.

Façamos acôrdos, nas mesmas bases de trocas e pagamentos multilaterais, com todos os países necessitados dos nossos produtos minerais, desde que os átomos brasileiros sejam, de fato, empregados para a paz mundial.

No momento em que escrevemos estas linhas, tomamos conhecimento de recentes descobertas, em Araxá, Minas Gerais, de grandes jazidas de “pirocloro”, mineral grandemente utilizado na indústria atômica. Não há dúvida de que teremos firmas estrangeiras interessadas na obtenção desse elemento de importância vital no futuro, como fonte de energia atômica. A atração de capitais vindos do exterior deverá revestir-se de cuidados especiais a fim de preservar a exploração das riquezas nacionais, pois não é lícito estabelecerem essas firmas monopólios contrários a nossa soberania. Torna-se, portanto, urgente selecionar os investimentos e distribuí-los judiciosamente, dentro de um plano de atividades econômicas, às quais precisamos incrementar e desenvolver. É ainda de bom aviso despertar os recursos nacionais e indicar-lhes o meio mais interessante de aplicar capitais, juntamente com os do estrangeiro, concorrendo ambos para a prosperidade e o engrandecimento do país.

A propósito desse palpitante assunto, vamos examinar a Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, em seu art. 4.º que preceitua: “É proibida a exportação, por qualquer forma, de minérios de urânio e tório e seus compostos e

minérios (inclui-se aqui o pirocloro), salvo de govêrno para govêrno, ouvidos os órgãos competentes". O espírito dessa lei é a proteção das nossas reservas, o que é altamente louvável, pois que, com essa cláusula, estaremos em condições de ampliar o contrôlo dos convênios internacionais, com o intuito de não liberar indiscriminadamente a saída de minério radioativo do país. É preciso não esquecer a procura sempre crescente dêsses minérios, que substituirão o petróleo dentro de um futuro talvez bem próximo. A liberação deverá ficar restrita aos compromissos de segurança assinados com os outros países do hemisfério, até que possamos obter condições técnicas para explorá-los. O que não podemos permitir é a exportação sem objetivos claramente demonstrados pelos interessados e sujeitos ao regime de cotas anuais. Por outro lado, não devemos impedir a formação de capitais mistos dentro do país, para a industrialização do minério, sob condições perfeitamente claras e sem possibilidade de distorção, como é comum entre nós.

Não poderíamos terminar êste capítulo sem fazer referência ao recente acôrdo tritícola assinado entre o Brasil e os Estados Unidos.

Apreciaremos êsse ajuste de interêsses sob o ponto de vista econômico para ambos os países. Uma face que convém examinar é a da garantia da taxa cambial. Temos a impressão de que a modalidade do reembôlso da importância total da compra feita em 40 anos, a juros de 5% ao ano, sem garantia de taxa de remessa, é a mais conveniente para nós. Isto porque não podemos garantir uma taxa de conversão monetária em tão longo prazo. Não há dúvida de que os têrmos do ajuste nos são favoráveis, não só pelas 500.000 toneladas de trigo norte-americano de ótima qualidade, como, também, pelos 24% que o produto da venda nos dará em inversões no Brasil.

A falta de uma política econômica nacional perfeitamente definida, não nos permite maiores estudos quanto ao aspecto de um julgamento de valor do acôrdo em foco. Limitar-nos-emos, portanto, a um exame dos benefícios que nos poderá trazer e também das vantagens auferidas no decurso do prazo ali estipulado.

Em primeiro lugar, pagaremos em moeda nacional a compra, economizando preciosas divisas; o prazo longo e sem taxa cambial garantida, nos deixará uma folga relativamente grande para o pagamento da dívida; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico poderá continuar suas operações de empréstimos e inversões, com os 76% restantes em cruzeiros; não afetará a produção nacional de trigo, por ser uma compra isolada, aumentando o abastecimento interno.

Em segundo lugar, vemos o aspecto político da transação que nos aproxima ainda mais dos Estados Unidos, econômica e financeiramente, uma vez que estamos cooperando para absorver os “excedentes” agrícolas daquele país, resolvendo a nossa própria situação de modo suave.

E em terceiro, poderemos contrabalançar a política cambial da Argentina que está ameaçando o Brasil no balanço de pagamentos; essas 500.000 toneladas adquiridas aos Estados Unidos poderão evitar, possivelmente, o agravamento dessa posição cambial que já se esboça.

Passaremos a examinar os inconvenientes mais acentuados que, a nosso ver, poderão açular a opinião pública.

A nossa permanência no Acôrdo Internacional do Trigo, está influyendo na política tritícola dos Estados Unidos, que tem de sustentar um preço fictício no mercado internacional, sem aumentar a subvenção interna. A possibilidade, não muito remota, de uma baixa cambial na Argentina, acarretará a queda dos preços do cereal e a concor-

rência do Canadá se fará presente com um ato semelhante, quanto à exportação do produto. É provável que estejamos comprando trigo mais caro, mas essa situação não pode perdurar em face do nosso próprio desenvolvimento tritícola. Estamos amparando a política norte-americana de colocar os excedentes e tirando a nossa possibilidade de, no futuro, têmos de oferecer produtos nossos de problemática aceitação no exterior.

Estas são as nossas considerações, dentre muitas outras, que o problema comporta.

Devemos ter bem presente que é um compromisso relativamente pesado para o nosso orçamento cambial, pois que dependemos da exportação de poucos produtos primários para uns 5 ou 6 mercados importadores.

O nosso abastecimento interno de trigo ainda está longe de ser auto-suficiente, onerando o orçamento de câmbio futuro, às custas de preciosas divisas fortes. Devemos evitar urgentemente que outros países imitem os Estados Unidos para colocação de seus excedentes, prática essa que poderá prejudicar os produtos de nossa exportação.

Entretanto, se fizermos o possível para nos libertarmos dessa situação, com uma política racional, não há dúvida nenhuma de que o acôrdo nos poderá trazer bons resultados.

CAPÍTULO XVI

A CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS

“A produção mundial pode elevar-se e todos os países poderão desfrutar de mais elevados padrões de vida. O comércio entre países que possuem padrões de vida em desnível, aparenta ser especial e mutuamente proveitoso.”

(*Introdução à Análise Econômica* — PAUL A. SAMUELSON.)

ELIMINAR a concorrência de outros países, no comércio internacional, tem sido a causa de grandes hecatombes da humanidade.

A compreensão entre os homens do problema da sobrevivência pacífica, foi objeto de grandes planos e não menores esforços para a normalização das relações econômicas asseguradoras da paz a um Mundo exausto e já sem esperanças.

O temor da destruição total pelo poder atômico, foi um fato preponderante nos entendimentos internacionais e se nos deparam, hoje, novas perspectivas de melhores e mais ditosos dias no porvir.

A procura de novos mercados para colocação de produtos os mais variados, é um índice promissor de que existe o desejo de estabilizar as relações de troca entre os povos,

independentemente de suas condições políticas ou crenças religiosas. Há exceções, naturalmente, porém, o clima dominante é o da compreensão mútua, pelo menos na esfera econômica.

Em nosso caso particular, tem o Brasil perdido boas oportunidades para expansão de sua rede de mercados externos, o que está se refletindo desfavoravelmente na sua balança de pagamentos e acarretando maior montante de dívidas com a aquisição de produtos consumidores de suas possibilidades reais no comércio exterior.

Antes, porém, de entrarmos nas considerações do presente capítulo, devemos estudar ou então pesquisar um tipo de câmbio que possa proporcionar equilíbrio, isto é, nivelar a procura de importações com a capacidade para importar. Esse tipo de câmbio anularia o chamado "Confisco cambial" e transferiria integralmente ao exportador o preço em cruzeiros das divisas obtidas. Se observarmos detidamente a nossa conjuntura econômica interna, chegamos à conclusão de que quanto mais baixa a capacidade de importação do país, mais tende a subir o termômetro da renda nacional. Elementarmente podemos demonstrar que a oferta de produtos estrangeiros ao mercado nacional escasseia, quando ocorre uma baixa no comércio exterior; ora, essa escassez faz com que os preços subam, ou, o que vem a dar no mesmo, o tipo de câmbio do cruzeiro tende a baixar; elevando os preços das importações, pelo menos em alguns artigos, torna-se possível a sua produção dentro do país e esse fato determina, obviamente, inversões de capital que aumentam o total de salários pagos, elevando a renda nacional; e uma parte dessa mesma renda é aplicada na compra de novas importações.

O tipo de câmbio do equilíbrio que estamos estudando só é possível quando aumentam a procura e os preços dos bens de produção, aumentando também a oferta; se conse-

guirmos fazer com que a oferta de importações possa sempre aumentar com a elevação dos preços das importações em moeda nacional, o objetivo estará atingido. O meio normal para aumentarmos a oferta dos bens importados, é aumentar também a capacidade para importar, o que vale dizer, aumentar as exportações em moeda estrangeira. Para obtenção de um aumento de nossas exportações em volume ou moeda nacional, torna-se necessária uma baixa do tipo de câmbio. Aumentando-se a quantidade exportada, entrarão mais divisas e isso só acontecerá se a procura dos produtos exportáveis fôr elástica.

Em nossas condições atuais, o único meio de pagarmos as exportações pelo seu justo valor é o estabelecimento de tipos diferenciais de câmbio.

Quanto à procura de mercados, a fim de collocarmos os produtos essenciais geradores de divisas, torna-se evidente uma revisão da nossa política externa, no campo econômico. Necessitamos ampliar a rede de mercados externos por meio de acôrdos comerciais com todos os países que estejam em condições de absorver produtos brasileiros.

Depois da Segunda Guerra Mundial, muitos produtos novos têm sido rápida e amplamente aceitos pelos países direta e indiretamente atingidos. Todos êles estão se reconstruindo celeremente e, a nós brasileiros, causa uma grande surpresa o volume e a qualidade dos artigos fabricados e já à venda nos mercados.

O nosso raciocínio se fundamenta no fato de que os outros povos comprarão novos produtos do Brasil, mas somente se forem convencidos de que tais produtos lhes oferecem vantagens ou valores inexistentes nos seus próprios países. Poderemos obter sucesso se seguirmos uma política de conhecimentos dos mercados externos, métodos de distribuição adequados, bem como a posse de um produto bom e característico. Isto não independe, obviamente, de

habilidade, novidade, individualidade e esforço de promoção de vendas decidido e judicioso.

Um estudo especializado sôbre os futuros compradores, subdividindo-os geográficamente para satisfazer às suas necessidades e adaptar-se às possibilidades dos nossos produtores, seria o ideal nesse caso. Dever-se-iam estudar os tipos de mercados que, a nosso ver, se apresentam ao exportador. Êstes tipos se aplicam também ao consumo interno. São êles:

- a) mercado consumidor;
- b) mercado rural;
- c) mercado industrial.

No primeiro vamos encontrar as pessoas, lares ou famílias que compram mercadorias para satisfazer às necessidades individuais ou familiares e, geralmente, compram nas lojas, feiras, mercados e no comércio varejista. Grande parte das mercadorias para consumo público é adquirida pelas famílias, cuja renda e poder aquisitivo têm de estar em condições de suportar os preços de venda.

No mercado rural encontramos dois campos distintos e que são o mercado consumidor e o mercado industrial. Àquele se aplicam as mercadorias compradas pelo fazendeiro para satisfazer às necessidades primárias e os desejos naturais de toda a família. Ora, o fazendeiro também produz e faz negócios, representando, assim, um fator no mercado consumidor, ao passo que é, ao mesmo tempo, um comprador comercial ou industrial. Teremos, portanto, de levar em conta êsses dois campos, a fim de avaliar corretamente as possibilidades e colher os seus melhores resultados.

O terceiro grande mercado a conquistar é o industrial. Nêle estão compreendidos todos os industriais e estabele-

cimentos que prestam serviços profissionais, incluindo até mesmo distribuidores quando o equipamento, abastecimentos e serviços adquiridos, não tenham caráter de revenda e sim para funcionamento do negócio. Basicamente este mercado prevê condições econômicas favoráveis, sólidas e fortes, com perspectivas animadoras de lucros e muitas necessidades por satisfazer. Temos ainda, em nosso próprio mercado interno, grande carência de mercadorias industriais e de consumo e assim continuará por longo tempo ainda.

Não se pode desprezar o estudo desse mercado e considerar, mais do que as simples condições do momento, suas perspectivas e transformações básicas. Há que observar a tendência bastante acentuada das populações rurais e próximas dos grandes centros, para se incluírem nos subúrbios ou periferias desses mesmos centros. Isto será evitado se as casas varejistas, lojas de variedades e centros de compra onde se possa adquirir tudo num só lugar, aí se localizarem. Nessas áreas suburbanas, em crescimento constante, vamos encontrar um novo e amplo mercado industrial que poderá propiciar bons resultados. Mas, todas essas idéias não poderão ser postas em prática sem um planejamento bem concebido. Para isso precisamos saber qual a interdependência que existe entre os vários fatores interessando ao plano; necessitamos encontrar os elementos para planejar, colocá-los em evidência e, enfim, estudá-los sob todos os aspectos possíveis. Assim, temos então os principais:

- 1.º) o fabricante — sua posição na indústria interna e externa e a aceitação do seu produto;
- 2.º) qualidade do produto — aspecto, formato, embalagem e impressão causada ao público;
- 3.º) colocação no mercado — extensão e características;

4.º) modos de distribuição e circulação — rapidez de entregas e locais onde poderá ser mais facilmente encontrado pelo consumidor;

5.º) publicidade — meios empregados para maior divulgação do produto e métodos de propaganda.

Desde que o produtor tenha contróle absoluto sôbre os cinco elementos acima descritos, seu êxito estará garantido. Não devemos esquecer, contudo, que a estrutura dinâmica e mutável do mercado, bem como suas características, podem influenciar nesse resultado. A pesquisa permanente, a propaganda e as qualidades do produto estão sempre presentes em qualquer época e situação. Nenhum fabricante ou produtor poderá ignorar as variações e tendências básicas do mercado tanto interno, como externo.

O mercado mundial tem oferecido ao Brasil muitas possibilidades que ainda não foram exploradas. Por definição, os mercados são pessoas com poder aquisitivo e com o desejo de utilizá-lo para proverem as suas necessidades imediatas ou futuras. Como existem as pessoas e o poder aquisitivo em abundância, o desejo de usar êsse poder em favor de mercadorias que possamos exportar para outros países, adquirindo, assim, estabilidade, está na dependência do engenho e dos esforços de venda decididos e persistentes, sem os quais não obteremos colocação no estrangeiro para os nossos produtos.

O quadro que se segue nos dará uma idéia aproximada dos novos mercados que será possível conquistar, dentro das idéias que acima expusemos.

Examinando-se o quadro, verificamos que a Cortina de Ferro necessita urgentemente dos nossos produtos em fase de produção regular. A China figura apenas como consumidora de tecidos e manufaturas de algodão, porque pouco ou quase nada sabemos do mercado chinês, hoje sob controle comunista.

Quanto ao desenvolvimento do intercâmbio comercial com esses países, estaria em função de acordos bilaterais ou multilaterais, como o recém-firmado com a Inglaterra, Alemanha e Holanda. A razão que nos leva a sugerir a primeira dessas modalidades, estriba-se na vantagem incontestável de vincular as importações às exportações e evitar abusos por parte de outros países que queiram controlar o mercado. O nosso comércio com a Inglaterra tem diminuído porque exportávamos para aquele país café e algodão em grande escala; e é sabido que os ingleses reexportavam o nosso café, consumindo esse produto de suas colônias. Com a desvalorização da libra, em 1952, a reexportação do café brasileiro deixou de interessar por não produzir lucros compensadores, e, agora, por estar com seus preços altíssimos. Com o algodão aconteceu diferente: deixaram de comprar no Brasil porque o governo norte-americano financiou as exportações do algodão ianque, a preços menores a fim de escoar o seu produto gravoso.

Esses dois exemplos são bastantes para concluirmos que devemos fazer todos os esforços possíveis no sentido de conquistar novos mercados à base, como dissemos, de acordos multilaterais ou bilaterais, e recíprocos, sem sacrifício de outro povo qualquer.

O multilateralismo, como foi feito com aqueles países citados, vai permitir à Inglaterra vender ao Brasil, sem ter de comprar necessariamente. Poderão os ingleses comprar na Alemanha ou na Holanda com marcos e florins conversíveis, adquiridos pela nossa exportação para esses dois países e resultantes da nossa compra de produtos da Ingla-

terra. Haverá, assim, equilíbrio de trocas, mas, no futuro, os ingleses não nos comprarão mais por diversos motivos, obrigando-nos, também, a deixar de comprar nas Ilhas Britânicas.

Por isso devemos procurar novos mercados e, com êles, estabelecer os acôrdos citados, dependendo o tipo empregado, do volume de comércio, da distância, dos meios de transporte, etc.

Vejamos agora algumas vantagens do multilateralismo, já que o nosso govêrno se envereda por êsse caminho:

- 1.º) possibilita a extensão da medida a outros países e a novos mercados;
- 2.º) transferibilidade das divisas entre os países participantes do plano;
- 3.º) liberalidade e flexibilidade no sistema de pagamento relativo ao nosso comércio exterior;
- 4.º) pagamento de atrasados comerciais, utilizando-se o critério cronológico para a sua liquidação;
- 5.º) eliminação gradual e sistemática da rigidez decorrente do sistema bilateral.

Poderíamos citar muitas outras vantagens, já que nos dois exemplos anteriores procuramos fixar os defeitos que também tem o sistema multilateral.

O futuro se encarregará de nos apontar o certo para o nosso caso particular. Experimentemos, pois, mais essa fórmula.

Não podemos abandonar, todavia, os nossos produtos no que se refere a sua propaganda, a fim de assegurar um mercado estável e constante.

A publicidade absorve grandes somas em dinheiro que depois retornam sob a forma de lucro liquido. Por meio dela é possível estabilizar os hábitos de consumo e firmar

as marcas de produção quer externa como internamente. De fato, podemos observar que no Brasil ocorre um fenômeno que merece estudo: a propaganda não atinge todo o território nacional, circunscrevendo-se apenas a alguns poucos centros urbanos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Pôrto Alegre. O rádio tem, evidentemente, levado a todos os quadrantes do país a propaganda de produtos efetivamente à venda. A concentração dos mais importantes interêsses mercantis, estão naqueles centros já citados e esta afirmativa encontra o total de 4.273 milhões de cruzeiros, como prova do extraordinário desenvolvimento que a publicidade tomou entre nós, no ano de 1954.

Os nossos escritórios comerciais no exterior deverão ter uma organização efetiva, como um apêndice das nossas representações diplomáticas, para evitar maiores despesas, a cujo encargo ficarão a propaganda dos produtos brasileiros e suscetíveis de colocação nos futuros mercados compradores, bem como tôdas as informações comerciais que se relacionem com a produção e venda dos artigos procurados.

CAPÍTULO XVII

A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

“Mudarei a Capital, ainda que seja em barracas.”

(FLORIANO PEIXOTO, em 1892.)

“Pretendo assinar o último ato de meu governo na nova Capital do Brasil.”

(EURICO GASPAR DUTRA, em 1946.)

PROCURAREMOS estudar os pontos que julgamos interessantes dêsse problema crônico, cujo projeto data da nossa primeira Constituição, em 1891.

Não é preciso salientar as vantagens dessa mudança, quando raciocinamos com o encurtamento das distâncias pelo transporte aéreo e em plena era dos aviões a jato. O primeiro passo será, a nosso ver, uma descentralização administrativa do governo. Justificamos as razões que nos levaram a fazer essa afirmação, do seguinte modo: a União não pode, em sua complexidade, arcar sòzinha com a imensa tarefa de controlar as funções de seus órgãos ou supervisionar cêrca de 2.500 municípios. Neste ponto temos de recorrer aos exemplos norte-americano e da Austrália, países que conseguiram descentralizar sua administração e alcançar um progresso excepcional, guardadas as devidas proporções entre ambos. Em nosso caso, forçoso é reconhecer um fato histórico e inconteste: a nossa incapacidade

dade para dividir o vasto interior, ficando com a repartição do português no litoral. É a velha mania de ficar agarrado às praias, como o caranguejo e à qual já nos referimos. Possuímos 17 Estados litorâneos e apenas 4 mediterrâneos, numa área de 8.525.000 quilômetros quadrados! Quer isto dizer que fixamos os limites nos acidentes geográficos, aplicando a lei do menor esforço, produzindo pequenas pátrias dentro da pátria comum e levando o país a sérios dissabores na questão de limites entre Estados vizinhos — absurdo dos absurdos!..., — como no triste episódio da contenda entre Minas Gerais e Espírito Santo, que até hoje não se decidiu.

Podemos dizer que temos duas áreas distintas formadas respectivamente pelas bacias do Prata e do Amazonas, que se repelem, sôbre as quais se debruça outra que forma o litoral atlântico. É uma fatalidade geográfica correspondente a uma divisão política, constituindo pequenas pátrias encerradas em compartimentos naturais. Donde o regionalismo que tanto mal tem feito ao progresso da Nação. Essa divisão errada criou Estados grandes e poderosos e outros pequenos e fracos, desequilibrando profundamente a nossa vida econômica, política e social.

Mudada que fôsse a Capital Federal para o planalto do Brasil Central e adotando-se uma divisão igualadora, harmonizando e unindo os Estados, construir-se-iam vias de comunicações e aeródromos que eliminassem as deficiências geográficas do conjunto. Colocar-se-iam, dêsse modo, as áreas de produção em contato com as de consumo interno ou com os portos de exportação. As condições hostis seriam removidas pelo saneamento, a açudagem, a irrigação e a assistência técnica dos órgãos competentes, uma vez a nova unidade territorial se convertesse em realidade.

Surge aqui uma objeção: a divisão igualadora continuaria a deixar alguns Estados mais povoados do que outros, por possuírem maior densidade demográfica. Em

resposta, é lícito dizer que um Estado mais povoado significaria maior representação política, maior poder econômico e nada ficaria alterado. Para restabelecer o equilíbrio, seria então o caso de dirigir as correntes de migração interna e os novos imigrantes selecionados pelas suas capacidades e condições de saúde, a fim de nivelar os novos territórios criados. Este problema condiciona estudos especializados e cuidadosos por parte do Govêrno, através de seus órgãos competentes.

Mas voltemos ao planalto central, depois de externalizadas nossas idéias sôbre a descentralização administrativa.

Não há dúvida de que necessitamos de mais braços estrangeiros, mas antes de pensarmos no estabelecimento de núcleos populacionais básicos nos terrenos destinados à nova Capital da República, torna-se imprescindível estudar os fatores de seleção, antes de qualquer outra providência. É preciso evitar a todo custo que o Brasil se torne, no futuro, um vasto manicômio pela escória das ruínas de uma Europa convulsionada por seis anos de guerra e doze de loucura coletiva. Não podemos permitir a repetição dos erros passados, uma vez que devemos criar uma nova geração sadia e disposta a reformar o país de dentro para fora.

Se hoje, infelizmente, ainda somos um vasto hospital, pela importação de toda classe de doentes, a partir do descobrimento, é chegado o momento de apurar as qualidades do novo imigrante e conduzi-lo para as excelentes condições de vida que se lhe depararão no planalto central. Não podemos olvidar que o imigrante segue a lei das latitudes, razão essa que nos conduz aos Estados do Sul, onde encontramos um coeficiente de 16,83 habitantes por quilômetro quadrado, ao passo que no norte temos apenas 0,45 habitantes nessa mesma área. Impõe-se a adoção do "selecionismo negativo", ou seja impedir a entrada de surdos, loucos, idiotas, retardados mentais, defeituosos, portadores

de moléstias contagiosas, desajustados, enfim, tôda essa escória que só vem aumentar a nossa infelicidade. Se conseguirmos aumentar o contingente ariano, selecionado pelas profissões e condições eugênicas, tendo como tronco o anglo-saxão, encaminhando as etnias nórdicas e as celtas para o planalto central e as ibero-mediterrâneas para o Norte, procurando fundi-las, teremos atingido o ideal para a nova formação que se tem em mente. Devemos evitar, ainda, os tipos de raças infusíveis, isto é, aquelas que não se misturam com o elemento nativo. É necessário, por outro lado, fazer com que o imigrante venha com a família, com o núcleo fundamental afetivo da agregação humana e não aportar aqui sozinho, com espírito de aventura e com o pensamento sempre voltado para sua terra natal e para onde, depois de rico, desejaria voltar.

Devemos, e não é demais repetir, dirigir a imigração, disciplinar a mão-de-obra hábil e localizá-la no centro geográfico do país, para formação da nova região, dando-lhe condições de vida igual ao nacional que para ali se desloque. Para atingir uma proporção ideal, a sugestão seria de 80% de agricultores e 20% de técnicos em tôdas as profissões, como base de estabelecimento de formação dos núcleos iniciais.

A industrialização deverá, também, seguir rumo inverso ao que até agora se fez no Brasil. É preciso desenvolvê-la do centro para a periferia, tendo como ponto de partida a nova Capital, dentro de um planejamento criterioso e completo em todos os pormenores.

Esse planejamento deverá levar em conta os estudos já feitos e observar as vantagens que oferece, uma vez evidenciado e provado que a construção da nova capital poderá ser um empreendimento autofinanciável. Não custará nem um cruzeiro aos cofres públicos, pois a área demarcada para o futuro Distrito Federal é de 5.300 quilômetros quadrados ou 120 mil alqueires geométricos. Usando-se

apenas 2% dessa área para a urbanização da capital propriamente dita, o restante seria revendido em pequenos lotes que se destinariam ao “cinturão verde” e às granjas. Calculando o valor dos 2% da parte urbana, teremos então 100.000 lotes vendidos à média de Cr\$ 200.000,00 em prestações suaves e acessíveis, produzindo 20 bilhões de cruzeiros, importância esta suficiente para cobrir o valor das desapropriações efetuadas.

Muitos problemas advirão até que se possa atingir o objetivo colimado.

Não se deve esperar rapidez na execução do plano, mesmo porque precisamos tratar de resolver o problema rodoviário, sem o qual ficaríamos na dependência do transporte aéreo somente.

No magnífico trabalho do saudoso General Djalma Polly Coelho, intitulado “Façamos a mudança da Capital, mas façamo-la bem feita”, vamos encontrar completa concordância com as nossas idéias e não é demais procurarmos nos sadios estudos ali contidos, os elementos de que necessitamos para chegarmos à solução dêsse importante problema nacional.

Já agora, um novo ângulo se nos oferece para análise, com a nomeação de nova Comissão, a 3.^a, para mudança da Capital. Suas conclusões estão plenamente de acôrdo com as da 2.^a e temos a certeza de que, com a compreensão de todos os brasileiros, chegará ela ao ponto de apresentar aos poderes públicos o completo trabalho e suas diretrizes, planejadas dentro dos mais modernos requisitos da técnica moderna. Capacidade não falta aos nossos administradores, técnicos e engenheiros e a vontade de realizar vem demonstrar, em mais de uma oportunidade, que o brasileiro consegue fazer o impossível quando realmente o quer.

Não podemos descrever da interiorização da Capital, pois seria então deixar de acreditar na coragem decidida

e patriótica dos homens que podem e devem solucionar o mais premente de todos os problemas que nos sufocam.

Já foi ultimado pelo Congresso, no momento em que escrevemos estas considerações, o projeto dando autonomia ao Distrito Federal. É chegado o momento de examinarmos as vantagens da mudança da Capital, uma vez que o Rio de Janeiro poderá, agora, eleger o seu próprio Prefeito, sem a interferência do mesmo Congresso. A alegação da dualidade de Poderes entre a autoridade federal e a municipal, deixará de existir e não mais acarretará a dependência em que ficavam os prefeitos nomeados pelo Senado Federal.

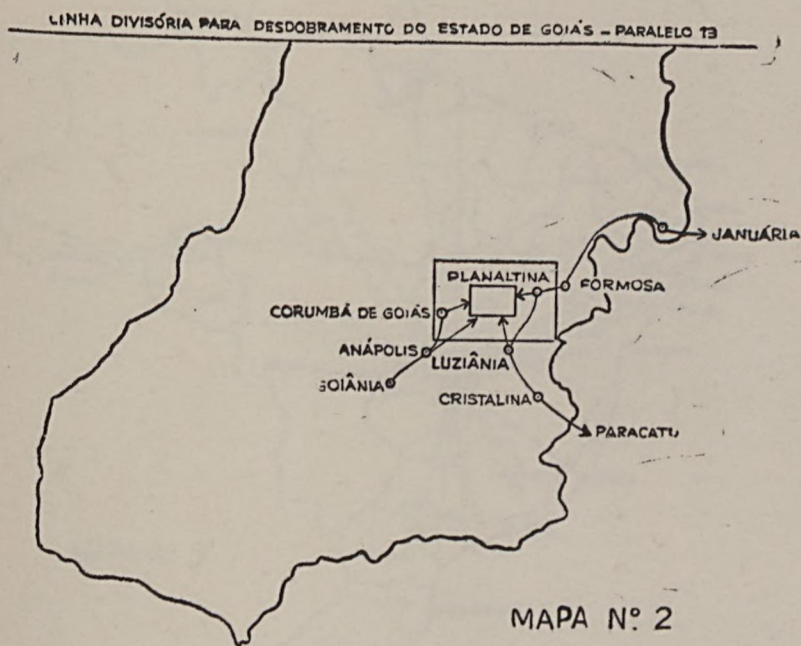
Os efeitos econômicos sobre o Rio de Janeiro serão os mais benéficos, isto porque haverá grande redução no consumo das utilidades e diminuição dos preços, tudo decorrente da transferência de mais ou menos 250.000 famílias para a nova Capital. Somar-se-iam a esse número de população "oficial", as organizações estrangeiras e representações diplomáticas, os profissionais liberais, trabalhadores domésticos que naturalmente acompanhariam o governo.

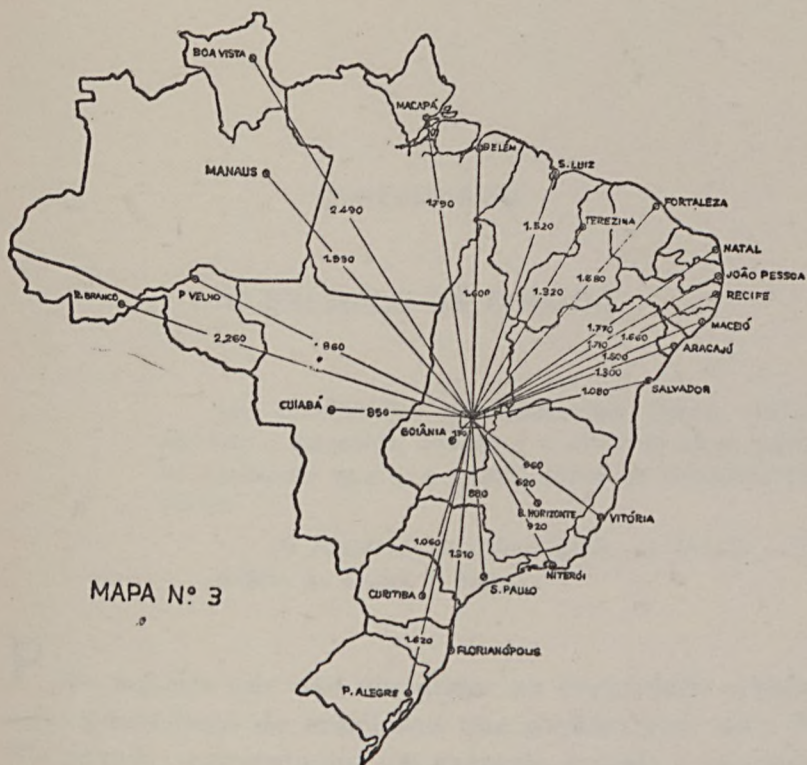
A construção civil atualmente em franco desenvolvimento no Rio, iria sofrer um impacto mais ou menos considerável, diminuindo o número de novos prédios a construir; os aluguéis tenderiam a baixar e o custo de vida acompanharia essa baixa geral, como consequência desse êxodo das praias... Até o angustiante problema da água, tão velho como o próprio Rio de Janeiro, seria enfim solucionado para os que aqui permanecessem. As favelas, de tão triste aspecto, iriam desaparecer definitivamente pela desvalorização do imóvel, fato esse que podemos perfeitamente antecipar.

Teremos de levar em conta o número de automóveis, caminhões e outros veículos que, hoje, transformaram o Rio numa Babel incontrollável e que iria concorrer para

diminuir o tráfego do asfalto e melhorar as condições atuais.

Por tudo isso, é lícito concluir pelo mais rápido andamento da mudança da Capital para o planalto goiano. Já atingimos a fase importante da transferência, que é a localização; resta agora trabalhar pela desapropriação. Somente com a execução dessa parte, está o Governo apto a enfrentar o trabalho de iniciar a mudança de elementos constitutivos da sede, bem como a ida de técnicos e material necessários à região preparada. É preciso, como já tivemos oportunidade de prevenir, evitar as valorizações artificiais de terrenos desapropriados, sob pena de cairmos na rede das especulações imobiliárias, que poderão inutilizar todo o esforço despendido.





MAPA N.º 3

CAPITULO XVIII

O EXEMPLO DE GOIÂNIA

“As providências governamentais jamais poderão superar o incentivo, direção e o estímulo ou o orgulho de realização que é a grande força da iniciativa particular.”

(*O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.)

PARA aquêles que não acreditam na capacidade criadora e no patriotismo de brasileiros que sonham com uma Pátria grande, apresentamos um exemplo recente e oportuno: a nova cidade de Goiânia. Essa estupenda realização, fundada em 24 de outubro de 1933, cujo município foi criado em 2 de agosto de 1935, inaugurando-se finalmente a 5 de julho de 1942, vem demonstrar que ainda somos capazes de alguma coisa de extraordinário. Podemos afirmar que, com apenas 15 anos de idade, Goiânia está perfeita em seu traçado urbanístico, com seus 100.000 habitantes. Ora, o Planalto onde se pretende estabelecer a nova capital, está a 170 quilômetros de Goiânia apenas; e não podemos esquecer que os recursos do Estado de Goiás não são os mesmos de que dispõe a União.

Se houvéssemos cumprido as disposições da Carta Magna de 1891, ou sejam há precisamente 66 anos — que Brasil teríamos hoje!

Está na hora, como afirmamos, e não nos cansamos de repetir, de reacender nos brasileiros a chama de um sentimento novo: a redenção da nossa economia. Sòmente melhorando as condições das vastas áreas do interior, poderemos alcançar êsse objetivo.

Volvamos ainda os olhos para o Estado de Goiás e o analisemos como economista. É uma enormidade geográfica, pousando a cabeça no Sul e estirando-se até o Pará. Sofre o Estado duas influências que devemos examinar: enquanto que o Sul se transforma em fôrça econômica, recebendo o fluxo demográfico de Minas, São Paulo e Bahia — apesar da eterna dificuldade dos transportes, — o Norte, a extensa zona do babaçu, permanece estática, sem vida, a deglutir os recursos do Estado. Eis um caso típico de divisão igualadora a que nós reportamos em outro local. Se ocorresse a divisão em duas partes, e os 14.400 quilômetros quadrados que delimitam a área do futuro Distrito Federal influíssem na parte da região Norte, o Estado ficaria liberto dêsse pêso morto e iria concorrer para o desenvolvimento integral de outras áreas já em franco progresso.

Há quem veja nessas idéias uma afronta ao Estado de Goiás, o que não procede. Estamos raciocinando com o Brasil e não com a política regionalista que só nos tem trazido atraso e lentidão educacional e econômica.

Se a realização de Goiânia foi possível, nada poderá impedir a criação de uma outra cidade, empregando-se os mesmos recursos e processos que ali foram fatôres decisivos. Temos de fazer alguma coisa que, de fato, demonstre vontade e persistência na solução dêsse problema do interior e considerado de suma importância para o próprio Estado de Goiás.

Já não se fala mais no *slogan* por muito tempo apregoado da “Marcha para Oeste”. Já passou de moda e o tempo se encarregou de colocá-lo na estante das coisas do passado, das realizações impossíveis.

Sabemos que a Constituição de 1946 determina a aplicação de uma cota de 3% da arrecadação total, durante 20 anos, na recuperação e desenvolvimento da Amazônia. Esse mesmo processo deveria ser adotado para o centro-oeste, em menor espaço de tempo, uma vez que as facilidades de aplicação de capital privado ali existentes, poderiam cobrir essa espécie de empréstimo provisório.

A Fundação Brasil Central, organizada com capitais particulares e do Governo, não pode e nem deve estacionar a execução dos seus projetos de expansão e desenvolvimento, sob pena de retardar ainda mais os inadiáveis problemas que lhe estão afetos; deve impulsionar a construção da estrada transbrasiliana e incentivar a fundação de cidades novas e aeródromos, a fim de encurtar as atuais rotas aéreas em torno do Nordeste Brasileiro; deverá fazer com que o avião transporte homens e máquinas, a fim de criar novos núcleos colonizadores, uma vez que as estradas de ferro e de rodagem não podem ter a rapidez necessária a um empreendimento dessa natureza. Seria um grande passo dado para a completa recuperação do centro-oeste, se as cidades fundadas quase totalmente por via aérea, em pontos esparsos do vasto setor escolhido, se ligassem, depois, entre si, por estradas de rodagem.

Cabe ainda a essa importante Fundação, projetar cada cidade para dois futuros — o atual e o distante. Planejar a longo prazo é garantir sucesso absoluto e certo, como aconteceu com a extraordinária Goiânia.

A transbrasiliana poderá se transformar em a nossa grande esperança e podemos prever seja ela a espinha dorsal do Brasil, o seu centro nervoso industrial e agrícola. Dependerá, contudo, do seu traçado e do incentivo que receber por parte dos Estados que deve atravessar. Não temos dúvida que isso acontecerá por parte dos governos regionais, uma vez definida a rota e a faixa por onde passará sua construção. Requisitos modernos em máquinas

e técnicos não nos faltam. Entusiasmo e compreensão também encontram receptividade nos meios rurais que serão, evidentemente, beneficiados.

Não é demais repetir que a nova Capital da República, se efetivamente construída no planalto central, virá acelerar o ritmo da construção da estrada, não só pela atração de capitais nacionais e estrangeiros, como pela afluência de novos contingentes humanos ávidos de melhores condições econômicas.

É a oportunidade que se apresenta clamando e suplicando para recomençar um Brasil diferente, partindo resolutamente do centro-oeste e lançando-se para todos os quadrantes do seu vasto e opulento território.

Há muito tempo ouvimos dizer que o oeste é a “terra de amanhã — onde o amanhã nunca chega...” Será isso uma verdade? Talvez o fôsse no passado, quando não tínhamos a noção exata das nossas riquezas e possibilidades hoje descobertas ao mundo e aos brasileiros. É esta a hora de fazer chegar êsse amanhã e entrar de rijo na luta pela conquista integral do oeste.

Com a homologação pelo Presidente da República da escolha do sítio definitivo no planalto goiano, onde será plantado o futuro Distrito Federal, nossas esperanças tomaram novo alento e temos certeza absoluta de que a Comissão encarregada do projeto, sob a orientação do ilustre brasileiro que é o Marechal José Pessoa, dará o melhor dos seus esforços para realização dessa obra há tanto tempo esperada.

Uma advertência, no entanto, se impõe, para benefício nosso. Como é de costume, já se esboça um movimento visando a mais nefasta de tôdas as atividades em novos centros recém-criados: a exploração imobiliária. Os exemplos estão aqui mesmo, diante dos nossos olhos, em plena atividade, procurando atrair os incautos. É preciso tolher

decisivamente a ganância de aventureiros inescrupulosos, que, na previsão de lucro fácil, para ali estão se deslocando com o intuito criminoso de fazer dinheiro, sem esforço, desprezando a idéia do trabalho honrado para satisfazer seus apetites vorazes. Esses elementos deverão ser contidos pela própria Comissão, se quisermos realizar todo o plano já definido no que se refere ao loteamento das terras para revenda. O que precisamos defender é a terra, e o homem que ali queira abrigar o seu novo lar e iniciar uma nova vida feliz e produtiva, em proveito da coletividade.

Novamente vamos dirigir o nosso estudo para Goiânia. Embora os lotes ali hajam sido vendidos, inicialmente, a preços altos, a exploração imobiliária não constituiu um obstáculo ao progresso da cidade, pois que foi devidamente controlada e colocada nos seus limites.

Como resultado, a cidade pôde ajustar-se ao planejamento e desenvolver-se em todos os sentidos. Coopera hoje com mais de 139 milhões de cruzeiros para a receita do Estado, como parte da sua notável industrialização.

Mas não foi só a cidade de Goiânia que se projetou como simbolo de determinação a nós brasileiros. No mesmo Estado de Goiás, à beira do Rio das Almas, nasceu um vigoroso município, oriundo de uma Colônia Agrícola fundada em 1941 pelo Ministério da Agricultura.

Trata-se do município de Ceres, criado em plena selva goiana. Ocupando uma área total de 94 mil hectares, foi dividido em glebas de 20 e 25 hectares abrigando cerca de 4.000 famílias de agricultores entre nacionais e estrangeiras. O método de colonização aplicado constitui um fato único na nova orientação que está despertando o interior.

Ceres conta hoje com 45.000 habitantes e a fertilidade do seu solo proporciona a cultura intensiva do café, do arroz, do feijão, do milho e do algodão; possui energia própria fornecida por uma usina hidrelétrica de 2.400 H.P..

42 escolas primárias rurais, um hospital, ginásios e outros melhoramentos; tem duas agências de bancos e o Banco do Brasil fará instalar futuramente uma sua para melhor atender ao crescente ritmo de expansão que ali se verifica. Resolveu o problema do transporte com facilidade, ligando o município por várias estradas e vias de comunicações, o que lhe tem ajudado a manter um progresso bastante apreciável.

Ao fazermos estas considerações sôbre a possibilidade que se nos oferece de poder estudar o desenvolvimento das regiões do interior goiano, temos um único objetivo: provar que estamos em condições de fazer a mesma coisa nos mais recônditos lugares do território brasileiro. É preciso, porém, coragem e destemor. É necessário empregarmos novos métodos de colonização, iguais aos que foram aplicados ao interior goiano.

A palavra impossível não pode, nos dias de hoje, nesse setor, encontrar guarida em corações brasileiros.

Goiânia, Ceres, Anápolis, Pires do Rio, Ipameri, Catalão, Goiandira e outras cidades do Estado de Goiás, aí estão para mostrar aos incrédulos tudo aquilo que poderemos fazer no futuro pela redenção do Centro-Oeste e do Brasil.

TERCEIRA PARTE

CONCLUSÕES

“Durante os últimos 30 anos o brasileiro tem preferido apoiar-se em outros, em lugar de revelar uma determinação positiva de resolver por si os próprios problemas.”

(Palavras do economista norte-americano ALLEN WALKER, em recente visita de estudos a convite do Governo Brasileiro.)

CREMOS que o Brasil pode e deve recuperar-se a si mesmo. Não fôsse essa crença que alimentamos há muitos anos, desde os primeiros contatos com a ciência econômica, jamais nos atirariamos a escrever e difundir estas considerações e idéias.

O caminho é longo e difícil, devemos reconhecer. Mas não é impossível chegarmos a um ponto no qual todo êsse esforço seja realmente produtivo e integralmente recompensado.

Procuraremos resumir em 10 itens principais, as providências que se nos parecem necessárias e urgentes para o progresso econômico do Brasil.

1. COMANDO ÚNICO NA ESFERA ECONÔMICA

A reunião de órgãos existentes atualmente e com a mesma finalidade, deve ser realizada com a máxima presteza. Esta idéia se fundamenta no seguinte exemplo: aí estão os Ministérios da Fazenda, do Trabalho e das Rela-

ções Exteriores, o Banco do Brasil, o Conselho Nacional de Economia e outros — todos conduzindo os nossos problemas econômicos às vèzes em duplicidade nos seus pontos de vista. Não é possível continuarmos nessa dispersão de esforços, tumultuando as atividades econômicas e entrando os anseios de progresso por que uma Nação como a nossa está clamando. É necessário definir-se a política mais acertada e que deverá ser aplicada ao comércio, à indústria e à agropecuária, sem falar em outros setores de menor importância, porém, igualmente benéficos à marcha do Brasil.

Há quem discorde dêste modo de encarar o problema, com alegações de despesas com mais um organismo administrativo que só serviria para aumentar a nossa burocracia. Tal não ocorre, pois o objetivo é a reunião dêsses departamentos e órgãos esparsos sob um comando único. Haveria a simplificação dos serviços e dos meios, que naturalmente iriam determinar a orientação a seguir para satisfazer às exigências bastante complexas do crescimento econômico brasileiro. Com essa centralização estaríamos despertando novamente a confiança das entidades de classe que, hoje, estão desanimadas pelo acúmulo de papéis que acarreta um simples pedido de informações.

Não queremos afirmar — e seria temerário fazê-lo — que êsse organismo iria solucionar em definitivo tantas e tão díspares questões que nos assoberbam.

O atual Conselho Nacional de Economia tem dado à Nação grandes e irrefutáveis provas de sua capacidade como órgão consultivo dos Poderes Executivo e Legislativo. Entretanto, a realidade nos diz que nem sempre os seus judiciosos pontos de vista são devidamente apreciados, quando não esquecidos.

Somos, pois, pela centralização dos assuntos econômicos num órgão único e independente.

O Ministério da Economia deve ser uma realidade.

2. TRANSPORTE, ENERGIA E PRODUÇÃO

De nada nos valerá aumentar a produção dos gêneros de primeira necessidade, sem meios de transportá-los às fontes consumidoras e a baixo preço aquisitivo.

Já demonstramos que o agricultor tem abandonado a lavoura por não encontrar compensação ao seu esforço. Lógicamente distancia-se cada vez mais o produtor do consumidor, subindo o preço dos gêneros na cidade e na fonte de produção. A solução seria planejar-se os meios de transporte rápido e acessível a uma rede de armazéns e silos e o fabrico de equipamento agrícola condicionado ao meio em que irá servir.

O problema das ferrovias deveria seguir rumo paralelo ao das rodovias e ao estudo completo dos cursos d'água, como elemento subsidiário de transporte, complementando uma rede eficiente capaz de suportar a circulação dos bens de consumo e das riquezas do país.

Atacar o estudo e construção de troncos rodoviários o mais breve possível e dotá-los de vias sólidas para receber os grandes caminhões transportadores do progresso ao interior, deveria ser a preocupação dos nossos administradores; remodelar a nossa frota mercante e utilizá-la intensivamente no litoral brasileiro, transportando os produtos da troca entre os Estados e regiões, interligando-os pelo constante processo de aproximação através da produção de cada um. Enquanto isso não se faz, a gloriosa Marinha de Guerra poderá continuar o seu fecundo trabalho de cooperar no transporte dos bens e utilidades para consumo dos centros mais necessitados, como vem fazendo patrioticamente nestes últimos meses.

No setor da energia, basta-nos ver o quadro das áreas de potencial hidráulico do Brasil e concluiremos pela afir-

mativa de que é possível o aproveitamento dêsse potencial, em suas respectivas bacias, transformando-o em energia elétrica. Já podemos dizer que essa imensa riqueza começa a despertar o interesse dos nossos homens de negócio e também o capital estrangeiro. Resta-nos apenas incentivar por todos os meios a construção de usinas capazes de aproveitar integralmente tôda essa força latente.

Situamos o problema da produção como decorrente dos outros dois, isto é, do transporte e da energia elétrica. De fato, se raciocinarmos com bom senso, podemos admitir o seguinte princípio: para modernizar nossa maquinaria industrial e elevar o nível da produtividade, torna-se necessário primeiro resolver o problema do transporte e em seguida o da energia elétrica capaz de mover as rodas da engrenagem industrial. A produção não pode prescindir desses dois elementos, como o transporte não pode deixar de ter onde armazenar os bens de consumo. Ora, para que haja harmonia e, em consequência, equilíbrio econômico para tôda a estrutura da produtividade, somente a solução paralela desses três problemas nos assegurará realmente o fim almejado.

3. REFORMA DA POLÍTICA CREDITÍCIA

O crédito desordenado tem sido o fomentador da inflação. Por outro lado, vários e importantes setores da produção e do desenvolvimento nacional, têm se ressentido da falta de crédito saneador, desajustando a evolução econômica do país.

É preciso que se convença o Congresso Nacional, através de seus deputados e senadores, da necessidade de uma reforma básica no sistema bancário e que racionalize e equilibre o setor monetário nacional. Urge a aprovação de leis que tenham efeito de paralisar a crescente pressão inflacionária, cuja marcha está solapando cada vez mais a renda nacional.

É ainda necessária e inadiável uma revisão das taxas de juros bancários, pois estas, ao se elevarem como pretexto para combater a inflação, vêm concorrer para incentivar a agiotagem dos Bancos. Os financiamentos feitos pelos mesmos, a juros altíssimos, não estão positivamente estimulando a produção. Isto ocorre porque o sistema bancário está dispensando a concentração do dinheiro, isto é, subdividindo-o em grande número de Bancos, que, operando à base de taxas altas para se manterem, torna-o caríssimo para o produtor que se socorre de financiamentos a fim de produzir.

Temos visto, nestes últimos meses, as liquidações de pequenos Bancos, vítimas de corridas provocadas pela suspensão do redesconto. Seria mais racional não permitir a fundação de novos estabelecimentos bancários, que vivem do redesconto, e estimular a fusão dos existentes num ou em uns poucos Bancos; por outro lado, baixar a taxa de juros e fazer com que a rede bancária funcione efetivamente como alavanca propulsora da produção.

4. CRÉDITO RURAL SUPERVISIONADO

Já fizemos um estudo detalhado do Crédito Rural e procuramos salientar que não nos será possível orientar o problema da produção e do desenvolvimento agrícola, sem a mola principal que imprime movimento à engrenagem da máquina operatriz da incipiente produção nacional: o crédito ao pequeno e médio agricultores.

Temos acompanhado com vivo interesse a política creditícia que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico está imprimindo aos problemas de energia elétrica e a outros ramos da atividade econômica. É louvável, sob todos os aspectos, essa política, mesmo porque precisávamos urgentemente de um estabelecimento bancário que pudesse fazer frente às necessidades crescentes e inadiáveis

de dinheiro suficiente para atender às obras nesse importante setor. Vemos que já existe um pensamento e uma idéia de estimular as energias latentes, a espera do toque mágico que as farão transformar-se em bem-estar e progresso para a Nação.

Também no setor da agricultura o crédito torna-se imprescindível. O B.N.D.E., após longos e minuciosos estudos pelos seus órgãos técnicos, poderia inaugurar uma nova política de empréstimos à lavoura, cujos benefícios estariam compensados pelos sucessos que evidentemente iria obter. Já temos a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil destinada a êsse fim. Mas, se dobrarmos os meios, com o refôrço do B.N.D.E., estaremos em condições de atender maior número de interessados e melhor aproveitamento de áreas agrícolas hoje quase abandonadas pelos seus donos.

5. REVISÃO IMEDIATA DA TRIBUTAÇÃO

Torna-se urgente o estudo pelas administrações federais, estaduais e municipais, de novas normas para barateamento ou mesmo extinção de impostos que estão sobrecarregando os preços dos gêneros alimentícios.

Com a extinção do impôsto de 4% atualmente em vigor sobre as vendas e consignações, incidindo mais nos gêneros de primeira necessidade, torna-se possível forçar a baixa dêsses elementos essenciais à vida da população e evitará a fraude da sonegação que campeia livremente no comércio atacadista dos alimentos.

Como decorrência dessa política, todo o território nacional será beneficiado, pois que, indiretamente, proporcionará aumento de salário pela elevação do seu poder aquisitivo. Somos um país retrógrado em sistema fiscal, quando observamos sua evolução técnica e industrial, pela aplicação do impôsto indireto que onera a todos, ricos e

pobres, indistintamente, recaindo ainda sôbre a circulação das utilidades essenciais o pêso da tributação. Eliminado êsse impôsto, o próprio produtor ficaria mais animado a promover o transporte das suas colheitas para os centros de consumo, retirando do preço de venda o seu lucro já isento das despesas do transporte e aliviado dos 4% de vendas e consignações. Desta forma não poderá haver razão para uma alta desenfreada dos gêneros, com alegações de que o impôsto encarece o produto.

6. SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Não é mais possível continuarmos a pensar apenas em termos de nacionalismo exagerado e desprezar o capital colonizador estrangeiro.

Devemos adotar, para nosso próprio desenvolvimento, uma atitude nacionalista, não há dúvida alguma. Mas não é êsse nacionalismo que desliza para simplificações tumultuárias e para os vícios demagógicos, que nos colocam em situação de inferioridade perante os povos mais desenvolvidos. Somos pela cooperação útil, pela atração do capital estrangeiro como participação efetiva e suplementar aos nossos futuros empreendimentos. O receio de que a colaboração estrangeira, mesmo sob a forma de contratos, nos possa causar danos, não pode subsistir numa época em que sômente essa ajuda poderá concorrer para o nosso progresso econômico. Encaminhar o capital estrangeiro para os setores da indústria e localizá-lo nos pontos mais necessários ao desenvolvimento do país, é uma providência acertada, mesmo porque será mais benéfico para nós o investimento de grandes somas em regime de economia mista, do que deslocar-se para o Govêrno, ou para o capital privado, a responsabilidade de criar emprêsas que requerem recursos que nem sempre estaremos em condições de suprir.

7. EDUCAÇÃO ECONÔMICA

Desenvolver a educação do povo no sentido econômico, a fim de capacitá-lo a compreender os fenômenos que ocorrem na esfera das relações entre a produção e o consumo, é um dever precípua a nós impôsto.

Devemos explicar a necessidade premente que tem o Brasil de erguer a sua produtividade e o seu poder econômico aos índices compatíveis com o seu destino de nação nova. Evitaremos, assim, o pauperismo ignorante que é facilmente atraído pelas ideologias importadas e que se servem dessa situação para melhor atingir ao seu objetivo máximo — a escravidão das massas.

Mas não é só isso que bastará. Paralelamente é preciso deslocar para as zonas do interior, escolas de formação de técnicos que interessam diretamente à produção agropecuária.

As carreiras de agrônomo e veterinário deverão ter vencimentos compensadores e que atraíam maior número de estudantes provenientes das fazendas e dos centros de produção. Os filhos de lavradores têm mais facilidade em retornar às suas fazendas ou aos seus núcleos, do que os citadinos. A localização de escolas em zonas determinadas e escolhidas quanto ao seu índice de produção, muito facilitará a tarefa de aumentar o número dos nossos técnicos agropecuários, elevando, assim, a produção nacional.

8. SELEÇÃO IMIGRATÓRIA

Uma nova e mais dinâmica orientação ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no sentido de atuar efetivamente na seleção e localização do imigrante, pois continuamos sendo ainda um país a povoar; e a solução é o imigrante para revitalizar a política populacional do Brasil e criar condições de desenvolver realmente a nossa colôni-

zação interior. Devemos ter bem presente que a produção brasileira está perdendo seus mercados internacionais e não satisfaz mais, integralmente, às necessidades internas. É preciso ativar e dinamizar as reservas humanas que procuram as terras da hinterlândia e ali se localizam convenientemente, dentro de um planejamento judicioso.

9. INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DA REPÚBLICA

Fizemos extenso estudo das vantagens decorrentes da interiorização da Capital Brasileira.

Se voltamos à mesma tecla, é porque a idéia já recebe — como aconteceu no passado, — observações contrárias por parte dos setores interessados no asfalto da Cidade Maravilhosa. Isto ocorre precisamente quando estamos vendo as providências tomadas para construção de obras vultosas e suntuosas no Rio de Janeiro. O recurso financeiro que irá absorver, deveria estar sendo canalizado para início das obras da futura Capital.

Não resta dúvida de que há realmente muita gente honesta empenhada na solução dêsse magno problema de 66 anos. Mas aquêles que não se conformam com a idéia, fazem tudo para obstruí-la.

Grande parte dêsses recursos, a que nos referimos, poderia ser empregada na construção de rodovias entre Januária-Serra das Araras e Formosa, para fazer a ligação inicial do Vale do São Francisco com a região do Planalto Central; o prolongamento da ferrovia de Planaltina e de Goiânia, seria outro ponto a ser imediatamente atacado, entre outros de grande importância; a construção já definitiva de um aeroporto que viesse servir à futura Capital, facilitaria a tarefa do transporte de materiais de construção, pela Fôrça Aérea Brasileira, treinando assim os seus pilotos de quadrimotores, atualmente estacionados no Norte.

Sustar, portanto, todos os projetos consumidores de recursos na superpopulada Cidade do Rio de Janeiro, é um dever que se impõe ao poder público. E um dever imediato.

A Capital precisa ser mudada o mais depressa possível. Quanto mais cedo estivermos no Planalto Central, melhor poderemos pensar, coordenar, planejar e agir pelo bem do Brasil.

10. DESDOBRAMENTO TERRITORIAL

As vastas áreas que constituem o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estão na dependência de um plano arrojado para seu desdobramento em outros Estados ou Territórios. Há, naturalmente, imensas dificuldades para levar avante esta idéia, mas o Brasil não pode manter a divisão atual pelos motivos já assinalados em outro capítulo, quando defendemos este ponto.

A afirmativa de que nada será conseguido não é justificada, mesmo porque já temos a prova prática com as realizações dos territórios desdobrados e hoje perfeitamente enquadrados na realidade nacional.

O Amapá atualmente não é mais um território desmembrado; pode ser considerado um Estado pela elevação surpreendente das suas rendas até o mínimo previsto nas leis federais. Os seus progressos, fruto de iniciativa, energia e patriotismo, estão, mais uma vez, demonstrando que podemos fazer o mesmo se houver o desmembramento de outras regiões para idênticos fins.

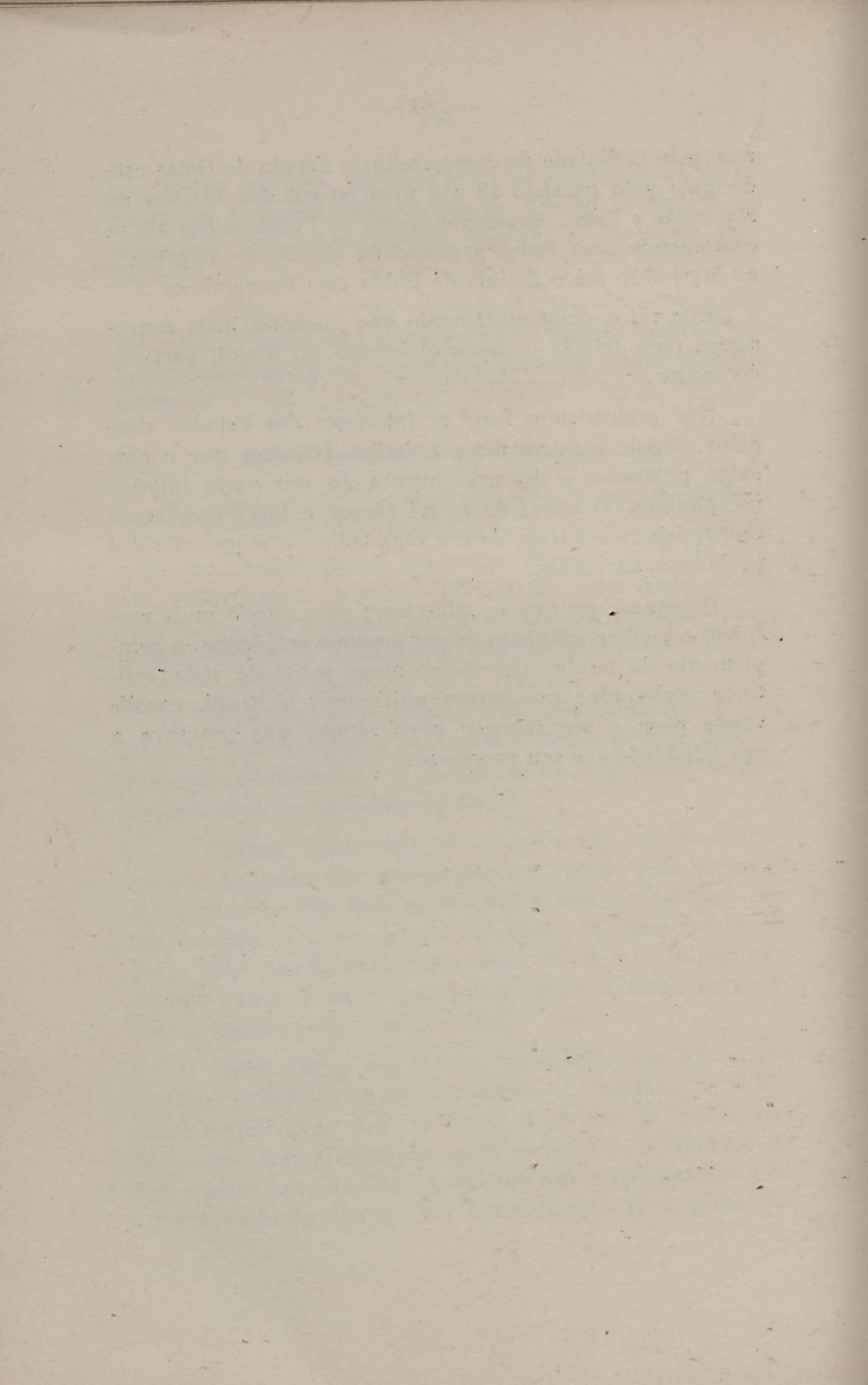
O mapa anexo nos mostra uma idéia das áreas que poderão constituir outros territórios ou mesmo novos Estados, objetivando dar ao Brasil a certeza de poder efetuar uma descentralização mais racional e o controle da sua imensa hinterlândia. A divisão que apresentamos procura acompanhar os limites naturais, isto é, o curso dos

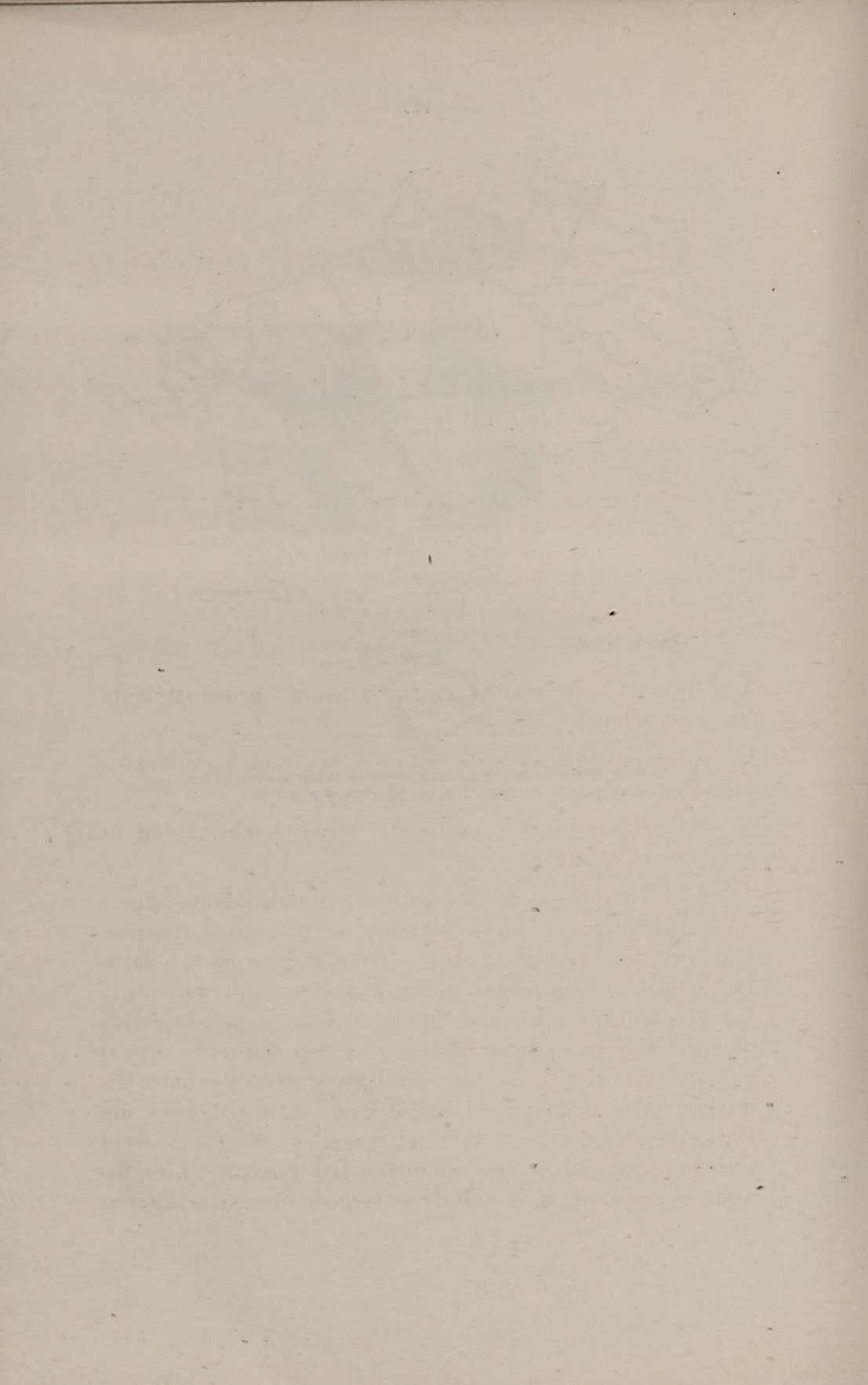
rios, pela facilidade de demarcação; o Estado de Goiás está dividido pelo paralelo 13 e a área ao sul dos Estados do Maranhão e Piauí, abrangendo parte do Polígono das Sêcas, compreende uma linha partindo da cidade de Imperatriz no Maranhão até o limite da Bahia com Pernambuco.

Este foi o desmembramento que julgamos mais conveniente para iniciar o desenvolvimento do Brasil, partindo do centro.

Não pretendemos ferir os interesses dos Estados atingidos. Desde o início dêste trabalho, frisamos que o país exige progresso e desenvolvimento do seu vasto interior inexplorado. O nosso dever foi lançar a idéia que, como economista, nos surgiu ante a realidade e a magnitude dos problemas nacionais.

Deixamos aos que se interessam pelo estudo mais profundo e melhor adaptado dêsses mesmos problemas, o complemento da tarefa. Quanto ao nosso ponto de vista, continua inalterado: precisamos redescobrir o Brasil, canalizando para o seu interior novo sangue que promova a sua felicidade e o seu progresso.





PALAVRAS FINAIS

O FUTURO DO BRASIL

“Porém, se algum dia, fortuna inconstante
puder-nos a crença e a Pátria acabar,
arroja-te às ondas, ó duro Gigante,
inunda êstes montes, desloca êste mar!”

(*Cantos* — GONÇALVES DIAS.)

O futuro desta grande Pátria depende, principalmente, dos seus filhos.

A grande mestra — a vida, — nos está apontando o caminho a seguir.

Não deixemos que continue a vergastar-nos, a fim de nos pormos a andar.

Se formos capazes de dominar as hostilidades que o meio físico opõe à nossa marcha; se pudermos transformar e utilizar as riquezas que a terra oferece para a satisfação de tôdas as nossas necessidades; se pudermos aplicar a energia térmica e a energia elétrica para atingirmos os prodígios da industrialização; se conseguirmos drenar os pântanos, dragar os rios, fertilizar os desertos, abrir caminhos para o comércio, impulsionar a distribuição dos bens necessários à vida; se ampliarmos as relações de troca com todos os países que realmente nos possam trazer benefícios econômicos, e, enfim, se formos sinceros e interes-

sados no progresso do Brasil, pelo trabalho e pelo planeamento — teremos vencido a tremenda crise que nos comprime.

O esforço da Nação e de seus filhos, para recuperar o precioso tempo perdido, deve elevar-se a um acontecimento histórico sem paralelo no Mundo.

É na liberalidade da terra que vamos encontrar o verdadeiro destino do nosso país. É no Brasil esquecido das selvas, nos grandes espaços vazios da hinterlândia que está a redenção da nossa economia.

A tentação verde do oceano deverá ceder lugar ao verde forte das matas, onde os rios caudalosos nos esperam para transportar-nos ao centro geográfico, ao coração da terra.

O cosmopolitismo das grandes cidades, êsse tumulto de aglomerações irrespiráveis, onde vivemos comprimidos pela vida artificial, intensa e delirante, deve transplantar-se aos chapadões e planaltos, onde a paisagem é uma festa para os olhos e um bálsamo para o espírito.

Este é o Brasil que desejamos.

Um Brasil onde a alimentação está aflorando rica de seiva no húmus profundo da terra e a espera de ser utilizada; onde os minérios se escondem nos maciços das montanhas, aguardando a luz do sol; onde os rios imensos deslocam a sua força inaproveitada, pedindo, suplicando usinas; onde o ar puro tonifica os pulmões e prolonga a vida.

Um Brasil dedicado à lavoura e à indústria, surgindo novamente do centro para todos os quadrantes do seu vasto território, como se fôra novamente descoberto e novamente colonizado. Colonizado e povoado dentro da seleção imigratória e pelos músculos do sertanejo desbravando com máquinas modernas os novos centros de produção, ligan-

do-os por estradas, organizando tècnicamente, orientando e dirigindo, planificando e construindo o edificio de um novo progresso e de uma nova vida mais serena e mais despreocupada.

Este é o Brasil que precisamos reconstruir.

Mas reconstruir com ação, energia e tenacidade.

Sim, porque a terra é, ao mesmo tempo, acolhedora e hostil. Ela recebe a todos em seu seio ubérrimo, seleccionando aquêles que a vencem pelo trabalho fecundo, e absorvendo irremediavelmente os que lhe querem apenas fruir os benefícios sem o suor da frente.

Os nossos vazios geográficos esperam ação.

O âmago do Brasil espera essa revolução econômica que deve partir para a sua periferia.

Avancemos, pois, outra vez, qual novos bandeirantes, para o sertão.

Recuperemos o Brasil!

NOTAS SOBRE OS MAPAS

MAPA N.º 2 — Planejamento dos pontos-base para construção da futura Capital da República. As cidades de Planaltina, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Luziânia e Anápolis poderão contribuir eficientemente com campos de pouso para remessa de materiais e início de estradas de ferro e rodagem demandando a futura Capital.

MAPA N.º 3 — Distâncias em quilômetros entre o futuro Distrito Federal e as Capitais dos Estados. Não está incluída a distância ao território descontínuo da Ilha de Fernando de Noronha.

MAPA N.º 4 — Planejamento do desdobramento das áreas dos Estados em novos Estados ou Territórios, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico pela imigração selecionada ou pelas migrações. A área compreendida ao sul dos Estados do Maranhão e Piauí foi desdobrada com o objetivo de incluir parte do Polígono das Sêcas, pelo aproveitamento da energia elétrica de Paulo Afonso.

BIBLIOGRAFIA

- O Problema da Alimentação no Brasil* — Relatório de KLEIN & SAKS.
Introdução à Análise Econômica — PAUL A. SAMUELSON.
Problemas do Brasil — Coronel ADALARDO FIALHO.
Valor e Formação dos Preços — TOLSTOI C. KLEIN.
Pesquisas Econômicas — TOLSTOI C. KLEIN.
O Brasil e suas Riquezas — WALDEMIRO POTSCHE.
A Conquista do Brasil — ROY NASH — Tradução de MOACYR N. VASCONCELOS.
O Êxodo Rural e o Exército — Publicação do Estado-Maior do Exército — 1955.
Iniciação à Estatística Econômica — MILTON DA SILVA RODRIGUES.
Problemas Nacionais de Imigração e Colonização — GAVIÃO GONZAGA.
Marcha para Oeste — CASSIANO RICARDO.
Economia Política, Finanças e Contabilidade — AARÃO REIS.
Os Vales na Economia Sergipana — Eng. VASCO AZEVEDO NETTO.
Companhia Siderúrgica Nacional — Relatório da Diretoria — 1952.
Mensagem ao Congresso Nacional — GETÚLIO VARGAS — 1953.
O Exército e a Nacionalidade — CARLOS MAUL.
Formação Histórica e Geográfica do Brasil — GENSERICO DE VASCONCELOS.
O Problema do Petróleo — JUAREZ TÁVORA.
Batalha do Petróleo — ARTUR BERNARDES.
O Problema da Alimentação no Brasil — JOSUÉ DE CASTRO.
Evolução Econômica do Brasil — J. F. NORMANO — Tradução de Q. BARBOSA, P. RODRIGUES e BRANDÃO TEIXEIRA.